

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISLAINE LOURENÇO FRANCO

SUJEITO DA ENUNCIÇÃO E PROGRESSÃO TÓPICA EM RESENHAS
ACADÊMICAS

CURITIBA

2015

CRISLAINE LOURENÇO FRANCO

SUJEITO DA ENUNCIÇÃO E PROGRESSÃO TÓPICA EM RESENHAS
ACADÊMICAS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Claudia Mendes Campos

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Franco, Crislaine Lourenço

Sujeito da enunciação e progressão tópica em resenhas acadêmicas – Curitiba, 2015.

159 f.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Mendes Campos

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Linguística estrutural. 2. Resenhas. Título.

CDD 401



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata septingentésima oitava, referente à sessão pública, de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu a mestranda **CRISLAINE LOURENÇO FRANCO**. No dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, às quatorze horas, na sala 1020, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: Claudia Mendes Campos, Carmem Luci da Costa Silva, Bruno Dallari designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada : “**SUJEITO DA ENUNCIÇÃO E PROGRESSÃO TÓPICA EM RESENHAS ACADÊMICAS**”, apresentada por **CRISLAINE LOURENÇO FRANCO**. A sessão teve início com a apresentação oral da mestranda sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, a candidata apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Claudia Mendes Campos, retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADA** a candidata, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da dissertação deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Feita em Curitiba, no dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze.

Dra. Claudia Mendes Campos

Dr. Bruno Dallari

Dra. Carmem Luci da Costa Silva

Crislaine Lourenço Franco



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de dissertação de mestrado de **CRISLAINE LOURENÇO FRANCO** para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo-assinados Claudia Mendes Campos, Presidente, Carmem Luci da Costa Silva, Bruno Dallari, arguiram, nesta data, a candidata, que apresentou a dissertação “**SUJEITO DA ENUNCIÇÃO E PROGRESSÃO TÓPICA EM RESENHAS ACADÊMICAS**”.

Procedida à arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, conforme especificações abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dra. Claudia Mendes Campos (Presidente)		aprovada
Dra. Carmem Luci da Costa Silva		aprovada
Dr. Bruno Dallari		APROVADA

Curitiba, 28 de outubro de 2015.

Profª Drª Patrícia da Silva Cardoso
Coordenadora

A minha mãe Marilda e Tia Edizir.

Por sempre acreditarem nos meus sonhos e pela participação crucial em minha formação como pessoa.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a Dr. Claudia Mendes Campos pelos valiosos apontamentos teóricos, pelas leituras das diversas versões deste trabalho, pela paciência e excelente orientação. Agradeço o comprometimento e seriedade.

À professora Dr^a Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia pela leitura do meu trabalho na Semana de Teses.

Aos professores Dr^o Lígia Negri e Dr^o Valdir do Nascimento Flores pela leitura do texto da qualificação e pelas valorosas indicações teóricas.

À professora Dr^a Carmem Luci da Costa Silva por aceitar fazer parte da banca, pela leitura do trabalho e importantes apontamentos teóricos.

Ao professor Dr^o Bruno Dallari por também aceitar fazer parte da banca, pela leitura do trabalho e pelas relevantes indicações teóricas e de estilo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR.

À CAPES/ REUNI pelo apoio financeiro.

Aos colegas da Pós em especial a Glaucia Aline Dissenha pelo companheirismo, apoio e pelo que pude aprender com sua dedicação profissional.

Aos meus familiares que sempre apoiaram minhas conquistas.

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou.

Benveniste (PLG I, p.285)

...bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver.
Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade
de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque
o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.

Benveniste (PLG II, p.222)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central investigar a progressão tópica textual em resenhas acadêmicas, partindo do pressuposto teórico da Linguística da Enunciação (LE), principalmente das considerações de Émile Benveniste ([1958, 1962] 2005 e [1965, 1966, 1969, 1970] 2006) e de Valdir Flores (2012 e 2013). Defendemos que a organização do texto em tópicos é uma marca da enunciação deixada pelo sujeito da enunciação no texto. Nosso corpus de pesquisa compõe-se de resenhas acadêmicas produzidas por calouros e por alunos do final do curso de Letras da UFPR. Buscamos, num viés transversal de pesquisa, através de uma comparação entre esses diferentes níveis, caracterizar a progressão tópica nas resenhas e identificar como os índices específicos e procedimentos acessórios (mecanismos de marcação do sujeito da enunciação) contribuem para a progressão. Levando em conta também que a enunciação é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006, p.82) e que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso.” (Benveniste, 2005, p. 286), esta pesquisa visa principalmente discutir questões relacionadas ao sujeito da enunciação. Assim, sabendo que o sujeito “não é nem locutor, nem homem, mas uma *instância* que decorre da apropriação feita pelo locutor” e que ele é “um efeito da apropriação” (Flores, 2013, p.101), nossa pesquisa elege como um dos focos de análise verificar como essa “instância” manifesta-se na articulação dos tópicos do texto. Nossas análises das resenhas nos permitiram concluir que as escolhas do locutor do texto bem como a própria constituição do tópico discursivo evidenciam a presença do sujeito da enunciação, identificável através dos índices específicos e procedimentos acessórios. As análises evidenciaram que a constituição coesa e coerente do texto depende desses elementos que marcam a presença de um locutor articulando suas proposições.

Palavras-chaves: Progressão tópica, enunciação, resenha acadêmica.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the textual topical progression in academic reviews, based on the theoretical Enunciation Linguistics (EL) basis, mainly from considerations of Emile Benveniste ([1958, 1962] 2005 e [1965, 1966, 1969, 1970] 2006) and Valdir Flores (2012 and 2013). We demonstrated that the organization of the text in topics is a trademark of enunciation left by the subject of enunciation in the text. Our research corpus is composed by academic reviews produced by freshmen and students that were in the end of the UFPR Letters course. We aimed, in a transversal outcome, to search through a comparison between these different levels, characterizing the topical review progress. We also aimed to identify how specific indexes and accessories procedures (marking mechanisms of the subject of enunciation) contribute to the progression. Taking into account also that the enunciation is "this way to put the language in operation by an individual act of use" (Benveniste, 2006, p.82) and that "the language is possible only because each speaker sets himself up as a subject by referring to itself even as I in his speech." (Benveniste, 2005, p. 286), this research aims to discuss issues related to the subject of enunciation. Knowing that the subject "is neither speaker nor man, but a body that arises from the appropriation made by the speaker" and that he is "an appropriation effect" (Flores, 2013, p.101), our research chooses as one of the focuses of analysis the verification of how this "instance" is manifested in the textual topics articulation. Our analysis of the review concluded that the textual speaker choices as well as the constitution of the discursive topic shows the presence of the subject of enunciation, identifiable through specific indexes and accessories procedures. The analyzes showed that the cohesive and coherent constitution of the text depends on the elements that mark the presence of a speaker articulating their own proposals.

Key words: Textual Progression, Enunciation, Academic Review.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2 .Perspectivas Teóricas	20
2.1 Conceção de língua e linguagem em Émile Benveniste	23
2.2 O texto escrito como objeto de análise da enunciação	25
2.3 Sujeito da enunciação	28
2.3.1 Pessoa e não pessoa na teoria benvenistiana.....	32
2.3.2 Subjetividade da linguagem	36
2.3.3 Bases da subjetividade: o aparelho formal da enunciação.....	38
2.3.4 Índices específicos e procedimentos acessórios.....	40
2.4 Progressão tópica vista sob viés enunciativo	42
2.4.1 Enunciação e progressão	42
2.4.1.1 A questão do sentido	50
2.4.2 Mecanismos de articulação/ progressão tópica: alguns exemplos	53
2.5 Resenha acadêmica	58
2.5.1 Algumas teorias	58
2.5.2 Depreensão das características das resenhas presentes no corpus 1 (resenhas publicadas)	62
3 .Análise dos dados	75
3.1 Corpus de pesquisa	75
3.1.1 Análise das resenhas do grupo 1	82
3.1.1.1 Resenha	87
3.1.2 Análise das resenhas do grupo 2	98
3.1.2.1 Resenha	103
3.1.3 Análise das resenhas do grupo 3	114
3.1.3.1 Resenha	117
3.2 Comparação entre os grupos	129
3.2.1 Comparação entre os três grupos de resenhas acadêmicas dos alunos	129

4. Considerações finais	133
5 .Referências	137
6. Anexos.....	139

1. Introdução

A presente pesquisa, de cunho qualitativo, objetiva propor uma análise linguística da progressão tópica de textos (do gênero textual *resenha* acadêmica) sob o viés da Linguística da Enunciação de modo que ocorra uma caracterização do processo tendo em vista a presença de um sujeito da enunciação que, através das escolhas de um locutor, promove os sentidos no texto. Buscamos uma análise caracterizadora das produções textuais de modo a promover uma reflexão teórica diferenciada no que diz respeito à progressão tópica.

Tendo em vista um trabalho com o gênero *resenha* acadêmica, é imprescindível que tal pesquisa parta da caracterização/ descrição desse gênero textual. Trabalhamos com resenhas vistas como um gênero textual discursivo em ambiente acadêmico. Nosso corpus é composto por resenhas produzidas por estudantes universitários inseridos em um ambiente de aprendizagem de gêneros acadêmicos. Os locutores (ou os sujeitos enunciadore) das resenhas são, portanto, estudantes que ainda não são especialistas nos assuntos abordados pelos seus textos. Assim, embora estejamos em ambiente acadêmico, nossas considerações acerca do gênero partirão do pressuposto de que temos textos ainda em nível escolar, ou seja, não esperamos analisar a questão da cientificidade das resenhas produzidas, mas sim aspectos enunciativos que são encontrados nas produções de gêneros textuais.

Por se tratar de um gênero textual optamos por observar produções de resenhas publicadas, ou seja, resenhas que foram consideradas adequadas para publicação para que possamos identificar características típicas do gênero. Para isso, então, compusemos um corpus de resenhas publicadas¹ em revistas acadêmicas bem avaliadas segundo os critérios da Capes². Assim, nossas reflexões acerca da progressão tópica do corpus aqui selecionado foram realizadas de forma mais adequada, já que pudemos verificar se as resenhas se aproximavam ou não da

¹ Com o intuito de facilitar nossas considerações, optamos por utilizar a partir deste ponto as seguintes designações: - as resenhas acadêmicas produzidas pelos alunos (nosso corpus de pesquisa) serão referidas como “resenhas acadêmicas estudantis” ou “resenhas estudantis”; - as resenhas acadêmicas produzidas por profissionais e publicadas em revistas serão tratadas como “resenhas acadêmicas publicadas” ou “resenhas publicadas”.

² CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

descrição de características típicas extraídas da análise de resenhas tidas como "padrão".

Há estudos sobre a topicalidade que foram realizados da perspectiva da Linguística Textual que, de fato, nos permitiram elencar uma definição de tópico discursivo, feita a partir das considerações teóricas propostas em 1992 pelo Grupo de Organização Textual Interativa do Projeto de Gramática do Português Culto Falado (PGPF): o tópico seria uma categoria abstrata, primitiva e que "manifesta-se na conversação mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância em determinado ponto da mensagem." (JUBRAN et.al., 2002, p. 344).

Vê-se aqui que a própria definição de tópico discursivo traz evidências que permitem que o mesmo seja analisado sob viés enunciativo: temos enunciados formulados por interlocutores, ou seja, enunciados linguísticos produzidos no sistema por um locutor, que, ao propor-se como tal, permite que o sujeito da enunciação (efeito dessa proposição) se constitua. Mesmo que os estudos do tópico tenham sido dedicados grandemente à conversação (discurso oral), as definições teóricas são pertinentes para todos os gêneros textuais. De acordo com a seguinte passagem de Jubran (2006, p.40) que diz que "a topicalidade (é tida) como um processo constitutivo do texto", temos evidente essa "expansão" da noção de tópico para os diferentes gêneros.

Além disso temos ainda o fato de que o locutor realiza escolhas, ou seja, organiza as palavras de forma a que cumpram o seu objetivo que é a constituição do tópico discursivo. Essa organização é tida na enunciação como um "agenciamento de palavras" que ocorre num processo denominado por Benveniste como "sintagmatização". Dessa forma percebe-se que é a organização das palavras (forma) que vai permitir que o sentido se constitua. A enunciação é o viés teórico que permite que tais considerações sejam propostas.

Tendo em vista que a escrita de textos envolve a presença de um sujeito da enunciação cujas marcas e indícios podem ser vistos na superfície textual, a ideia central desta dissertação parte da necessidade de uma releitura teórica das noções de tópico discursivo tendo como fonte a Linguística da Enunciação, ou seja, sustentaremos na pesquisa como a progressão tópica funciona sob o viés da

enunciação. De fato, para esse intento não partimos do zero, desconsiderando todo o referencial teórico existente sobre o assunto, mas sim, realizamos um deslocamento que nos permite refletir sobre o processo de progressão levando em conta a enunciação e toda a bagagem teórica que tal teoria traz. Nossa proposta inicial é verificar como os índices específicos³ contribuem para a continuidade de sentidos no texto, permitindo o aparecimento do sujeito da enunciação e também contribuindo para a progressão tópica textual. Além disso verificaremos também os procedimentos acessórios⁴ que também contribuem para a progressão tópica e a identificação do sujeito da enunciação.

Outra questão abordada por esta pesquisa foi um estudo comparativo entre as resenhas que compõem o corpus. Analisamos textos produzidos por alunos que iniciaram o curso de Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (calouros - com produções do início e do fim da disciplina) e de alunos que estavam terminando o curso. Comparamos as produções no que diz respeito à progressão textual, mais especificamente verificando como esse processo se dá no decorrer desse curso superior. Embora não se tratem de resenhas produzidas pelos mesmos alunos de início e final de curso⁵ observamos a topicalidade dos textos visando a uma caracterização geral do processo.

Em suma, esta dissertação busca defender que as escolhas feitas pelo locutor do texto são pontos-chave para que o texto apresente continuidade de sentidos e que justamente a própria constituição do sujeito da enunciação (efeito da apropriação do discurso feita pelo locutor) já é um dos fatores que contribuem para a progressão tópica textual. Para desempenhar esse objetivo central então, retomando de forma sucinta o que já foi aqui apresentado, nossos objetivos nessa dissertação são a) descrição do gênero discursivo *resenha* acadêmica a fim de verificar se as resenhas estudantis do corpus se aproximam ou não das características de resenhas tidas como "padrão" (publicadas) ; b) realização de uma releitura teórica da

³ Elementos representados pelas categorias de pessoa, tempo e espaço e que, na enunciação permitem a verificação da presença do sujeito da enunciação e, conseqüentemente, o funcionamento do aparelho formal.

⁴ Também responsáveis por colocar o aparelho formal da enunciação em funcionamento. Podem ser classificados como qualquer mecanismo utilizado no texto para que o locutor "aproprie-se" da língua e "torne-se" um sujeito da enunciação.

⁵ Visamos aqui um viés transversal de pesquisa. Mais considerações sobre o assunto no capítulo 3. *Análise dos dados*.

noção de tópico discursivo da Linguística Textual sob o viés da Linguística da enunciação; c) caracterização (de forma comparativa) da progressão nas resenhas; d) verificação, sob o viés enunciativo, de como a organização tópica é resultado e reflexo das proposições feitas pelo locutor que tem como resultado o aparecimento de um sujeito da enunciação marcado, principalmente pelos índices específicos e procedimentos acessórios da enunciação. Esses pontos conduziram nossa proposta de estudo que busca, sobretudo, verificar um dos processos responsáveis pela produção de sentidos no texto que é a progressão textual.

Uma das principais razões que motivaram a pesquisa foi o fato de que tal área da linguística (a enunciação) ainda apresenta pouca análise textual sob essa visão teórica como a que aqui é proposta. Além disso, vimos que há uma necessidade de olhar para a questão da progressão tópica sob outro viés teórico, buscando assim a ampliação dos estudos na área. Como afirma Saussure "é o ponto de vista que cria o objeto" (2001, p.15) vemos que o que propomos aqui acaba dando um novo perfil ao objeto de estudo, que é o texto. Podemos dizer que não estamos desmerecendo a bagagem teórica trazida pela LT, apenas optamos por outro viés teórico.

Outro diferencial que justifica a pesquisa aqui proposta por esta dissertação é o fato de que o corpus é composto por um gênero acadêmico (*resenha*) produzido por alunos que acabaram de entrar no curso e também por alunos que estavam terminando o curso de graduação em Letras. Isso possibilitará um interessante trabalho comparativo que visará à identificação das características da progressão textual de ambas as produções. Dessa forma, temos um trabalho de pesquisa que visa à verificação, ainda que de forma transversal, do progresso dos alunos na escrita acadêmica. Temos a possibilidade de conferir como a progressão tópica apresenta-se em diferentes níveis de aprendizagem e isso é relevante não só para pesquisas futuras que visem trabalhar com textos, mas também para aqueles que investigam o processo de escrita acadêmica como um todo.

A fundamentação teórica que será usada nesta dissertação é norteadada basicamente pela teoria enunciativa de Émile Benveniste (2005 e 2006). Buscaremos em Flores (2012 e 2013), um dos principais estudiosos da teoria enunciativa no país, elementos que possam ajudar-nos nas discussões das teorias de Benveniste e as questões relativas ao sujeito da enunciação. Utilizaremos

também preceitos da Linguística Textual a fim de discutir a questão da progressão tópica em Koch (2009) e Jubran (2002 e 2006). O estudo do texto enquanto objeto de estudos da teoria enunciativa será realizado com bases em Endruweirt (2004) e Flores e Nunes (2013). Machado (2004), Motta-Roth (2010) e Oliveira (2006) serão as responsáveis por embasar teoricamente nossas considerações iniciais sobre o gênero do nosso corpus de pesquisa, a *resenha* acadêmica. Todas essas abordagens terão o papel de embasar nossas considerações que permitirão que a questão da progressão tópica seja discutida por um viés teórico que não é o que geralmente se associa a esse conceito, o viés enunciativo.

Organizamos nossa dissertação de forma a trilhar um caminho que nos permita analisar como o sujeito da enunciação "comporta-se" no desenrolar da progressão tópica do texto. Assim, após esta introdução com a apresentação de nossos objetivos, começaremos no capítulo 2 – *Perspectivas teóricas* a fazer a revisão da literatura que embasará nossa pesquisa. Apresentaremos, dentro desse capítulo, na sequência, na seção 2.1 *Concepção de língua e linguagem em Émile Benveniste*, as concepções primordiais para as nossas discussões que são os conceitos de língua e linguagem que podem ser depreendidas dos textos do principal representante das teorias da enunciação.

Como nosso corpus de pesquisa compõe-se de textos escritos e a teoria da enunciação, de forma geral, buscou trabalhar com enunciados pertencentes à fala, é interessante justificar teoricamente como nos foi possível fazer um trabalho de análise de textos escritos sob o viés da teoria enunciativa de Benveniste. É, pois, o que propomos na seção 2.2 *O texto escrito como objeto de análise da enunciação*. A seguir focamos na enunciação, mas propriamente na teoria enunciativa de Émile Benveniste (2.3 *Sujeito da enunciação*) buscando mostrar, principalmente como o sujeito da enunciação é evidenciado dentro do texto. Além disso abordaremos questões relacionadas ao sujeito como “pessoa e não pessoa”, “índices específicos e procedimentos acessórios” e o artigo de Benveniste conhecido por “agrupar” de forma concisa toda uma reflexão sobre a enunciação, que é o “Aparelho Formal da Enunciação”.

Após a abordagem dessa importante questão para nossa dissertação (definir o que é o sujeito da enunciação), nosso próximo passo será a efetivação do deslocamento teórico já previsto aqui na introdução: tratar a progressão tópica sob o

viés enunciativo. Dedicamos para isso a seção 2.4 *Progressão tópica sob o viés enunciativo*. Além de abordarmos a questão do sentido (2.4.2 *A questão do sentido*) buscaremos ainda exemplificar como a progressão tópica manifesta-se em diferentes textos. Para isso, na seção 2.4.3 *Mecanismos de articulação/ progressão tópica: alguns exemplos* verificaremos dois trabalhos teóricos que analisam a progressão tópica de diferentes textos. Com isso pretendemos tornar nossas proposições mais palpáveis apresentando como pode ser feita uma análise da progressão tópica textual.

Por fim, nos resta ainda caracterizar o gênero textual predominante no corpus, as resenhas acadêmicas. Nossa última seção teórica (2.5 *Resenha acadêmica*) é a responsável por isso. Na referida seção, além de apresentarmos uma breve revisão da literatura acerca do gênero resenha acadêmica, trataremos de identificar, através da análise de um pequeno corpus de resenhas publicadas, as características desta forma de texto (seção 2.5.2 *Depreensão das características das resenhas presentes no corpus de resenhas publicadas*). Nosso objetivo é dispor de dados que nos sirvam de parâmetro para a identificação do gênero dos textos que compõem nosso corpus de pesquisa. Embora as propostas de produção das resenhas dos grupos analisados indiquem de forma clara o gênero a ser abordado, alguns textos (principalmente do primeiro grupo) não podem ser considerados como tal devido a diversos fatores. Elencar as características do gênero baseando-se em um corpus de textos publicados não tem como foco eleger um “padrão” para o gênero, mas sim nortear nossas discussões acerca das resenhas estudantis.

De posse desse embasamento teórico podemos entrar nas análises do corpus. As resenhas estudantis serão analisadas no capítulo 3. *Análise dos dados*. Dentro desse capítulo exibiremos os critérios de análise utilizados, bem como faremos uma apresentação detalhada do corpus que será visto logo na sequência, na seção 3.1 *Corpus de pesquisa*. Compõem também este capítulo as análises da progressão tópica e articulações do sujeito da enunciação nas resenhas.

Como um dos nossos objetivos é fazer uma análise comparativa da progressão tópica e escolhas do sujeito da enunciação das resenhas, dedicaremos para isso um breve capítulo de nossa dissertação 4 - *Comparação entre os grupos*. Tal comparação nos permitirá refletir sobre como a organização tópica e suas

devidas implicações com o sujeito da enunciação são realizadas em diferentes níveis de produção textual.

Com isso poderemos fechar nossas reflexões no capítulo de considerações finais concluindo que, principalmente em relação aos movimentos de articulação que estão presentes em qualquer produção textual, a figura do sujeito da enunciação é muito importante. A produção de sentidos só acontece porque temos as escolhas feitas por um locutor que, ao realizar tal ato, por sua vez, permite que o sujeito da enunciação se constitua no momento da enunciação. A progressão textual e conseqüentemente a coesão e a coerência acontecem de forma que o texto cumpra seu papel comunicativo por meio da organização textual proposta por esse locutor. Podemos inclusive propor que o tópico discursivo é uma manifestação do sujeito da enunciação, já que a sua constituição é derivada das escolhas de um locutor que se propõe como o próprio sujeito.

Dessa forma concluímos também que o conhecimento prévio por parte do docente e do aluno (envolvidos no processo de produção de tal gênero) dessas especificidades enunciativas do gênero resenha pode contribuir para uma melhor produção escrita do mesmo. A organização dos tópicos discursivos e as escolhas do sujeito da enunciação são elementos identificáveis no texto. A percepção dessa organização global bem como a percepção de que a linguagem é fruto das escolhas de um sujeito da enunciação são relevantes para aqueles que se interessam pela melhoria de sua produção textual. Saber que cada produção é única, ou seja, é produzida em determinada instância de discurso que não se repete, e que a resenha é um gênero textual organizado a partir das considerações de um locutor que se apropria de uma linguagem de outro são fatores que podem contribuir para o aspecto didático pedagógico de trabalho com esse determinado gênero em sala de aula.

2. Perspectivas teóricas

Ao propor um trabalho de análise textual ou qualquer outro tipo de pesquisa é preciso optar por determinado entroncamento teórico que possibilite a sustentação das ideias que serão propostas. O essencial é elencar teorias que sejam capazes de embasar as considerações tecidas. Nosso caso envolve, além disso, um procedimento: uma releitura de determinado conceito. Optamos aqui por analisar a progressão textual em resenhas sob o viés da Linguística da Enunciação. Porém, a progressão é um processo que foi discutido principalmente pela Linguística Textual e como optamos aqui por verificar como a organização tópica é uma marca do sujeito da enunciação no texto (num viés não cognitivo, dentro da perspectiva da Linguística da Enunciação), poderíamos ter uma incompatibilidade teórica.

A fim de solucionar tal problemática decidimos realizar uma releitura da progressão textual sob o viés da Linguística da Enunciação. Assim, embora o conceito de progressão e tópico discursivo tenha sido amplamente discutido na Linguística Textual, buscaremos evidenciar aqui que esses conceitos tomarão outra forma, já que serão revisitados por um olhar enunciativo. Nosso principal viés teórico é, portanto, a Enunciação, ramo dos estudos linguísticos que se interessa principalmente pelos estudos da linguagem em uso e suas relações com o sujeito da enunciação (FLORES E TEIXEIRA, 2012).

A Linguística da Enunciação, de acordo com Flores e Teixeira (2012, p.100) é um campo de pesquisa inovador já que o seu objeto de estudo, a enunciação, "é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singular". Dessa forma, ainda segundo os autores, cada análise linguística sob o viés enunciativo é única também. Além disso, é preciso citar aqui que esse campo de pesquisa linguística é "relativamente novo" e embora já existam vários trabalhos na área ainda há lacunas.

É necessário também considerar que há uma grande heterogeneidade nos estudos que nos permitem dizer que temos "teorias da enunciação", que formam a "Linguística da Enunciação". No entanto, há uma unidade nessas teorias que nos permite vê-las como constituintes da Enunciação. Segundo Cremonese (2010) há pelos menos três aspectos que unificam essas teorias:

1) Todas as teorias produzem um quadro figurativo, abordando de maneira singular o objeto "enunciação"; 2) embora derivem do pensamento saussuriano, tais teorias consideram a quebra da dicotomia língua/ fala; e 3) inserem o sujeito da linguagem. (p. 01).

De acordo com Flores et al (2008, p.33) "o campo da enunciação é amplo e nele cabem teorias distintas, não complementares e com objetivos diversos." O autor aponta ainda que é preciso analisar o termo "teorias da enunciação" sob dois enfoques: "1) a diversidade que o plural incita; 2) a unicidade que o complemento sugere" (p.32). Assim, embora o campo da enunciação não seja homogêneo, temos unidade já que podemos dizer que há teorias que se diferenciam entre si, mas que todas são vinculadas à enunciação, evidenciando assim, a unidade que permite que sejam todas classificadas como "da enunciação". Nas palavras do autor, "afinal é sempre de *enunciação* que se está a falar: enunciação e subjetividade; enunciação e argumentação; enunciação e polifonia; enunciação e metalinguagem, enunciação e comunicação, etc". (FLORES e TEIXEIRA, 2012, p. 102)

É em meio a tais "teorias" da enunciação que vemos despontar as discussões teóricas de Émile Benveniste, que, em sua obra reunida por ele mesmo no PLG I - Problemas de Linguística Geral I (publicado em 1966) e sob sua supervisão, no PLG II - Problemas de Linguística Geral II (publicado em 1974) acaba trazendo elementos que permitiram a consolidação nos estudos enunciativos no cenário da Linguística. A proposta de pesquisa realizada nesta dissertação é, pois, filiada à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste.

No Brasil, os estudos acerca das publicações de Benveniste começam a ocorrer, de acordo com Flores et al (2008, p. 10), na década de 70. Assim, embora a teoria da enunciação tenha trazido possibilidades importantes para a linguística no país, os escritos benvenistianos acabaram ficando à margem, já que as considerações acerca da presença de um sujeito da enunciação não eram vistas com bons olhos. A teoria do autor acabou então não sendo tratada de forma sistemática, por isso consideramos lacunar a aplicação da teoria de Benveniste ainda hoje no cenário linguístico brasileiro.

Uma das inovações trazidas pelos estudos enunciativos iniciados com as proposições de Benveniste é a possibilidade de se passar do estudo da frase para o estudo do enunciado, e também, o que mais interessa para este trabalho, o texto

passa a ser um objeto de estudo da enunciação. Embora a enunciação escrita assuma aspectos particulares, é o próprio autor que abre uma brecha para tais considerações na parte final de um de seus mais famosos artigos, o “Aparelho formal da Enunciação”, originalmente publicado em 1970. No referido artigo, o autor propõe que “outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 90) e, a seguir, Benveniste propõe que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita.” (p.90). Dessa forma podemos propor um trabalho de análise textual que será realizado tendo como principal referencial teórico a Linguística da Enunciação.

Antes de seguirmos é importante pontuar aqui que a vertente teórica da Linguística da Enunciação diferencia frase e enunciado e não faz isso da mesma forma que outras teorias. De acordo com Oswald Ducrot, teórico que foi aluno de Benveniste, e, também ligado à enunciação com estudos voltados para semântica argumentativa, a frase é um “objeto teórico”, ou seja, “ela não pertence ao domínio do observável, mas constitui uma invenção desta ciência particular que é a gramática”. (DUCROT, 1987, p. 164.). Já o enunciado é o “observável”, “considerado como a manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (idem, p. 164). Podemos dizer que o enunciado é uma forma particular de colocar a língua em ação.

Devemos frisar aqui que as considerações de Ducrot são posteriores a Benveniste. Este utiliza apenas o termo “frase” na maioria dos seus estudos, ignorando o termo “enunciado”. É preciso considerar ainda que, para Benveniste, a frase deve ser considerada como a unidade mais alta do sistema, ficando na fronteira entre o linguístico e o discursivo. Dessa forma podemos levar em conta que a distinção de frase e enunciado apresentada por Ducrot tem a ver com o fato da LE permitir a passagem do estudo da frase para o estudo do enunciado. Em suma, podemos dizer que embora essas considerações não tenham sido feitas na época de Benveniste, elas são totalmente compatíveis com o que Ducrot propôs.

Ainda em relação ao termo enunciado, é preciso deixar claro aqui que há uma diferença significativa entre enunciado e enunciação e que compreender como as análises enunciativas acontecem a partir dessa diferenciação é relevante para os estudos da área. De acordo com Flores et al (2008, p.36) os estudiosos da enunciação analisam apenas o processo (a enunciação) e o produto (enunciado) é

analisado de outra perspectiva. Mas é preciso ter em mente que a enunciação não é observável; "o observável são as marcas da enunciação no enunciado" (p.36). Assim a enunciação só pode ser analisada a partir das marcas que deixa no enunciado. Em outras palavras, só se estuda o "processo" por meio das marcas deixadas no "produto".

Assim, partindo do pressuposto de que o locutor deixa *marcas e indícios* em toda e qualquer composição textual e que essas marcas nos permitem verificar a presença do sujeito da enunciação, sustentaremos aqui que a organização do texto em tópicos é uma das marcas da enunciação deixadas pelo sujeito no texto, ou ainda que o tópico textual pode ser visto como o próprio sujeito da enunciação. Pretendemos investigar como a constituição do sujeito da enunciação e as escolhas feitas pelo locutor contribuem para a manutenção desse recurso linguístico estrutural (amplamente discutido pelas teorias da linguística textual) que é a progressão tópica do texto. É com esse intuito que nas seções que seguem buscamos apresentar as principais considerações teóricas que podem embasar nossa proposta de pesquisa.

2.1 Concepção de língua e linguagem em Émile Benveniste

Ocupando um lugar na história da Linguística muito importante, Émile Benveniste, um dos principais nomes associados à Linguística da Enunciação, foi um dos primeiros a apresentar as bases para os estudos em relação ao sujeito da enunciação que hoje podemos desenvolver. Esse linguista foi responsável por tecer reflexões que nos permitem abordar a questão do sujeito levando em conta o aspecto social da língua em uso, dentro da perspectiva da linguagem.

Em relação à concepção de língua e linguagem que podemos depreender de seus escritos é relevante pontuar aqui que embora Benveniste seja um seguidor do estruturalismo de Ferdinand de Saussure, ele acaba ultrapassando-o, haja vista o fato de que considera a relação com o "exterior", ou seja, o social representado pela fala, como elemento fundamental para a constituição da língua.

Em suas palavras "é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do

homem" (BENVENISTE, 2005, p.285). Nesse mesmo trecho, Benveniste assume que o homem tem a propriedade da linguagem, que coloca "a língua em ação". Podemos dizer que, segundo Flores e Teixeira (2012, p. 34), "a língua para o autor é o sistema ao qual os falantes de uma comunidade estão expostos desde sempre". Vai ser a enunciação responsável pela significação e constituição da linguagem.

Podemos dizer que Benveniste acaba distanciando-se do que propunha Saussure em relação à *langue* já que propõe que a exterioridade, a relação entre falantes no evento comunicativo (a presença do outro da intersubjetividade) são elementos necessários ao funcionamento da linguagem. Distanciando-se também da noção sistemática de *parole* de Saussure, o autor aponta que os signos podem ter seus sentidos definidos na enunciação, abarcando a noção de sujeito da enunciação, responsável pelas "escolhas linguísticas". As considerações de Benveniste (2005) nos permitem corroborar essa reflexão quando afirma que o "eu" que enuncia vai ser cada vez, único, ou seja, a enunciação deve ser vista do ponto de vista do irrepetível.

Dessa forma é relevante afirmar que a condição de pessoa e não pessoa e a subjetividade são elementos que fazem o diferencial da teoria benvenistiana. Esses elementos só reforçam o que foi acima apontado: a linguagem é dependente da expressão da subjetividade, que por sua vez implica a noção de pessoa como fundamento. "A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso". (BENVENISTE, 2005, p. 286). Mas, como nossa própria análise sustentará, não é somente a presença desse "eu" que indicará a atuação do sujeito da enunciação. Há também outras "manifestações" da presença desse sujeito que podemos chamar aqui, mais precisamente, de procedimentos acessórios, termo a ser explicitado mais claramente quando tratarmos do sujeito da enunciação.

Tendo como base essa concepção de linguagem, podemos dizer que o sujeito da enunciação (na figura de um locutor) produz enunciados e que esses enunciados podem ser associados à noção de texto que é, afinal, nosso objeto de estudos. Benveniste propõe que a enunciação supõe a "conversão individual da

língua em discurso” (BENVENISTE, 2006, p.83). Isso nos permite associar a noção de texto como sendo um produto da própria enunciação⁶.

Sabemos que Benveniste não apresentou discussões acerca do texto, muito menos sobre textos escritos nos seus dois livros *Problemas de linguística geral I e II*.⁷ O que propomos é uma reflexão sobre esse nosso objeto tendo como base as teorias do autor, principalmente em relação às noções de frase, enunciado e enunciação. Neste trabalho de pesquisa propomos então que a noção geral que podemos supor a partir das teorias benvenistianas é que o texto é um produto da enunciação. Essa afirmação simplória carece de uma reflexão mais aprofundada que realizaremos na seção a seguir:

2.2 O texto escrito como objeto de análise da enunciação

É preciso ficar claro que o "texto" em si não foi objeto específico de análise das teorias benvenistianas, pelo menos não nas obras que estamos utilizando como referência que são os livros *Problemas de Linguística Geral I e II*. Por isso a presente proposta de pesquisa realizará deslocamentos metodológicos que permitam a análise textual sob viés enunciativo tendo em vista nosso referencial teórico. Como já referido em nota de rodapé (nº 7) há uma obra póstuma de Benveniste que trata do assunto, mas optamos aqui por não nos basear nesse material teórico já que, segundo Flores (2013, p. 179) este e outros textos póstumos de Benveniste são “fortemente submetidos a certa incompletude de leitura (...) trata-

⁶ Mais considerações acerca desse assunto serão apresentadas na seção 2.3 *Sujeito da enunciação*, página 28.

⁷ Embora Benveniste não tenha tratado de textos escritos, não é possível afirmar que ele não tenha tratado de escrita. Em um de seus livros menos conhecidos (veio à público na França somente em 2012) e recém traduzido para o português (2014), *Últimas aulas no Collège de France – 1968 e 1969* (publicação póstuma) o autor aborda vários aspectos de tal tema. Em suas últimas dezesseis aulas que compõem o livro, Benveniste trata sobre os diferentes sistemas semiológicos e também sobre a escrita. Além de apresentar aspectos relativos à história da escrita, o autor defende que ela pode ser considerada como um sistema “semiótico particular”. Além disso o autor afirma que a escrita é uma “iconização do pensamento, uma linguagem interior” (p. 42). Em suma, de forma complexa, Benveniste aponta em suas últimas aulas para a identificação dos mecanismos deste aspecto da linguagem que é a escrita. Para mais informações verificar *BENVENISTE, Émile. Últimas aulas no Collège de France. São Paulo: Editora Unesp, 2014*. Na próxima seção buscaremos aprofundar a discussão sobre tal tema, no entanto, não utilizaremos essa obra recente de Benveniste. Optamos por nos ater somente no referencial teórico disponível nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II*.

se de publicação não revisada pelo autor”. Ainda segundo Flores (2013, p. 179) “são textos com consideráveis lacunas de formulação. ” Assim, mesmo que tal texto possa ser uma fonte de pesquisa, verificamos que acabaríamos deixando de lado nosso propósito que é abordar a progressão tópica textual.

Assim, iniciando nossas considerações acerca do texto escrito, verificamos que Benveniste, ao definir enunciação como "este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 2006, p. 82) mostra que a própria enunciação "supõe a conversão individual da língua em discurso" (p.83). Dessa forma, podemos propor o texto como sendo um produto da enunciação - o enunciado, associando-se a discurso. É o próprio autor que permite essa ampliação do tratamento ao tema já que no final de um dos seus artigos mais importantes, o *Aparelho Formal da Enunciação* (1970), pontua possíveis desdobramentos do estudo no contexto da enunciação, entre eles, a distinção da enunciação falada e a enunciação escrita. E também é o próprio autor quem afirma que "esse grande processo (a enunciação) pode ser estudado sob diversos aspectos" (p.82)

Segundo Endruweit (2004) é aceitável ver na escrita "um ato de apropriação de um sujeito marcado no enunciado produzido" (p.94). A autora propõe que assim como é possível ver a língua antes da enunciação apenas como "possibilidade de língua" (BENVENISTE, 2006, p.83), a escrita, já que é forma, antes de tudo, é palavra e deveria ser vista apenas como uma representação semiótica⁸. Mas com a enunciação, segundo a autora, o sujeito da enunciação "age" também na escrita, transformando-a em discurso. Dessa forma a escrita passa a corresponder também ao domínio de significação semântico, ou seja, ao domínio discursivo. Ainda em relação aos estudos da enunciação escrita, ela afirma que já que há uma apropriação individual da língua no momento da enunciação, é perfeitamente aceitável que isso seja transferido para a escrita. Consequentemente, poderemos então abordar a enunciação sob ponto de vista da escrita, no nosso caso, a escrita acadêmica.

⁸ Benveniste distingue dois modos de significação: o semiótico e o semântico. O primeiro consiste em um modo de significação que é tido como “próprio” do signo linguístico. Já o segundo deve ser visto como um modo de significação que acontece somente quando a língua está em ação, ou seja, no domínio do discurso. Segundo a autora na discussão aqui realizada, a escrita poderia ser vista como uma mera junção de palavras, signos linguísticos do domínio semiótico de significação. Mas a realidade é outra. A discussão detalhada sobre as noções semiótica e semântica para Benveniste serão realizadas na seção 2.4.1.1 – *A questão do sentido*. (página 50).

Voltando ao trecho final do "Aparelho formal da Enunciação (1970)" e baseando-nos nas proposições de Flores e Nunes (2012) podemos dizer ainda em relação ao fato de que Benveniste nos leva a verificar que a enunciação escrita pode ser um objeto de estudo que, de fato, a escrita é complexa e trabalhar com ela do ponto de vista da enunciação exige que vários aspectos sejam levados em conta. Conforme Benveniste, no trecho final, já mencionado aqui

esta [a enunciação escrita] se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui. (BENVENISTE, 2006, p. 90)

Segundo Flores e Nunes (2012) essas "formas complexas do discurso" podem ser interpretadas como sendo o próprio texto escrito. O "quadro formal" esboçado nada mais é do que os estudos apresentados nesse artigo sobre os caracteres formais da enunciação. Para esse estudo da enunciação, ainda segundo os autores supracitados, Benveniste propõe caminhos metodológicos: "na enunciação consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização" (BENVENISTE, 1989, p.83 apud FLORES E NUNES, 2012, p. 238).

Assim, em síntese, podemos dizer que a enunciação escrita pode ser vista como uma forma complexa de discurso e que tem estatuto próprio dentro da enunciação, pois apresenta um quadro formal de realização. O linguista ao analisar a enunciação escrita deve levar em conta que ela envolve o ato e a situação de produção além de ser necessária uma descrição dos recursos linguísticos (os instrumentos) que permitem que o ato aconteça. Outro ponto chave ainda em relação às especificidades da enunciação escrita é o que está posto no trecho de Benveniste de 1970 acima citado: a enunciação é situada em dois planos. Isso significa que além da presença daquele que enuncia, temos ainda aqueles que são convocados pela própria enunciação.

Isso será relevante em nossa análise, já que nosso corpus de pesquisa se compõe de *resenhas* acadêmicas, gênero textual que precisa incorporar o discurso do outro a fim de que se consolide como tal. Em outras palavras, a *resenha* acadêmica apresenta em sua constituição, segundo Motta-Roth (2010, p.28) além da

avaliação da obra resenhada, uma descrição dessa obra. Isso envolve, portanto, compreender o texto fonte para que se possa, posteriormente, elaborar um texto independente, capaz de ao mesmo tempo, informar sobre o “dizer” de outro e veiculá-lo de forma adequada na resenha além de apresentar uma avaliação pessoal do mesmo. Dessa forma, compreender a "dupla cena enunciativa" proposta por Benveniste será de grande valia para nossas considerações acerca do gênero *resenha* acadêmica.

Ainda no que diz respeito às especificidades da enunciação escrita é interessante pontuar que "a enunciação falada desfruta de uma simultaneidade temporal estranha à enunciação escrita" (FLORES E NUNES, 2012, p. 238). Na fala temos a produção/ compreensão da enunciação no mesmo momento de produção, ou seja, tudo é simultâneo. Isso não acontece na escrita, pois, mesmo abarcando a presença de um locutor e de um alocutário, a temporalidade depende exclusivamente do tempo em que a leitura feita pelo alocutário (leitor) vai ser dar (não simultânea à produção da escrita).

Enfim, há vários aspectos relacionados à enunciação escrita que precisam ser levados em conta no momento das análises. Mas, a questão principal aqui apresentada revela que é plenamente possível olhar um texto escrito sob o ponto de vista da enunciação, por isso o presente projeto de pesquisa poderá ser consolidado.

2.3 Sujeito da enunciação

As reflexões postuladas por Émile Benveniste, embora não possam ser consideradas estritamente voltadas para uma constituição de uma linguística da enunciação propriamente dita, são consideradas fundadoras do que hoje chamamos de Linguística da Enunciação. As suas abordagens sobre o funcionamento da linguagem como um todo, agrupadas na seção do *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I) "O homem na língua" são relevantes para a compreensão do contexto enunciativo.

A obra de Benveniste é composta por uma infinidade de noções que se articulam entre si e permitem que o autor teça as mais diferentes considerações. “Há em Benveniste conceitos, termos e noções cuja compreensão decorre das relações que mantêm com outros conceitos, termos e noções” (FLORES, 2013, p. 99) Por isso é praticamente impossível estudar termos isoladamente nos textos de Benveniste. Dessa forma, as diversas noções aqui apresentadas serão discutidas tendo como base outras noções que, se não apresentadas de forma específica aqui, serão delineadas em outras seções da dissertação.

Podemos depreender inicialmente de suas proposições que a linguagem seria o lugar no qual o indivíduo se constitui como sujeito, mas não como um sujeito empírico e sim aquele que se constitui na linguagem (o sujeito da enunciação). Antes de prosseguirmos, no entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que Benveniste não utiliza em seus escritos a expressão “sujeito da enunciação” e nem “sujeito do enunciado”. Não há clareza em seus escritos que nos permita a delimitação clara e objetiva de tais conceitos.

Claudine Normand (1996, p. 145) aponta para o fato de que entre os variados termos usados por Benveniste, há “um ausente: sujeito de enunciação ou da enunciação”. Segundo a autora, “a teoria da enunciação implica, pois um sujeito mas não faz a teoria deste. ” (p.147). A autora pontua que há uma grande diversidade de termos teóricos usados por Benveniste quando se trata de “sujeito”. Segundo seus apontamentos (NORMAND, 1996, p.145), o autor não utiliza o termo “sujeito da enunciação”, mas sim termos da tradição gramatical (como ‘sujeito do verbo’, ‘sujeito enquanto um ser existente’, etc), termos não teóricos em relação com o discurso comum (o falante, o ouvinte, o enunciador) e outros termos diversos. O sujeito, ainda de acordo com Normand (1996), seria apenas um elemento encontrado quando Benveniste constrói formulações de uma teoria acerca da significação. O objetivo do autor é, pois, propor estudos da significação e não fazer uma teoria sobre o sujeito.

Antes de seguirmos é importante frisar que o sujeito em si não é objeto de estudos da enunciação de forma geral. Flores et al (2008) afirma que "considerar o sujeito no campo da LE implica recurso à exterioridade teórica à Linguística, o que, de imediato, exige que sejam explicitados os termos pelos quais a Linguística estará

em relação com outras áreas do conhecimento". (p. 24) Sem dúvida, não é esse o propósito da enunciação e nem de Benveniste.

Ainda de acordo com Flores et. al (2008), "a Linguística não tem instrumentos suficientes para abordar o sujeito em si, exatamente porque esse conceito considera aspectos exteriores ao linguístico (filosóficos, antropológicos, psicanalíticos, etc.)"(p.26). Assim, o sujeito não é objeto de estudos da enunciação, por isso, o que interessa são as marcas deixadas pelo sujeito no enunciado.

Mesmo sabendo que não encontraremos em Benveniste uma definição clara de sujeito da enunciação, podemos dizer que é plenamente possível tecer considerações acerca do sujeito tendo como base seus textos porque essa questão é elemento chave, como vimos, para as proposições do autor sobre a significação. Embora o autor não tenha apresentado de forma clara uma definição do termo, de uma forma ou de outra, Benveniste "serve-se" dessa noção crucial para que os seus estudos do domínio semântico se concretizem. Buscaremos verificar em seus escritos elementos que nos permitam formular uma noção de sujeito.

A noção de locutor é um desses elementos relevantes. Podemos afirmar que ela é a base para que a construção da noção de sujeito da enunciação ocorra. Encontramos referências ao termo em diferentes textos, mas focaremos aqui em três artigos de Benveniste que compõem nosso corpus de pesquisa: "Natureza dos pronomes" (1956); "Subjetividade na linguagem" (1958) e "O aparelho formal da enunciação" (1970).

No artigo "Natureza dos pronomes" de 1956 no qual Benveniste analisa as instâncias de discurso, mais especificamente as categorias de pessoa e não-pessoa, vemos que a figura do "locutor" é referida. Benveniste afirma que o locutor se propõe como sujeito quando se identifica como "pessoa única pronunciando 'eu'" (PLG I, p. 280). Dessa afirmação podemos inferir que o locutor é uma espécie de "instância" primordial que precisa passar por um processo (se propor como tal) para que a enunciação ocorra. É uma figura, pois, essencial, mas que precisa propor-se como tal, para que o sujeito se constitua como um efeito de tal processo. De acordo com o autor, a linguagem, tendo como base o "eu", torna-se, depois dessa apropriação, uma instância de discurso. Em suas próprias palavras

Os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor. (Benveniste, 2005, p.281)

No artigo “Subjetividade na linguagem” (1958) que será discutido mais detalhadamente a seguir também temos referência ao locutor como sendo uma instância linguística de base: “a subjetividade que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito. ” (BENVENISTE, 2005, p. 286). De acordo com essa passagem, a figura do locutor é a base para que a noção de sujeito se concretize. O sujeito não existe inicialmente, é preciso que o locutor se proponha como tal. Isso é afirmado também em um de seus mais importantes artigos, o “Aparelho formal da enunciação” de 1970.

Temos nesse texto mais uma vez a referência ao fato do locutor propor-se como sujeito: “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. ” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Reafirmando essa posição de base do locutor, Benveniste afirma nesse mesmo artigo que o locutor é introduzido em primeiro lugar e é uma condição necessária para a enunciação (p.83).

Não podemos, pois, afirmar que o sujeito da enunciação é um sinônimo de locutor nos escritos de Benveniste. Embora ocorram algumas “flutuações” terminológicas⁹ dos termos usados pelo autor, fica muito claro que o sujeito da enunciação é um *efeito* da apropriação da linguagem feita por um locutor. A enunciação só ocorre porque temos um locutor que se apropria da linguagem e se propõe como sujeito.

A fim de aprofundar nossas considerações acerca da enunciação e do sujeito da enunciação, discutiremos nas subseções a seguir, de forma mais detida e em ordem cronológica, os artigos já mencionados aqui: “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946), “Natureza dos pronomes” (1956); “Subjetividade na linguagem” (1958) e “O aparelho formal da enunciação” (1970).

⁹ Mais considerações sobre o assunto verificar FLORES, V. Flutuações terminológicas da teoria enunciativa de Benveniste. In: _____ *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 34 – 42.

2.3.1 Pessoa e não pessoa na teoria benvenistiana

Discutir a subjetividade na linguagem, quando se trata do estudo das considerações de Benveniste acerca da enunciação, implica necessariamente na discussão de vários tópicos que se associam às noções de sujeito da enunciação que aqui vêm sendo apresentadas. Um desses tópicos, que é também um fundamento da subjetividade, é a questão da pessoa e não pessoa na linguagem. Como vimos o sujeito da enunciação é uma instância linguística que decorre do processo de apropriação da linguagem feita pelo locutor. A marca de pessoa é o que permite que tal processo ocorra. Repetindo a passagem já citada, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso”. (BENVENISTE, 2005, p. 286). A categoria de pessoa é elemento fundamental para a subjetividade na linguagem. A fim de aprofundar esse assunto recuperaremos aqui dois artigos de Benveniste: "Estrutura das relações de pessoa no verbo" (1946) e "A natureza dos pronomes" (1956). Como estamos apresentando os artigos de forma cronológica, será possível verificarmos a “evolução” do pensamento do autor.

No primeiro artigo, e também de forma mais aprofundada no segundo, Benveniste vai distinguir as duas primeiras pessoas (*eu* e *tu*) da terceira (*ele*). O autor nota que há uma disparidade entre a 3ª pessoa e as duas primeiras que apresentam "ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa" (p.250). Esse critério que distingue as pessoas é explicado da seguinte forma: "*Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o '*eu*': dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim." (p.250). A mesma situação é verificada no caso da segunda pessoa, o *tu*: "*tu* é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do '*eu*'; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de '*tu*'" (p.250). Em razão dos traços em comum que *eu* e *tu* apresentam, Benveniste integra-os na noção de pessoa.

Como a 3ª pessoa é enunciada fora do *eu-tu*, o autor questiona a sua legitimidade como "pessoa". "A forma dita de terceira pessoa comporta realmente uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma 'pessoa' específica" (p.250). É por isso que ele vai considerar a 3ª pessoa como "não pessoa".

Benveniste apresenta ainda neste mesmo artigo, três características das chamadas pessoas e não pessoa que ajudam a compreender a diferença entre elas: 1) *Eu* e *tu* são sempre únicos, mas *ele* "pode ser uma infinidade de sujeitos - ou nenhum"(p.253); 2) *Eu* e *tu* podem ser invertíveis, mas o *ele*, como não pessoa "não designa especificamente nada nem ninguém" (p.253), não pode ser invertido como os outros; 3) a terceira pessoa é a "única pela qual uma coisa é predicada verbalmente"(p.253)

Ainda no mesmo artigo, Benveniste aponta que as oposições apresentadas são membros de uma correlação. A primeira, depreendida das oposições já aqui discutidas, é a *correlação de personalidade*: *eu* e *tu* possuem a marca de pessoa; *ele* é a não pessoa. A segunda apontada pelo autor é a *correlação de subjetividade*: *eu* é oposto a *tu* (*eu* é pessoa subjetiva e *tu* é pessoa não subjetiva) Nesse caso, "eu é interior ao enunciado e exterior ao tu, mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo." (p.255).

Podemos expor essa segunda correlação (oposição entre pessoa subjetiva e não subjetiva) da seguinte forma: 1) "*eu*" é, de acordo com o autor, interior ao enunciado e sempre exterior ao *tu*; 2) O "*eu*" pode ser visto como transcendente com relação a "*tu*", nas palavras do próprio Benveniste, "quando saio de "mim" para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um "tu" que é, fora de mim, a única "pessoa imaginável" (BENVENISTE, 2005, p.255);

A correlação de subjetividade apontada pelo autor nada mais é do que a oposição existente entre a pessoa subjetiva que é o "*eu*" e a pessoa não subjetiva, representada pelo "*tu*". Benveniste afirma ainda nesse mesmo artigo que "essas qualidades de interioridade e de transcendência pertencem particularmente ao "*eu*" e se invertem em "*tu*". (p. 255).

Buscando aprofundar as considerações tecidas nesse artigo de 1946, dez anos depois, Benveniste vai abordar novamente o assunto e, embora o título do artigo "A natureza dos pronomes" induza-nos a pensar que o autor vai apenas reforçar ou trazer novos apontamentos sobre o que já havia discutido no artigo anterior, de acordo com Flores (2013, p. 93) vai também tratar de algo mais complexo: a oposição subjetivo/objetivo.

Considerando a problemática dos pronomes como um problema de linguagem e não de línguas, ou seja, não é algo apenas gramatical, Benveniste nesse artigo afirma que os pronomes não "são unitários", já que são "espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos" (p.277). Alguns podem fazer parte da sintaxe da língua, e outros dependem das "instâncias de discurso". O autor define essas instâncias como "atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor." (p.277).

Falando sobre os pronomes pessoais, Benveniste identifica que há diferenças não só morfológicas e sintáticas entre os usos de *eu* e "um nome referente a uma noção lexical" (p. 278), mas há diferenças de ordem pragmática. O emprego dos nomes, segundo essa concepção, "refere-se a uma noção constante e objetiva" (p.278) Já no emprego de *eu*, não é possível identificar uma "classe de referência" "uma vez que não há 'objeto' definível ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias" (p.278). Dessa forma, *eu* pode somente se referir a uma instância de discurso e deve corresponder a um ser único. Nas palavras de Benveniste, "*Eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*." (p.278)

Além disso, Benveniste aponta para o fato de que a "forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere" (p.279). Já o *tu* é visto como "um indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*". (p.279). Com isso o autor busca expor que os pronomes podem pertencer a diferentes classes de análise, além de apresentarem categorias que diferem entre si, dependendo da posição que eles assumem na linguagem. Sabendo que *eu* e *tu*, conseqüentemente vão sempre se referir a uma realidade do discurso (p.278), Benveniste aponta que

...é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas "pronominais" não remetem à "realidade" nem a posições "objetivas" no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e refletem assim o seu próprio emprego. A importância de sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. (p.280)

Com esses apontamentos Benveniste busca demonstrar que as formas pronominais sempre estarão relacionadas à enunciação, que é, como já foi

apresentada por esse trabalho, cada vez, única. A comunicação intersubjetiva é, assim, relacionada também à enunciação.

Para terminar suas considerações, o autor demonstra que há mais um ponto que contribui para a distinção entre a pessoa e a não pessoa: há os signos que ele considera como "vazios", "não referenciais com relação à realidade" cujo papel consiste em "fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso" (p.280). Esses signos, segundo Benveniste, se "tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso". (p. 280). Esses ele classifica como submetidos à condição de pessoa. Por outro lado, o autor demonstra que há signos que "remetem não a eles mesmos, mas a uma situação 'objetiva'" (p.282). São os que ele considera como não pessoa, ou seja, a terceira pessoa do discurso.

Enfim, a grande contribuição do artigo "*A natureza dos pronomes*" consiste no fato de que Benveniste valida as questões apresentadas em "*Estruturas das relações de pessoa no verbo*", reafirmando o que já havia demonstrado: a categoria de pessoa tem importância fundamental para a compreensão da subjetividade na língua já que a diferença entre as formas pronominais não se dá apenas pela identificação da pessoalidade, mas sim da verificação da subjetividade, correlação relevante para os estudos enunciativos. Como adiantamos no início desta seção, a categoria de pessoa é uma das formas que permitem que o sujeito se marque linguisticamente. Nesse processo

A linguagem, de algum modo, propõe formas "vazias" das quais cada locutor em exercício se apropria e as quais refere a sua "pessoa", definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. (Benveniste, 2005, p 289)

Este trecho do artigo "Subjetividade na linguagem" reforça o fato de que as formas pronominais são fundamentos da subjetividade. A seguir apresentaremos considerações acerca deste artigo que é relevante para a compreensão da enunciação como um todo.

2.3.2 Subjetividade da linguagem

Levando em consideração o fato já discutido anteriormente de que sujeito da enunciação e locutor são instâncias linguísticas diferentes, podemos seguir refletindo sobre a figura do sujeito nos textos de Benveniste. Embora as considerações acerca de tal tema possam ser depreendidas de diferentes artigos, talvez "Da subjetividade na linguagem" (1958) seja o texto no qual Benveniste fixa de forma bem clara suas proposições mais importantes sobre o assunto. Partindo de uma reflexão antropológica sobre o fato de que há problemas em considerar a linguagem como um instrumento, já que ela é algo da natureza humana ("não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a" (p.285)), Benveniste (2005) assume nesse artigo que é "na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito." (p.286) O locutor não é um sujeito inicialmente, como já discutido aqui, ele precisa se propor como tal; o resultado desse processo é o sujeito da enunciação. Benveniste considera a subjetividade como elemento "fundamental" da linguagem e para isso é o status de pessoa que acaba fundamentando-a.

De acordo com Flores e Teixeira (2012) o sujeito pode ser tido, de acordo com essa concepção benvenistiana como "produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas linguísticas que, pertencentes à língua, possibilitam a passagem de locutor a sujeito num processo de apropriação da língua." (p.33). Como já vimos anteriormente, o processo de apropriação é fundamental para que o sujeito da enunciação se manifeste. A subjetividade pode ser vista como uma "capacidade do locutor para se propor como sujeito". (FLORES, 2013, p. 125). E é, como vimos, a categoria de pessoa que dá o fundamento à subjetividade, já que cada locutor, através do processo de apropriação, poderá propor-se como sujeito, remetendo-se a si mesmo como "eu" no discurso. Quando o sujeito assume essa posição de "eu" no enunciado, a subjetividade é efetivada. Esse "eu" não pode ser considerado como apenas o pronome de 1ª pessoa, mas sim uma marca linguística da categoria de pessoa, assim como é discutido pelo autor em seu artigo que trata especificamente da questão das pessoas na linguagem, "*A natureza dos pronomes*", apresentado na subseção anterior.

Assim, a cada alocação, na qual o *eu* dirige-se a alguém, o *tu*, acaba ocorrendo uma inversão de papéis, na qual o que era *eu* passa a ser *tu*, numa espécie de reciprocidade, proporcionando assim a possibilidade da constituição de pessoa. Esse aspecto da linguagem é o que podemos identificar como sendo a *intersubjetividade*, outro termo usado por Benveniste que se define como “uma condição da presença humana na linguagem na qual *eu* e *outro* se pressupõem mutuamente. ” (FLORES, 2013, p. 124). Nas palavras de Benveniste, "eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*". (p.286). É nesse "jogo" que vemos a "pessoa" ser constituída. De acordo com Benveniste

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (BENVENISTE, 2006, p. 80)

A passagem acima só reitera a importância que o "outro" assume para a constituição da linguagem. É, pois, primordial a presença do interlocutor (alocutário – para usar as palavras de Benveniste) para que a intersubjetividade, um dos aspectos essenciais do *homem na língua*, ocorra.

De acordo com Flores e Teixeira (2012, p. 33) a divisão entre o sistema pronominal em pessoa e não pessoa faz com que o sujeito se constitua, no processo interativo do uso das formas linguísticas. Ainda segundo esses autores a teoria de Benveniste "não fala de sujeito em si, mas da representação linguística que a enunciação oferece dele" (p.35). Podemos dizer então que a categoria de pessoa é o principal indicador da subjetividade na linguagem nas reflexões benvenisteanas.

Benveniste, como vimos, cita em vários trechos do artigo "*Da subjetividade na linguagem*" que, na linguagem, o locutor é designado a apropriar-se da língua, tornando-se, em decorrência disso, um sujeito. Essa apropriação é tida como o próprio ato enunciativo. O sujeito é, então, responsável pela constituição do discurso como tal e é a partir dele que a enunciação ocorre.

Buscando seguir o mesmo caminho de Valdir Flores (2013, p. 112), podemos dizer então que o sujeito é um "efeito" da apropriação do locutor. Assim como Flores,

não podemos ver essa apropriação como um ato de tomar posse, mas sim como “tornar próprio de si”. Por isso é que é necessário falar em sujeito *da* enunciação, já que ele é um elemento que provém da própria enunciação. De acordo com Flores (2013, p. 115) “a enunciação é uma espécie de ‘funil’ mesmo por onde o locutor faz passar a língua na tentativa de assegurar um sentido.” Ainda de acordo com o autor (p. 115) “o sujeito da enunciação advém do ato de tentar afunilar o sentido”.

Dessa forma, o sujeito da enunciação surge como efeito de um processo que tem como função a construção de sentidos. Verificamos que o sujeito da enunciação não pode ser identificado / apontado diretamente nos textos escritos, por isso não podemos usar essa “identificação” como um critério de análise. O que realmente temos nos textos escritos são as marcas deixadas pelo locutor e essas marcas são justamente o que tomamos como base de nossa pesquisa já que elas expressam o próprio sujeito da enunciação.

2.3.3 Bases da subjetividade: o aparelho formal da enunciação

A definição de enunciação feita por Benveniste em um dos seus artigos mais importantes, "*O aparelho formal da enunciação* (1970)" reforça a ideia de que a apropriação feita por parte do locutor é um ato individual muito importante: "a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (2006, p. 82).

Nesse texto o autor discute a oposição existente entre linguística das formas (descrição linguística, regras) e a enunciação (que tem a ver com discurso) e propõe que "enunciar é transformar individualmente a língua - mera virtualidade - em discurso". (FLORES E TEIXEIRA, 2012, p. 35). Isso levando em conta que há a apropriação por parte do locutor da língua, afinal o aparelho formal da enunciação descrito nada mais é do que um fundamento da estrutura da língua que permite que ocorra a subjetividade. Tal artigo tem importância crucial na obra de Benveniste já que é fruto de um longo caminho de reflexões acerca da enunciação. De acordo com Flores (2013, p. 161) “trata-se, portanto, de um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste”.

Diferenciando o emprego das formas do emprego da língua, Benveniste admite neste artigo que os mecanismos de emprego da língua afetam-na inteira e que na enunciação devemos sempre considerar o “próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização.” (BENVENISTE, 2006, p. 83). O autor define a enunciação como uma realização individual, um processo de apropriação do aparelho formal pelo locutor. Nesse processo há sempre a instauração do “outro” no discurso, ou seja, há sempre uma alocação, o que chamamos também de intersubjetividade.

Uma das questões essenciais abordadas pelo autor diz respeito ao fato de que na enunciação tem-se como objeto de reflexão o ato de produzir o enunciado, ou seja, a enunciação e não o próprio enunciado. Benveniste aponta ainda neste artigo três aspectos que considera importantes quando se analisa o processo enunciativo: a realização vocal da língua que pode ser realizada de diferentes formas, dependendo da situação em que o discurso é produzido; o mecanismo da produção de enunciados que diz respeito à semantização da língua, ou seja, às formas como o sentido é “atribuído” às palavras; e por fim o quadro formal de realização da enunciação. Esse último aspecto corresponde ao principal objetivo de Benveniste no artigo, em suas palavras, “tentaremos esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006, p. 83)

Benveniste passa, então, a descrever o que é necessário para conseguir essa descrição dos caracteres formais. Como já citado acima, ele considera o ato, a situação e os instrumentos de realização do enunciado. O ato, para o autor, é individual e acontece quando o locutor, apropriando-se do aparelho formal da língua se propõe como sujeito e também, como no trecho já citado anteriormente, “enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos [...] e procedimentos acessórios” (BENVENISTE, p. 84). Assim podemos dizer que “o aparelho formal da enunciação não é algo que esteja pronto aprioristicamente e que caberia ao locutor acessar, tomar posse, mas é algo construído a cada enunciação a partir dos recursos da língua em uma dada situação.” (FLORES, 2013, p. 168)

E assim chegamos a mais um ponto que nos interessa para a construção da noção de sujeito da enunciação dos artigos de Benveniste: definir como encontramos nos textos as marcas do sujeito, as marcas de apropriação deixadas

pelo locutor que nos permitem verificar o efeito da apropriação, ou seja, o sujeito da enunciação. Como apontado pelo autor temos os índices específicos e os procedimentos acessórios como elementos que contribuem para o processo de apropriação do locutor. Benveniste não deixa de forma clara quais são esses elementos no artigo *Aparelho Formal*. Mas deixa várias sugestões que devem ser consideradas. Na subseção a seguir apontaremos com mais detalhes essa questão

2.3.4 Índices específicos e procedimentos acessórios

Tomaremos como base de reflexão para discutirmos a questão dos índices específicos e procedimentos acessórios o artigo de Fábio Aresi (2011) *“Os índices específicos e procedimentos acessórios na enunciação”*. O autor considera esses elementos como “um ponto de chegada” no desenrolar da produção teórica de Benveniste que busca refletir sobre a subjetividade na linguagem. Aresi (2011) analisa diversos artigos buscando evidenciar que os escritos de Benveniste nos fazem ir

de uma visão primeiramente indicial da subjetividade na linguagem, para uma abordagem da língua enquanto semiótica e enquanto semântica, a qual conduz a uma concepção de língua em que ela toda estaria submetida à enunciação, através de um constante processo de apropriação subjetiva. (ARESI, 2011, p. 263)

Assim, Aresi (2011) sustenta em uma breve análise dos artigos já discutidos aqui *“Natureza dos pronomes”* (1956) e *“A subjetividade na linguagem”* (1958) que os pronomes pessoais, as marcas de tempo e de espaço, “até então constituem os únicos elementos da língua que nos permitem falar em subjetividade na linguagem” (p.265) nos textos de Benveniste. Em um segundo momento de reflexão, Aresi, analisando *“Os níveis de análise linguística”* (1964), *“A forma e o sentido na linguagem”* (1966) e *“Semiologia na língua”* (1969) verifica que a significação passa a ser o objeto de estudos de Benveniste e que há uma nova forma de tratamento ao assunto que não considera mais somente a divisão da língua entre subjetivo e objetivo: “trata-se, na verdade, de conceber a língua toda enquanto sistema formal intralinguístico (semiótico) e de conceber a língua toda enquanto língua atualizada

em frase por um locutor (semântico)”(ARESI, 2011, p. 266) Entra em foco, assim, a significação, os modos como as frases adquirem sentido.

O terceiro momento de análise de Aresi é justamente verificar “O aparelho formal da Enunciação” (1970). O autor percebe que a subjetividade, antes apenas referida a algumas partes da língua, agora passa a ser algo que é submetido a toda a língua, tomando uma amplitude maior. Refazendo então o percurso de Benveniste no artigo (de forma semelhante com o que fizemos na subseção anterior), Aresi também verifica que a enunciação é o que possibilita o emprego da língua e que são os índices específicos e os procedimentos acessórios que permitem ao locutor enunciar sua posição de locutor através da apropriação do aparelho formal da língua.

Antes de indicar quais são os procedimentos acessórios e os índices específicos, Aresi se propõe a verificar as diferenças conceituais entre os termos “índice” e “procedimento” nos textos de Benveniste. Após um breve levantamento da ocorrência de tais termos nos artigos já citados aqui de Benveniste, Aresi verifica que “índice” nos textos benvenisteanos relaciona-se com os termos “indicador” e “indicar” e que esse termo, nas ocorrências encontradas relaciona-se com as categorias de pessoa, tempo e espaço. O autor verifica também que o termo se relaciona diretamente à expressão “indicadores de subjetividade” presente no Dicionário de Linguística da Enunciação. Com isso, pode-se afirmar que “tais índices seriam, portanto, os indicadores por excelência da subjetividade na linguagem” (p.271)

Ao analisar “procedimento”, Aresi verifica que o termo não aparece com frequência nos textos de Benveniste, mas quando aparece, dá a ideia de “organização” ou “agenciamento”. Assim, o autor propõe que tal termo remete “à noção de processo, de modo de organização das unidades.”(p.272)

Enfim, respondendo à pergunta “quais são os índices específicos da enunciação”, Aresi conclui que são os referidos por Benveniste como “as formas das categorias de pessoa, tempo e espaço reveladas na e pela enunciação e responsáveis por assegurar a referência enquanto condição necessária da enunciação” (p.272). Já em relação aos procedimentos acessórios, Aresi verifica que não é possível listá-los, apenas podemos ver esse conceito como “processo de

agenciamento das formas” (p.272). E é através desse agenciamento que temos a “semantização total da língua”. (p.273). Nas palavras de Aresi, temos “a conversão total da língua em discurso e a constituição do sentido a partir da escolha e do agenciamento das formas por um locutor no uso efetivo da língua” (p.273). Em suma, os procedimentos acessórios são mecanismos que permitem que o locutor enuncie sua posição de locutor e se proponha como tal, permitindo o processo de apropriação e conseqüente proposição do sujeito. E como veremos nas seções seguintes, esse agenciamento de palavras é um dos elementos relevantes para a constituição do tópico discursivo.

Nosso trabalho de pesquisa visa justamente investigar esses dois mecanismos dentro de produções textuais escritas. Nossa proposta inicial é verificar como os índices específicos contribuem para a continuidade de sentidos no texto, permitindo o “aparecimento” do sujeito da enunciação e também contribuindo para a progressão tópica textual. Além disso verificaremos também os procedimentos acessórios, ou seja, os demais mecanismos que nos permitem identificar as articulações propostas pelo locutor, que indicam também presença do sujeito da enunciação no discurso. A organização do texto em tópicos será analisada como sendo um procedimento acessório que contribui para a semantização do texto, ou seja, o tópico poderá ser visto como o próprio sujeito da enunciação.

2.4 Progressão tópica vista sob viés enunciativo

2.4.1 Enunciação e progressão

Uma de nossas propostas é que a organização do texto em tópicos é uma marca da enunciação deixada pelo sujeito no texto. Dessa forma devemos analisar o fenômeno da progressão sob um viés enunciativo. No entanto, não devemos desconsiderar o montante de estudos realizados pela Linguística Textual acerca do assunto. Por isso optamos por utilizar as proposições da LT como base para nossas reflexões.

Um dos pontos iniciais que abordaremos é a própria definição de tópico, já apresentada na introdução, (página 13) e retomada aqui: o tópico seria uma categoria abstrata, primitiva e que "manifesta-se na conversação mediante enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes explícitos ou inferíveis, concernentes entre si e em relevância em determinado ponto da mensagem." (JUBRAN et.al., 2002, p. 344). Observamos que a definição apresenta traços que nos permitem discutir o processo da progressão por um viés enunciativo. Isso acontece principalmente porque o que é proposto pela LT é baseado inicialmente na conversação (discurso oral), envolvendo, portanto, interlocutores. Dessa forma já podemos perceber que há uma presença significativa de um locutor, que, como citado na seção anterior, vai precisar se propor como sujeito para que a construção de sentidos tenha início. Quando transpomos a definição de tópico para o texto escrito, conseqüentemente, continuamos tendo ainda um enunciador e um interlocutor, dotados das características particulares já apresentadas na seção anterior.

Outro ponto relevante que se pode discutir aqui é sobre a caracterização da progressão tópica. De acordo com Koch (2009, p.121), uma das principais teóricas da área da Linguística Textual no Brasil, a progressão é uma espécie de mecanismo linguístico responsável por fazer com que aconteça uma série de "relações semânticas ou pragmático-discursivas" entre os segmentos do texto, fazendo com que ele progrida. Esse agrupamento de segmentos pode ser tido, de acordo com as considerações de Benveniste acerca do funcionamento da linguagem, como uma questão relacionada à composição da língua. Ele reflete sobre isso no seguinte trecho:

Ela [a língua] não se deixa dividir, mas decompor; suas unidades são elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas por sua vez poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior. (BENVENISTE, 2006, p.225)

Assim, percebe-se que a configuração do discurso se dá na medida em que há o "agrupamento de unidades", portanto, podemos livremente interpretar isso como uma progressão entre enunciados. Embora Benveniste considere a frase (em uma de suas definições) como o último nível de análise, um nível superior, em suas próprias palavras, vemos que a configuração da linguagem em sua concepção é um

processo. Em seu artigo que trata da delimitação dos níveis de análise linguística (*Os níveis de análise linguística*, publicado originalmente em 1964) ele chega a afirmar que a frase é a "própria vida da linguagem em ação" (BENVENISTE 2005, p. 139) e quando se vai além da frase, chega-se no nível do discurso, ou seja, na linguagem em ação. Podemos de certa forma, transferir essas considerações de Benveniste sobre a frase, para o tópico textual discursivo.

A fim de realizarmos tal associação de forma mais efetiva vamos retomar as principais considerações de Benveniste acerca dessa unidade linguística que é a frase. Para isso abordaremos o artigo supracitado de 1964 e adiantamos que o autor apresenta ao menos duas noções diferentes para o termo *frase* no mesmo texto. O autor apresenta uma complexa reflexão acerca dos possíveis níveis que podem ser analisados. De acordo com Flores (2013) o que Benveniste tenta definir como nível de análise não é a mesma coisa que é feita pelas outras áreas da linguística (dividir a língua em morfologia, sintaxe, semântica, etc.). "Para Benveniste, um nível se define em função das relações distribucionais e integrativas que suas unidades têm" (p.136). O nível funciona, do seu ponto de vista, como uma espécie de operador nas análises já que permite o funcionamento das relações tendo como base o sentido.

No início do artigo Benveniste aponta para a segmentação e a substituição como operações presentes na noção de nível. Mas é importante salientar que o sentido acaba adquirindo função essencial em suas considerações, pois "é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico." (BENVENISTE, 2005, p.130). Todas as suas considerações acerca dos níveis buscam, sobretudo, "fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto de seus elementos" (p.127). Frisamos aqui a importância dessa citação para os nossos apontamentos porque ela chama a atenção para um dos aspectos que estamos justamente buscando verificar nas *resenhas* acadêmicas: a questão da articulação da linguagem feita por meio da progressão tópica textual. Benveniste propõe que somente a noção de nível permite "fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo" (p.127).

E é buscando expor esta complexidade das relações linguísticas que o autor vai definir, a princípio, a segmentação e a substituição como operações fundamentais; a primeira consiste em *segmentar* o texto em partes até chegar a

elementos que não se pode mais decompor e a segunda é um processo que, paralelo à segmentação, *substitui* os elementos e contribui para a identificação dessas partes. Esses dois processos compõem o que Benveniste chama de método da distribuição que nada mais é do que uma verificação nos níveis sintagmático e paradigmático das possíveis substituições e segmentações. Com isso o autor verifica que esses processos não obtêm o mesmo alcance já que a substituição ocorre também em elementos tidos como não segmentáveis.

Através de exemplos, Benveniste afirma no artigo que é possível distinguir duas classes de elementos mínimos: o nível fonemático (nível dos fonemas que são segmentáveis e substituíveis) e o nível hipofonemático (o nível dos merismas – ou traços distintivos - que são apenas substituíveis). Com essas diferenciações, o autor consegue reforçar a ideia da condição fundamental do sentido para as análises: não é possível segmentar o merisma simplesmente porque não será encontrado um elemento dotado de sentido.

Seguindo o artigo, Benveniste propõe verificar partes mais longas de texto oral, sempre tendo como base o sentido. Assim, nesse ponto, o autor verifica que não é possível aplicar a segmentação e a substituição em qualquer parte da língua falada. É necessário perceber que determinado elemento só pode ser considerado como tal se for capaz de “integrar” um nível superior de análise. Nas palavras do autor “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar em uma unidade mais alta” (p.131). Valdir Flores (2013, p.135) resume, de forma objetiva o que Benveniste está propondo nesse ponto do artigo:

- as unidades de determinado nível se *distribuem* nesse nível e são chamadas de *unidades constituintes* desse nível, as quais, por sua vez, só podem ser assim definidas se, simultaneamente, forem também *unidades integrantes* de um nível superior;

-a capacidade de *integração* em um *nível superior* diz respeito ao sentido. (FLORES, 2013, p.135). [Grifos do autor]

Assim, essas relações permitem que se passe ao estudo da palavra, que, de acordo com Benveniste apresenta uma natureza dupla: decompõe-se em unidades de nível inferior (fonemas) e pode agrupar-se com outras unidades em um nível superior de análise. Chegamos, pois ao termo que pretendemos focar em nossa

pesquisa: a frase¹⁰, apresentada aqui em sua primeira noção. Émile Benveniste, neste artigo, afirma que uma frase “constitui um todo que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto de constituintes” (p.132). Há, segundo o autor, uma série de implicações quando se passa da palavra à frase, “é preciso ver como se articulam as unidades segundo os seus níveis e explicitar várias consequências importantes das relações que elas mantêm. ” (p.133). Isso quer dizer que há diferenças significativas quando se trata da transição da palavra à frase.

Para explicar essas diferenças Benveniste propõe outras duas noções importantes: as relações distribucionais que ocorrem somente entre elementos de um mesmo nível e as relações integrativas que podem ocorrer entre elementos de níveis diferentes. A frase é vista pelo autor como um nível que comporta constituintes, mas não pode integrar uma unidade mais alta. Antes de entrarmos nessa questão é preciso ainda destacar outro ponto apontado pelo autor: as distinções entre constituinte e integrante são correspondentes de outras duas noções: forma e sentido.

Basicamente, a forma de uma unidade linguística é definida por Benveniste como sendo “a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior” (p.135). Já o sentido seria “a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior” (p.136). Essas propriedades são tidas pelo autor como “inseparáveis” no funcionamento da língua.

Assim, a noção de forma permite o reconhecimento de unidades que constituem um nível inferior e a noção de sentido permite a identificação das unidades integrantes de um nível superior. Mas a noção de sentido traz ainda outro aspecto: dizer que uma unidade linguística tem sentido é dizer que ela é significante, que tem capacidade de exercer uma função proposicional. Dessa forma, afirmar que determinada unidade tem sentido é pontuar que esse elemento possui uma propriedade de “constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades e identificável para os locutores nativos” (p.137).

¹⁰ Não pretendemos usar a noção de frase de Benveniste tal qual ela é proposta. Pretendemos associar essa noção ao tópico discursivo, esse sim, foco central nas análises que a pesquisa propõe. Além disso, essa primeira noção de frase é, para Benveniste, anterior às considerações enunciativas. Essa noção precede à formação discursiva do autor e é por isso que vemos um Benveniste ainda circunscrito ao estruturalismo saussuriano, das noções de sintagma e paradigma.

Com isso Benveniste chega ao último nível de análise que é o da frase (primeira noção de frase, nas formulações de Benveniste¹¹). Como já exposto acima ela não pode servir para integrar um nível superior de análise, pois é o próprio limite superior para o autor. Desse modo, podemos dizer que a frase é segmentável, mas não pode ser considerada como substituível. Ela deve ser vista como um segmento do discurso, "uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação". (BENVENISTE, 2005, p.140).

O tópico discursivo também, em LT, é uma unidade completa e dotada de significação e é esse justamente o motivo que nos dá respaldo para que possamos fazer a aproximação¹² da noção de frase benvenistiana com a noção de tópico discursivo. De acordo com Koch (2009, p.128) "um texto compõe-se de segmentos tópicos"¹³ e esse é um dos fatos que nos permite aproximar a noção de tópico com a de frase: o tópico compõe o texto que é uma unidade do discurso. Assim podemos ver a frase como um segmento do discurso, nas palavras de Benveniste (2005, p.139) "a frase é uma unidade, na medida em que é um segmento do discurso".

A frase para Benveniste pertence a "outro universo, o da língua como instrumento de comunicação" (p.139). Podemos inferir que o autor está apontando aqui para um domínio semântico no qual a frase apresenta-se como um todo dotado de sentido que é responsável pelo funcionamento da linguagem. Em suas palavras "é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem". (p.140).

Como vimos, a *frase* assume duas concepções neste artigo de Benveniste: a primeira delas diz que a frase é vista como o limite superior de análise que não pode

¹¹ Como já delineado na nota de rodapé anterior, Benveniste apresenta neste artigo pelo menos duas noções de frase: a primeira delas diz que a frase é um todo que se constitui por palavras e é um nível superior de análise; a segunda noção diz que a frase pode ser vista como uma unidade do discurso, ou como o próprio discurso. A seguir traremos mais considerações acerca desse ponto.

¹² Entendemos "aproximação" aqui como uma tentativa de verificar pontos semelhantes em cada um dos diferentes conceitos.

¹³ "Segmento tópico" e "tópico" não são sinônimos. Koch (2009, p.174) com o objetivo de facilitar a análise tópica de um texto afirma que se pode chamar "os fragmentos de nível mais baixo de *segmentos tópicos*; um conjunto de segmentos tópicos formará um *subtópico*; diversos subtópicos constituirão um *quadro tópico*; havendo ainda um tópico superior que engloba vários quadros tópicos, ter-se-á um *supertópico*". Optamos, assim como a própria autora fez em seus outros trabalhos, por utilizar o termo "tópico" que seria mais geral já que a distinção proposta não é relevante para o cumprimento dos objetivos de nossa pesquisa.

ser substituível, apesar de ser segmentável; a segunda concepção define frase como sendo a própria expressão do discurso.

O tópico discursivo nada mais é do que uma parte do texto, concernente sobre determinado assunto e que é dotado de sentido e pode ser identificável no texto. Assim como a frase benvenistiana em sua segunda concepção, o tópico textual também é um segmento do discurso dotado de significação. Reforçamos essa ideia com a proposição de Benveniste que diz que “a expressão semântica por excelência é a frase” (Benveniste, 2006, p. 229).

Assim, embora possamos verificar correspondências entre a noção de tópico e a primeira noção de frase de Benveniste, optamos por utilizar como elemento comparativo a segunda noção de frase proposta, a que se identifica com o próprio discurso.

De acordo com Jubran (2006) - autora filiada à Linguística Textual - há duas propriedades que definem um tópico textual e que permitem que seja possível fazer uma delimitação de segmentos tópicos do texto, além de caracterizar sua estrutura de funcionamento: a centração e a organicidade. A primeira é responsável por delinear o que poderíamos chamar também de *assunto* ou *tema* do texto e envolve

Concernência: relação de interdependência entre elementos textuais, firmada por mecanismos coesivos de sequenciação e referenciação, que promovem a integração desses elementos em um conjunto referencial, instaurado no texto como alvo da interação verbal;

Relevância: proeminência de elementos textuais na constituição desse conjunto referencial, que são projetados como focais, tendo em vista o processo interativo;

Pontualização: localização desse conjunto em determinado ponto do texto, fundamentada na integração (concernência) e na proeminência (relevância) de seus elementos, instituídas com finalidades interacionais. (JUBRAN, 2006, p. 35)

Em um evento comunicativo novos tópicos são introduzidos e eles são organizados em níveis diferentes, nos planos hierárquico e linear. Esse é o fato característico da segunda propriedade, a organicidade. De acordo com a autora acima citada, há uma espécie de hierarquia na apresentação dos tópicos em cada evento comunicativo: há como que camadas de organização, indo desde um tópico suficientemente amplo para não ser recoberto por outro superordenado, passando

por tópicos sucessivamente particularizadores, até se alcançarem constituintes tópicos mínimos" (JUBRAN et al., 2002, p.346). Essa organização expressa o plano hierárquico que compõe o que chamamos de Quadro Tópico (Qt).

Podemos, de fato, observar a constituição do tópico discursivo sob o viés da enunciação. Se aproximarmos a noção de tópico com as noções de frase de Benveniste é possível identificar correspondências. Uma delas, já delineada aqui nesta mesma seção, consiste inclusive no fato de que Benveniste considerava a frase, um todo de sentido, assim como a noção de tópico discursivo da LT que precisa apresentar sentido para ser considerada como tal. Em suas próprias palavras, em um trecho já citado aqui, "uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto de constituintes" (BENVENISTE, 2005, p.132). Benveniste aponta para a frase em sua segunda concepção, identificando-a como uma unidade pertencente ao discurso, assim como o tópico discursivo.

Finalmente, além da questão do sentido, podemos dizer que a aproximação da enunciação com as noções de tópico discursivo da LT é possível porque a própria constituição do discurso permite. Sempre teremos uma entidade linguística (o sujeito da enunciação) que vai ser responsável pela articulação das proposições de um texto.

As aproximações teóricas aqui propostas não desconsideram o fato de que temos dois objetos distintos, com características próprias, que pertencem a perspectivas teóricas (Linguística Textual e Linguística da Enunciação) diferentes. Mesmo assim devemos considerar como válidas as aproximações tendo em vista que há, de fato, pontos de encontro significativos que nos permitem refletir sobre a topicalidade tendo o viés enunciativo como base.¹⁴

¹⁴ Temos consciência de que a topicalidade e a progressão tópica são aspectos linguísticos que poderiam ser analisados totalmente sob o viés da Linguística da Enunciação, sem a necessidade de utilizar os conceitos da Linguística Textual. Mas optamos por deixar esse aspecto para ser abordado por pesquisas futuras como em um doutorado por exemplo.

2.4.2 A questão do sentido

Dizer que um tópico discursivo só é considerado como tal porque é dotado de sentido leva-nos a seguinte questão: o que é sentido, afinal? Muitas são as respostas e Émile Benveniste tratou disso em vários de seus artigos. Mas é em "*Forma e sentido na linguagem*" (publicado originalmente em 1967) que o autor vai tecer considerações profundas acerca de tão complexo tema. De início cabe pontuar que para o autor "o próprio da linguagem, é antes de tudo, significar" (BENVENISTE, 2006, p.222). Assim podemos dizer que a linguagem tem papel essencial na constituição da vida do homem em sociedade e é próprio do tópico discursivo significar.

Outro ponto relevante é que para o autor a língua apresenta o que podemos chamar de uma dupla significância, uma no domínio semiótico e outra no domínio semântico. "O semiótico designa o modo de significação que é próprio do signo linguístico e que o constitui como unidade." (BENVENISTE, 2006, p.64). Já com o semântico "entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo discurso." (BENVENISTE, 2006, p.65). Sabendo que o signo linguístico é a unidade do domínio semiótico e que a palavra é a unidade do domínio semântico, podemos verificar que Benveniste aborda a questão da significação de forma a abarcar esses dois domínios no artigo de 1967 supracitado.

Começando pelo domínio semiótico, Benveniste vai discutir a questão da forma e do sentido com relação ao signo linguístico saussuriano. Ele vai, portanto, considerar a clássica divisão entre significante e significado proposta pelo autor genebrino. Mas Benveniste inova quando propõe a noção de uso como importante. Em suas próprias palavras, "é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe." (BENVENISTE, 2006, p. 227). Assim podemos considerar que o sentido do signo é, pois, definido pelo uso que se faz dele.

A frase, por sua vez, é definida (como já discutido na seção anterior) como sendo a "expressão semântica" por excelência. (p.229) Quando se está nesse nível, segundo o autor, se está no domínio da língua em uso. O sentido de uma frase, por sua vez, "é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na

língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras." (BENVENISTE, 2006, p.230) O autor chega a diferenciar o sentido da frase do sentido das palavras que compõem uma frase: "o sentido de uma frase é a sua ideia, o sentido de uma palavra é o seu emprego". (p.231).

Antes de seguirmos é importante destacar aqui a noção de sintagmatização expressa no trecho acima citado. Ao abordar as questões relativas à forma e sentido o autor define os dois domínios linguísticos, já apresentados nesta seção. Ao tratar do semântico e sobre o sentido da frase o autor afirma, como no trecho apontado acima, que o sentido é realizado pelo o que ele domina de "agenciamento de palavras", ou seja, o sentido seria construído pelo sujeito da enunciação na medida em que o locutor escolhe, agencia as palavras com o intuito de fazer com que o sentido se realize. Esse movimento, tido como sintagmatização pelo autor corresponde de fato ao estabelecimento de relações entre as palavras, objetivando construir a ideia a ser expressa na frase no momento da enunciação. Dessa forma há uma relação significativa com a semantização que é a própria conversão da língua em discurso.

Podemos, assim, estabelecer uma relação entre a noção de tópico que aqui está sendo delineada: o tópico constitui-se de escolhas propostas por um sujeito da enunciação, ou seja, temos um sujeito que "agencia" as palavras com o intuito de constituir um tópico concernente, relevante e dotado de sentido no texto. A forma, ou seja, a escolha das palavras e a organização sintática proposta pelo sujeito da enunciação é o fator determinante do sentido.

Assim, quando propomos aqui uma aproximação entre a noção de tópico discursivo da LT e a frase (assim como apresentada por Benveniste em sua segunda definição: frase como discurso) pensamos justamente nessa questão do sentido e também na questão do agenciamento das palavras realizado pelo sujeito da enunciação, como já discutido anteriormente. Embora o termo seja complexo e demande uma série de considerações podemos aqui dizer que o tópico discursivo é uma unidade dotada de sentido, nos termos benvenistianos, ou seja, ele apresenta uma ideia e o sentido acaba sendo um resultado do processo no momento em que ele é usado no texto. Cada tópico empregado apresenta uma ideia concernente e relevante no texto. A organização e conexão entre as palavras proposta pelo sujeito

da enunciação no processo da sintagmatização é essencial para a constituição da ideia, sentido a ser constituído/ proposto. Assim como na frase, a expressão de uma ideia é a expressão do próprio sentido do tópico.

Ainda em relação ao sentido é preciso apontar aqui novamente para as considerações de Benveniste feitas no artigo "*Os níveis de análise linguística*" (1962) já discutido na seção anterior (2.4.1 *Enunciação e progressão*). Retomando a ideia central do artigo, já apresentada na seção supracitada, vemos que, de forma complexa, Benveniste busca analisar o que chama de *níveis de análise linguística*, noção segundo o autor, "essencial no procedimento de análise" (p. 127) propondo que os elementos se organizam nos enunciados de forma a expressar os sentidos diversos no momento da enunciação. O autor afirma que "o procedimento inteiro da análise tende a delimitar os elementos através das relações que os unem" (BENVENISTE, 2005, p. 128).

Podemos depreender das palavras de Benveniste nesse artigo que quando estamos falando de integração de unidades em um nível superior (que é o caso da frase), estamos falando de *sentido*. Isso acontece porque, conforme o autor, "o sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior" (p. 136). Essa é a primeira noção de sentido dada pelo autor. Já quando se reporta ao fato de que um elemento se distribui em um mesmo nível como constituinte, estamos falando de *forma*, "capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior." (p. 135)

A segunda noção de sentido apresentada no mesmo artigo diz respeito à pergunta "qual o sentido?". Desse ponto de vista deve-se levar em conta que a linguagem "refere-se o mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob formas de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas" (p.137). Dessa forma, podemos afirmar que o sentido é algo próprio da linguagem, mais especificamente do nível superior, ou seja, da frase, que se manifesta principalmente quando é usado na linguagem, fazendo as devidas relações com o mundo. O tópico discursivo é, pois, assim como a frase, dotado de sentido e a progressão tópica é um mecanismo que só tem a acrescentar à constituição dos sentidos do texto com um todo.

2.4.3 Mecanismos de articulação/ progressão tópica: alguns exemplos

Sabendo que o tópico discursivo é uma unidade de análise abstrata e tendo em vista nossa proposta de pesquisa que é investigar o mecanismo da progressão sob o viés da enunciação buscaremos apresentar nessa seção algumas considerações mais “palpáveis” em relação ao estudo do tópico discursivo. Antes de seguirmos é interessante apontar quais são os elementos linguísticos que permitem de fato a identificação da progressão em um texto.¹⁵ Há uma grande diversidade de estudos do tópico na área da Linguística Textual. Aqui focaremos em dois trabalhos, um de Clemilton Lopes Pinheiro (2005) e outro de Jacqueline Costa Sanches Vignoli (2007), que exemplificam como a identificação do tópico discursivo e a análise da progressão podem ser realizadas.

Pretendemos ainda verificar como os mecanismos e estruturas linguísticas identificados por esses autores da LT podem ser vistos sob um viés enunciativo. Como nosso trabalho de pesquisa toma a Linguística da Enunciação como principal base teórica, é interessante que tal apontamento aconteça. No entanto, isso não significa que estaremos “desqualificando” o trabalho feito pela LT, mas sim que o mesmo objeto teórico pode ser visto sob diferentes enfoques.

Começaremos pela apresentação do trabalho de doutorado de Clemilton Lopes Pinheiro (2005), autor citado no artigo “*Revisitando a noção de tópico discursivo*” (2006) de Clélia Jubran, autora que indicou a possibilidade do tratamento da topicalidade também em textos escritos. É no referido artigo que encontramos a seguinte citação: “a categoria tópica é aplicável à análise de outros gêneros falados e também escritos, uma vez que a topicalidade é um processo constitutivo do texto.” (JUBRAN, 2006. P. 34). Justamente neste trecho a autora coloca uma nota de rodapé¹⁶ dizendo que podemos usar como exemplo o trabalho de Pinheiro (2005)

¹⁵ Devemos afirmar aqui que, embora apresentemos brevemente como a análise da progressão tópica foi realizada em trabalhos acadêmicos, não pretendemos seguir estritamente o mesmo procedimento de análise. O nosso objetivo é apenas deixar mais claro como se dá a identificação de um tópico discursivo no texto.

¹⁶ Transcrevemos a nota de rodapé aqui na íntegra: “Ver, por exemplo, Pinheiro (2005), que trabalhou com a categoria do tópico discursivo na análise de um corpus bastante diversificado em termos de gêneros textuais e de modalidade falada e escrita: carta pessoal, artigo de opinião, artigo científico, conversa espontânea, aula, palestra, entrevista falada e escrita e reportagem de televisão e de revista.” (JUBRAN, 2006, p. 34)

que, segundo a autora, foi responsável por estudar o tópico discursivo em um corpus bem variado.

A tese de Pinheiro, intitulada “*Integração de fatos formativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade*” (2005) analisa, como já citado, um corpus bem diversificado que inclui textos do gênero oral e também do escrito como cartas, artigo de opinião e artigo científico. O objetivo do autor foi verificar a maneira como os segmentos tópicos dos textos são vinculados linguisticamente constituindo estratégias textuais interativas que contribuem para a articulação tópica. Através das análises Pinheiro (2005) verifica que a articulação tópica é uma estratégia de formulação textual interativa e a topicalidade é um princípio organizador do texto (p.09).

A base central do trabalho de pesquisa foi então, a delimitação dos tópicos textuais. Tal estratégia permitiu que o autor apontasse os principais mecanismos de articulação tópica que podem ser usados, segundo o corpus analisado, em textos escritos. Para isso o autor optou pela seguinte metodologia de pesquisa: segmentação dos textos tendo como base o princípio da topicalidade; depreensão da organização linear e hierárquica dos tópicos; observação da recorrência de elementos formulativos e interacionais na interligação dos segmentos tópicos e uma classificação e organização dos mecanismos utilizados na articulação tópica.

É importante salientar aqui que Pinheiro (2005) não utiliza nenhum tipo de critério formal para a delimitação dos tópicos, prevalecendo apenas “o critério da centração no conjunto de enunciados.” (p.89). Esse critério, como já apresentado aqui na seção 2.4.1 *Enunciação e progressão*, página 42 diz respeito ao “assunto”, “tema” abordado em determinados pontos do texto. Outra questão relevante aqui é que o tópico discursivo é, de acordo com a base teórica abordada pelo autor, uma noção abstrata. Por isso ele utiliza a noção de segmento tópico, que é uma “unidade que, em termos de centração, revela concernência e relevância no conjunto de seus elementos e se localiza num determinado ponto do evento comunicativo (pontualização), submetida à organização tópica negociada pelos falantes.” (p.81).

Dessa forma, nas análises, o que impera na segmentação dos tópicos é a verificação do tema que cada um deles aborda. Pinheiro admite que a identificação dos segmentos não é tarefa simples, mas reitera que os traços de concernência e

relevância que precisam a centração são os fatores que permitem que a identificação ocorra. (PINHEIRO, 2005, p.68). A partir da identificação dos tópicos o autor passa a verificar quais são os elementos utilizados para que a articulação entre os tópicos aconteça. Tudo é verificado tanto no nível linear (nível verificado entre os tópicos dispostos um após o outro, em sequência) quanto no nível hierárquico (nível verificado entre os parágrafos do texto, em uma relação não linear).

O autor identifica diversos mecanismos de articulação tópica e decide agrupá-los em cinco grupos. O primeiro deles é o uso de marcadores discursivos. Esse grupo é heterogêneo e compõe-se de elementos como as conjunções, os advérbios e as locuções adverbiais, prepositivas e conjuntivas. De acordo com a tese, esses marcadores têm a função de “integrar tópicos e enunciados dispostos de forma contígua na linearidade do texto [...] tendo em vista facilitar¹⁷ o acompanhamento do desenrolar da informação”. (PINHEIRO, 2005, p.104). Os marcadores são responsáveis também por retomadas e mudanças tópicas.

O emprego de formas referenciais é o segundo grupo abordado que se compõe basicamente de elementos como os pronomes que contribuem para a construção de nexos referenciais (retomadas, substituições, etc). Pinheiro (2005, p. 143) identifica três processos de referenciação que atuam na articulação tópica: o encadeamento de referentes vinculados a um contexto central; a reiteração de um mesmo referente e a conferência de estatuto de referente a um conjunto de informações definidas no contexto anterior. (PINHEIRO, 2005, p.143)

Outro mecanismo de articulação entre os tópicos discursivos e pertencente ao terceiro grupo é o emprego de formulações metadiscursivas. Segundo o autor, os eventuais comentários que podem ser feitos em relação ao próprio discurso podem ser vistos como responsáveis por sequenciações, retomadas e mudanças de tópicos. O quarto grupo também atua na articulação, exercendo também as funções textuais interativas. É o grupo das perguntas, que, de acordo com Pinheiro são identificáveis pelo sinal de interrogação e pelos pronomes interrogativos e podem ter a função de introduzir tópicos diferentes no andamento do texto. O último grupo de mecanismo de articulação tópica é o uso de paráfrases que além de articular os tópicos, podem ser responsáveis por marcar diferentes objetivos interacionais do autor do texto escrito ou falado.

¹⁷ Para o leitor.

Pinheiro tece suas considerações finais pontuando que as suas análises permitiram que se verificasse que o texto se organiza topicamente tanto no nível linear quanto no hierárquico. Outro ponto relevante que o autor descreve nas considerações finais é que “os textos, independentemente de serem falados ou escritos, apresentam os mesmos mecanismos de articulação tópica” (p.215). Por fim, o autor reafirma que a topicalidade é uma “estratégia de construção textual”.

Analisando algumas das questões levantadas por Pinheiro (2005) sob um viés enunciativo percebemos que a maioria delas apontam para mecanismos e estruturas que permitem que o texto seja considerado como tal. O processo do autor para o levantamento desses pontos é semelhante ao que fazemos em análises enunciativas: analisamos o enunciado que é a realização concreta da enunciação, mas o que nos interessa é somente a enunciação. Em outras palavras, “estudar a enunciação é dirigir o olhar para o fato de o locutor ter dito o que disse e não para o dito em si.” (FLORES E TEIXEIRA, 2012, p.110). Pinheiro (2005) analisa as formas como os tópicos manifestam-se, colocando o tópico em si em segundo plano. E é analisando a maneira como os tópicos organizam-se no texto que o autor identifica os elementos de articulação tópica que são todas expressões da subjetividade presente nos textos. A disposição dos temas, das formas referenciais, das formulações metadiscursivas, o uso de perguntas e paráfrases são reveladores da subjetividade já que temos um sujeito da enunciação, na figura de um locutor que “organiza” tudo em tópicos e os dispõe da maneira que é mais adequada no texto.

A presença do sujeito da enunciação deixando marcas e indícios no texto é, pois, o principal fator que nos permite dizer que os tópicos identificados pelo autor bem como os mecanismos de articulação identificados por ele só ocorrem porque a enunciação acontece. Vemos isso também na propriedade da centração utilizada pelo autor como mecanismo de identificação dos tópicos. Do ponto de vista da LT, “a centração refere-se à dimensão do conteúdo ou assunto em pauta, caracterizando-se pelo foco em um determinado assunto.” (KOCH, 2009, p.129). Tomando a mesma propriedade sob o ponto de vista da Enunciação podemos dizer que o cerne da centração está justamente nas escolhas do locutor, responsável inclusive pelas articulações entre os diversos temas/assuntos tratados.

Tendo também como embasamento para as análises as propriedades da centração e da organicidade, Jacqueline Costa Sanches Vignoli (2007) realiza uma

análise da progressão tópica em textos escritos na dissertação intitulada “*Os alunos não sabem escrever: a (des) organização tópica de redações escolares*”. Usaremos esse trabalho como uma segunda fonte de verificação dos principais elementos linguísticos que são levados em conta quando se fala em tópico discursivo, além de verificar como a pesquisa se realiza de fato, em termos práticos.

O principal objetivo da autora nesse trabalho foi verificar as marcas presentes em redações escolares (textos de tipologia argumentativa produzidos por alunos do 3º ano do ensino médio) que evidenciassem as informações fornecidas para os alunos autores em aulas de redação. O tópico discursivo foi a unidade de análise de Vignoli que buscou utilizar a seguinte metodologia de pesquisa, realizada tendo como embasamento teórico a Linguística Textual: identificação e recorte dos segmentos tópicos dos textos embasando-se na propriedade da centração; verificação da organização linear dos tópicos (se há continuidade ou descontinuidade) e verificação da organização hierárquica dos tópicos.

Utilizando-se então, inicialmente, do princípio da centração a autora identifica os segmentos tópicos do texto. A identificação se dá conforme se verifica que determinados trechos dos textos abordam o mesmo tema/assunto. O passo seguinte foi a observação da organicidade que, segundo Vignoli acontece na construção dos chamados *quadros tópicos*. Ela afirma que podemos encontrar vários quadros tópicos nos textos, compostos por unidades menores, que são os subtópicos. Assim, na mesma forma que em Pinheiro (2005) nesta dissertação também há a identificação de alguns elementos linguísticos responsáveis pela articulação tópica e pela introdução de novos tópicos.

Basicamente, o que a autora verifica é a presença de marcadores discursivos (conjunções, advérbios, etc.), paráfrases e lexemas de um mesmo campo semântico que evidenciam a concernência. Como se trata de textos de alunos, Vignoli retrata também sua dificuldade em identificar tópicos concernentes em algumas redações. E é essa a principal questão discutida em suas considerações finais. Ela verifica que sua questão de pesquisa a ser verificada (se os textos deixavam ou não transparecer as orientações feitas pelos educadores nas aulas de redação) não ocorre nos textos, ou seja, não aparece nos textos nenhum indicio de orientação. A maior parte do corpus, segundo a autora, deixa transparecer uma grande desorganização tópica e uma das razões elencadas seria a

“inexistência de orientações sobre topicalidade durante as aulas preparatórias para a produção textual” (p.84)

A questão central de pesquisa da autora também pode ser verificada do ponto de vista enunciativo. Quando há a proposta de verificar nos textos a presença das orientações feitas pelos professores, em termos enunciativos o que se busca é verificar como o sujeito da enunciação presente no texto lida com as diferentes vozes que podem existir em um texto (a sua própria e a vinda das orientações recebidas). Como Vignoli (2007) também utiliza a propriedade da centração no processo de identificação dos tópicos assim como Pinheiro (2005), podemos afirmar aqui o mesmo que apontamos lá: a centração em termos enunciativos diz respeito às escolhas temáticas e de articulação feitas pelo locutor (que se propõe como sujeito da enunciação). Quando se utiliza essa propriedade, basicamente o que se verifica é quais são os termos/ tópicos escolhidos e organizados pelo locutor. A própria desorganização tópica, questão verificada nos textos pela autora, também é reflexo de escolhas não tão adequadas feitas por esse locutor.

Esses dois trabalhos acadêmicos aqui descritos têm a função de orientar-nos quanto à análise efetiva de textos escritos tendo em vista verificar a organização/progressão tópica em gêneros escritos. Pretendemos usar a propriedade da concernência para a identificação dos tópicos discursivos, da mesma forma como os autores aqui apresentados realizaram. No entanto, isso não significa que nos pautaremos única e exclusivamente na identificação dos mecanismos de progressão/articulação tópica. Nosso foco de pesquisa é ir além, partindo de um viés teórico diferente (Linguística da Enunciação) verificando não apenas as marcas explícitas, escolhidas por um locutor, de articulação entre os tópicos, mas também na análise do efeito das proposições desse locutor que pode ser visto como o próprio sujeito da enunciação.

2.5 Resenha acadêmica

2.5.1 Algumas teorias

A resenha acadêmica originalmente pode ser tida como uma forma textual que busca divulgar o conhecimento teórico recém-lançado em ambiente acadêmico. Seria, pois um texto produzido por alguém que domina o assunto e que é capaz de,

em forma de síntese apresentar de forma crítica o conteúdo de determinada obra. Assim, tal gênero adquire grande relevância na universidade por ser um instrumento de divulgação da produção científica. Os estudantes e a comunidade acadêmica em geral são tidos como os principais interlocutores de tal produção e, de acordo com Roth (2010, p. 28) “a resenha é um gênero discursivo em que a pessoa que lê e aquela que escreve têm objetivos convergentes: uma busca e a outra fornece uma opinião crítica sobre determinado livro. ” No caso das resenhas que compõe nosso corpus temos algo a mais: a resenha não apenas tem o objetivo de fornecer uma opinião crítica, mas também de conseguir um bom desempenho na disciplina para qual tal texto estava sendo produzido. O leitor da resenha também busca algo diferente: é o professor da disciplina que já domina o assunto resenhado. Busca, portanto, observar a capacidade de síntese, crítica e adequação ao gênero por parte do aluno resenhista, habilidades que serão amplamente utilizadas nas produções acadêmicas em geral.

Antes de seguirmos trabalharemos um pouco mais com a questão da definição do gênero. Há vários estudos que abordaram diferentes aspectos da resenha como gênero textual. Aqui focaremos naqueles que tentaram apresentar uma definição do gênero em questão além de mostrar uma tentativa de apresentação da estrutura deste que é um gênero capaz de ser construído de diferentes formas. Embora nossa pesquisa tenha como proposta inicial analisar *resenhas* acadêmicas publicadas em uma revista de boa qualificação segundo os critérios das agências de fomento à pesquisa, com o objetivo de extrair as principais características do gênero, evitando assim um viés tão normativo, é relevante fazer uma breve apresentação, ainda que resumida, das teorias que já propuseram estudos sobre tais composições.

Segundo Oliveira (2006) houve três importantes estudos sobre o gênero *resenha*: Motta-Roth (1995), Bezerra (2001) e Araújo (1996). A primeira autora, Motta-Roth, através do estudo de *resenhas* acadêmicas produzidas por especialistas da linguística, da química e da economia define o gênero como sendo aquele texto produzido por um especialista e tendo como função divulgar a obra resenhada por meio da apresentação de comentários do resenhista. Motta-Roth ainda descreve um esquema de organização geral do gênero que, segundo suas considerações, deve apresentar além da sumarização e introdução do assunto do livro a ser resenhado,

uma avaliação final.

A segunda autora citada por Oliveira (2006) é Bezerra (2001) responsável por verificar que as *resenhas* produzidas por alunos diferem das *resenhas* produzidas por especialistas. Além disso, Bezerra (2001) verifica que a presença de avaliações em uma *resenha* é um fator central para diferenciá-la de outros gêneros. Para a autora, portanto, uma *resenha* é sempre crítica, ou seja, supõe sempre uma avaliação do texto resenhado. Por fim, Araújo (1996) também segue as mesmas ideias das três autoras acima apresentadas: a *resenha* acadêmica deve ter uma parte avaliativa do texto fonte, com a recomendação ou não do livro/texto resenhado a determinado leitor.

Devemos frisar aqui que os estudos de Bezerra (2001) e de Araújo (2001), são realizados tendo como base um viés normativo, ou seja, eles não descrevem o gênero como ele é, mas sim apontam para como ele deveria ser. Dessa forma optamos aqui por focar nas considerações provenientes da já citada Motta-Roth (2010) e também de Machado (2004), outra autora importante, mas não citada por Oliveira (2006), que também aborda em seus textos o gênero textual *resenha*, mas de uma forma um pouco mais didática.

Essas autoras apresentam um viés mais descritivo nas análises que realizam. Motta Roth (2010) chega a citar em seu livro que “a descrição do gênero nesses termos deve ser tomada com uma constatação de como as pessoas escrevem *resenhas* em determinado espaço geográfico (...) e não uma norma a ser seguida cegamente.” (p.29). Já Machado (2004) tem um trabalho mais voltado para o “ensino/ aprendizagem” do gênero em questão, pois seu livro chamado “*Resenha*” faz parte de uma coleção que funciona como material didático para uso em ambiente acadêmico. O viés dessa autora, portanto, também pode ser considerado mais descritivo porque faz com que o aluno vá identificando as características do gênero através de atividades diversas. Tudo que é apresentado é devidamente exemplificado com *resenhas* provenientes de várias fontes e o que impera é demonstrar, através de exemplos, como o gênero comumente apresenta-se.

A *resenha* acadêmica é, como já vem sendo definida por vários autores, um texto que apresenta uma avaliação da obra que está sendo resenhada, mas a *resenha* também é composta de outras partes essenciais. De acordo com Motta-

Roth (2010, p. 43) a *resenha* apresenta uma estrutura retórica básica: a apresentação do livro (parte em que é possível informar tópicos gerais, dar referências sobre o autor ou fazer algumas generalizações); a descrição (parte em que pode ser apresentada uma visão geral da obra, tópico de cada capítulo e citações de matérias extratextuais); avaliação das partes do livro (parte em que é possível ressaltar pontos específicos) e por fim a (não) recomendação da obra (parte em que se pode desqualificar ou recomendar a obra).

Podemos adiantar aqui que as *resenhas* produzidas pelos calouros que ainda não tinham tido contato com o gênero apresentam uma estrutura um pouco diferente, faltando principalmente a parte avaliativa, que é aquela que caracteriza uma resenha para as autoras aqui citadas. Pode-se dizer que os textos produzidos nessa fase não chegam a ser considerados "resenhas" como tal.

Essa organização global da resenha é também um dos pontos tratados por Machado (2004). Segundo a autora as partes que estruturam a resenha seriam o início, no qual aparecem as informações acerca do contexto da obra resenhada além do tema do livro; a descrição estrutural da obra - parte em que o resenhista apresenta sua apreciação e por fim a conclusão na qual o autor reafirma /explicita sua posição sobre a obra. A autora afirma ainda na seção seis do livro que uma resenha "é um texto sobre outro texto, de outro autor. Assim, é natural que haja menções ao texto original, o que no caso da resenha, vem acompanhado de comentários feitos pelo resenhista." (MACHADO, 2004, p. 55).

Dessa forma podemos dizer que a organização da progressão tópica nas resenhas também pode apresentar algumas peculiaridades. Uma resenha é um texto que apresenta as ideias de outro texto, mesclando isso ou não com uma avaliação do texto fonte e também recomendando ou não o texto resenhado. Por isso a organização tópica apresentada deve ser capaz de indicar esses movimentos na resenha. Isso, contudo, não implica, necessariamente, que os tópicos apresentados na resenha sigam exatamente a mesma ordem dos apresentados no texto fonte. O sujeito da enunciação faz escolhas que norteiam a apresentação e progressão dos tópicos, deixando marcas que possibilitam a verificação clara de uma mudança de tópico ou então, simplesmente sem deixar nenhuma marca explícita, nos permitindo apenas verificar que o tema abordado no trecho sofre uma mudança, ou seja, a progressão tópica ocorre.

A organização dos tópicos em uma resenha depende muito das configurações do texto fonte, ao qual a resenha é atrelada. Por mais que se trate de um texto independente e com autoria, a resenha toma como base outro texto e não é possível que essa “dependência” seja deixada de lado. E como já afirmamos, a progressão tópica é um elemento peculiar nesse gênero textual e por isso, nosso objeto de investigação.

Em termos enunciativos podemos afirmar que em uma resenha temos uma dupla enunciação: um locutor que se apropria do discurso do outro para a constituição do seu próprio discurso na resenha. Não há apenas uma apropriação da língua, mas sim a apropriação de uma língua já discursivizada, ou seja, a apropriação de um discurso do *outro*. O processo de interlocução, ou seja, a presença da voz do outro na enunciação é também outro ponto relevante para uma análise de tal gênero. Vemos que a constituição da resenha é baseada na figura de um locutor que produz o seu discurso para alguém, ou seja, num processo de interlocução, o discurso é produzido sempre se levando em conta a figura do interlocutor.

Assim podemos definir a resenha como sendo um gênero no qual há a presença de um locutor que se apropria não de uma língua como ocorre naturalmente na enunciação, mas sim de um discurso já pronto. O que o sujeito da enunciação, efeito do processo de apropriação, faz é simplesmente selecionar e organizar as informações que são relevantes para o processo de interlocução que é a base da resenha acadêmica.

2.5.2 Depreensão das características das resenhas presentes no corpus 1 (resenhas publicadas)

Pretendemos, nessa seção, promover um estudo de *resenhas* acadêmicas, buscando identificar as características predominantes em três textos publicados na "*Alfa: revista de linguística*", nos anos de 2011, 2012 e 2013, avaliadas pela agência de fomento à pesquisa (CAPES) como A1, portanto, bem avaliada academicamente. Apresentaremos, na íntegra, a análise de duas resenhas que consideramos mais representativas em questões de gênero. A outra resenha também foi analisada, mas,

por apresentar quase a mesma estrutura das demais, optamos por apenas disponibilizá-la na seção Anexos, no final desta dissertação. Além dela, incluímos também as outras duas resenhas completas na seção Anexos.

Através de uma leitura das resenhas pretendemos verificar as características recorrentes em cada texto. Dessa forma podemos elencar as principais características do gênero, sem ter que assumir um viés normativo. A partir desses dados, poderemos, de forma mais efetiva, analisar as resenhas de alunos do curso de Letras da UFPR. Além disso, faremos também uma breve análise da progressão tópica nessas resenhas buscando evidenciar como as escolhas do sujeito da enunciação se dão na organização tópica dos textos.

As resenhas que compõem este corpus de resenhas publicadas apresentam, basicamente, a mesma estrutura. Todas tratam de livros recentes para a época, publicados na área de linguística. O que observamos é que a maioria delas inicia com uma contextualização do tema a ser abordado pelo livro fonte, passam para uma apresentação geral dos objetivos do livro que está sendo resenhado e começam a apresentar a estrutura geral do livro.

Na sequência, as resenhas passam a descrever os capítulos, artigos e seções dos livros, em alguns casos, já apresentando um viés avaliativo positivo ou negativo. Mas, a maioria das resenhas apresenta uma parte bem mais crítica quase no final da resenha, local no qual também o resenhista encerra recomendado ou não a leitura do texto fonte. Outra questão recorrente dessas resenhas é o uso de outros textos, além do que é resenhado como base para reafirmar, comprovar, refutar ou ainda apresentar dados extras do que é apresentado na resenha. Buscaremos apresentar como essa organização se apresenta em cada uma delas aqui escolhidas.

Começaremos pela resenha intitulada "*Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*", escrita por Maria Inês Batista Campos. O texto fonte que embasa essa resenha é o livro composto por uma série de artigos "*Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*", organizado por Luciane de Paula e Grenissa Stafuzza.¹⁸ A autora da resenha inicia seu texto contextualizando a questão central do livro, que é refletir

¹⁸ PAULA, L; STAFUZZA, G. (org.) *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

sobre Bakhtin e o círculo.¹⁹ Ela opta por introduzir logo no parágrafo inicial a relevância de tal autor para várias áreas acadêmicas. Em seguida, no segundo parágrafo aponta para uma das principais questões que envolvem o chamado círculo de Bakhtin: a autoria das obras, que poderiam também ter sido escritas por Volochinov e Medvedev. Assim, em uma página praticamente, tem-se a contextualização da obra a ser resenhada.

O próximo passo da resenhista é, então, focar no texto fonte. Dessa forma, os objetivos do livro são apresentados: "*A série Bakhtin: inclassificável (...) coloca-se na mesma direção de propor estudos em torno de Bakhtin e do círculo. (...)*" (p.330). A partir da explicação do título, o parágrafo seguinte já inicia uma abordagem da estrutura do livro: "*Organizado em duas partes, contém 11 artigos inéditos...*" (p.330). Então, cada capítulo do livro passa a ser descrito pela resenhista.

Mais para o final da resenha tem-se a parte "mais crítica" na qual a autora apresenta as contribuições do livro para os leitores, aponta para alguns problemas, elogia e por fim, recomenda a leitura do mesmo. Seguem, respectivamente alguns trechos que ilustram isso:

"O leitor/estudioso interessado nos estudos de Bakhtin e o círculo tem à disposição uma obra que pode ajudá-lo a andar pelas veredas de muitos conceitos centrais (...)" (p.333);

"Um livro dessa qualidade mereceria uma revisão cuidadosa, porque apresenta alguns problemas que poderiam ser evitados"(p.333);

"Em formato bem cuidado, a obra apresenta uma excelente organização interna...."(p.333);

"A leitura do livro (...) é indispensável a todos os que desejam compreender os tensos caminhos da recepção do Círculo de Bakhtin..." (p.333)

Verificamos que há uma estrutura nessa resenha que se apresenta basicamente da seguinte forma:

- 1) Contextualização (necessidade da obra, dado o contexto acadêmico carente de tais estudos.);
- 2) Apresentação geral dos objetivos do livro;

¹⁹ A resenha completa encontra-se na seção Anexos, no final da dissertação.

- 3) Estrutura do texto fonte: apresentação de cada artigo que compõe o livro fonte;
- 4) Parte crítica, elogios e apontamentos de alguns problemas;
- 5) Recomendação da obra.

Podemos adiantar aqui que esses pontos estarão presentes também nas outras 2 resenhas acadêmicas que analisamos. Mais uma vez, no entanto, precisamos reafirmar que essa não é obrigatoriamente a estrutura “padrão” de uma resenha. Nosso objetivo aqui é apenas a caracterização do que podemos encontrar em tal gênero textual.

Nosso próximo passo é a caracterização da progressão tópica nessas resenhas. Isso visa contribuir para a futura comparação que faremos entre as resenhas produzidas na universidade com essas que estamos apresentando. Pretendemos apenas verificar as diferenças e semelhanças entre elas, sem eleger nenhuma como um modelo a ser seguido.

Composta por 16 parágrafos, a resenha que estamos descrevendo apresenta vários tópicos que apontaremos a seguir, usando para isso o princípio da concernência e relevância, ou seja, verificando como podemos segmentar as ideias apresentadas conforme o tema relevante nas diferentes partes do texto. Deixaremos indicados entre colchetes alguns elementos utilizados pelo sujeito da enunciação para articular os tópicos²⁰:

1- Pensamento de Bakhtin: repercute em várias áreas e é popular entre os professores;

2 – [uso da conjunção “no entanto” para introduzir o novo tópico]. Autoria de alguns livros que são atribuídos a Bakhtin ou a Medvedev.

3 – [Uso da expressão “essa questão” que retoma o tópico anterior e serve como elemento de manutenção tópica que permite que o tópico seguinte, “Bakhtin Conference” de 1998 e 1999 apareça.

4 – [Uso da expressão “na mesma direção”, para introduzir o livro a ser resenhado, dizendo que ele segue a mesma direção de estudos que vêm ocorrendo

²⁰ A checagem do desenvolvimento de cada tópico poderá ser feita na leitura do texto fonte que, como afirmado anteriormente, encontra-se na seção Anexos no final da dissertação.

ao longo do tempo.] Livro a ser resenhado: faz parte de uma coleção sobre Bakhtin e o objetivo do trabalho é apresentar uma visão não sistematizada da teoria do autor.

5 – [Uso da expressão “no entanto” para introduzir o novo tópico.]. Título do livro: uso do adjetivo “inclassificável” não quer dizer que é um vale tudo teórico.

6 – Livro: data de publicação e estrutura.

7 – Prefácio: Contextualização da época de Bakhtin / recepção da obra de Bakhtin no Ocidente/ intensificação das pesquisas da obra de Bakhtin no Brasil.

8 – Primeiro artigo: contribuições dos estudos de Bakhtin para a literatura.

9 – Décimo primeiro artigo [uso do advérbio “também” para dizer que esse artigo também fala de literatura.]. Aspecto dialógico presente em textos literários.

10 – Temas diversos dos nove artigos seguintes.

11- Artigo “A estética em Bakhtin”: fala sobre o projeto enunciativo e estético das obras do círculo.

12 – Artigo “Bakhtin: contribuições para uma estilística discursiva”. Discute o conceito de estilo na perspectiva discursiva.

13 – Artigo “O marxismo e a ideologia em Bakhtin” fala sobre as relações dos autores do círculo com o pensamento marxista.

14 – Artigo “A questão espaçotemporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia” fala sobre o tempo dialógico na obra de Bakhtin.

15 – Artigo “O discurso como reflexo e refração e suas forças centrífugas e centrípetas” avalia textos para discutir conceitos e definir discurso.

16 – Artigo “Gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião”: analisa artigos para mostrar a tensão entre a voz autoral e a política.

17 – Ensaio “Sobre a questão do sujeito”: recupera os “sujeitos bakhtinianos”.

18 – A obra: tem bom formato e pode ajudar os leitores em várias questões/ há problemas estruturais: nas notas do prefácio e em algumas citações.

19 – Leitura do livro é indispensável: para compreender a recepção do círculo e as diferentes abordagens dos conceitos bakhtinianos.

Percebemos que o locutor do texto opta por uma organização dos tópicos da resenha tentando seguir a mesma organização do texto fonte. Mas isso não acontece realmente porque a autora apresenta o primeiro e o décimo capítulo juntos, já que eles se aproximam tematicamente. Não segue, portanto, a mesma ordem do texto fonte, pelo menos nesse início. A autora aborda estes capítulos semelhantes em um mesmo parágrafo, conforme reproduzimos a seguir:

“No primeiro artigo “Uma leitura inclassificável de uma escritura inclassificável: a abordagem bakhtiniana da literatura”, Petilli focaliza a contribuição dos estudos de Bakhtin na maneira de se abordar a escritura literária, ultrapassando os limites das disciplinas teóricas da literatura. [...] No artigo de encerramento “O pensamento dialógico de Bakhtin e de seu círculo como inclassificável”, Augusto Ponzio também recupera a discussão da escritura literária, indicando o aspecto dialógico da linguagem. ” (CAMPOS, M. I. B. Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável. Revista Alfa (UNESP), São Paulo, v 55, nº 1, p. 329-334, 2011) [Grifos meus]

Os termos utilizados como meio de progressão tópica nesse caso são as expressões indicadas no trecho, a saber “*no primeiro artigo*” que introduz o assunto abordado pelo artigo e “ *no artigo de encerramento...também recupera*” nos quais temos, respectivamente a introdução do artigo e uma evidência de que ele trata do mesmo tema do artigo anterior.

O restante da resenha, porém, segue a apresentação de cada artigo na mesma ordem em que eles aparecem no livro fonte. A autora busca separá-los por parágrafo e ao introduzi-los utiliza termos como “*No artigo...*”, “ *Em...*”, “ *Nome do autor, formação...em –nome do artigo*”, etc. Vemos que há a descrição do tema geral de cada artigo que faz parte do livro fonte.

Outro ponto relevante na organização tópica é que a diferenciação de vozes é realizada de forma a deixar claro quando a resenhista está falando suas ideias e quando está reportando a voz presente no texto fonte. O principal mecanismo utilizado é o uso dos chamados *verbos dicendi* que têm a função de reportar o conteúdo que outro autor já apresentou. É o que temos no trecho de exemplo a seguir:

“Em “A questão espaçotemporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia”, Irene Machado, pesquisadora da Universidade de São Paulo, traca como linha norteadora a discussão em torno do tempo dialógico. Para isso analisa a arquitetônica do cronotopo a partir da narrativa que configura modos de vida em contextos particulares de

temporalidades. A estudiosa *explicita* que (CAMPOS, M. I. B. Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável. Revista Alfa (UNESP), São Paulo, v 55, nº 1, p. 329-334, 2011) [Grifos meus]

Percebe-se que os verbos destacados no trecho são responsáveis pela diferenciação de vozes, ou seja, vê-se que as afirmações relatadas pertencem a autora do artigo do livro fonte e não à resenhista. Isso, de certa forma contribui também para a progressão dos tópicos em alguns casos já que a cada uso de um verbo *dicendi* nos parágrafos da resenha, temos um novo tópico (ou novo artigo) a ser apresentado. Além disso vemos que os verbos *dicendi* demarcam a interpretação feita pelo locutor da resenha do que ocorre no texto fonte. Consequentemente podemos afirmar que essas escolhas feitas pelo locutor da resenha permitem fazer com que o mesmo se coloque no texto. Mais do que funcionar como elemento de diferenciação de vozes discursivas, os verbos *dicendi* contribuem para a progressão por permitirem que o locutor da resenha se posicione ao escolher o verbo que terá a função de reportar ao dizer alheio: de forma neutra ou não, interpretando o que está ocorrendo no texto fonte.

Como já delineamos, o uso dessas formas verbais, como veremos mais detalhadamente nas seções seguintes, determina a presença de um locutor que ao propor-se como tal, revela-se como sujeito da enunciação. Vimos também nessa resenha que os primeiros tópicos apresentados são articulados, ou seja, progridem por meio do uso de conjunções (no entanto) e de advérbios (também) além de algumas expressões como “essa questão”, “na mesma direção”²¹, etc. Com isso verificamos que a organização tópica do gênero se dá de acordo com algumas particularidades: o texto fonte pode ser uma base para a escolha da ordenação dos tópicos e os verbos *dicendi*, as conjunções, os advérbios e outras expressões funcionam como introdutores de novos tópicos discursivos. Os verbos *dicendi*, além disso, funcionam também como uma espécie de “intérpretes” do que é dito no texto fonte e é apresentado pelo locutor da resenha. Veremos se essas questões se mantêm nas próximas resenhas a serem analisadas.

A segunda resenha que compõe este corpus de pesquisa foi escrita por Dorotea Frank Kersch e é intitulada “Morte e vitalidade das línguas indígenas e as

²¹ Conforme apresentado na descrição dos tópicos que compõem a resenha.

pressões sobre seus falantes”²². O livro fonte dessa resenha é “Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las pressiones sobre sus hablantes” escrito por Roland Terborg e Laura García Landa²³. Kersch inicia sua resenha com uma contextualização do tema abordado pelo livro fonte, dizendo que há uma grande diversidade de línguas e que algumas correm o risco de desaparecer. Em seguida, com o intuito de chegar ao tema abordado pelo texto fonte, a resenhista centra-se no caso de um país específico, o México. Segundo a resenhista e também de acordo com os diversos autores externos que a mesma recupera buscando embasar suas proposições, o México é um dos oito países que concentram quase a metade das línguas que se falam no mundo. Há cerca de 364 línguas e, de acordo com a autora da resenha, 10% é ensinada na escola e cerca de 50 delas correm o risco de desaparecer. A resenhista considera urgente divulgar dados sobre essas línguas para que sejam preservadas.

O objetivo do livro fonte é então apresentado no próximo parágrafo da resenha: a apresentação do trabalho de pesquisadores que têm como fonte de estudos as diversas línguas faladas no México. Assim, de acordo com a resenhista, o livro compõe-se de diversos estudos que serão abordados em cada capítulo por um determinado pesquisador. A contribuição de tal obra, segundo a resenhista é que “traz importantes contribuições para o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma política linguística adequada à manutenção das línguas vernáculas no México” (p. 698). Kersch aponta também para o modelo de pesquisa utilizado pelos estudos desenvolvidos no texto fonte, que é a “ecologia das pressões”, modelo que demonstra como atuam as mais diversas pressões sofridas pelas línguas que podem fazer com que elas se mantenham ou sejam substituídas.

Nos parágrafos seguintes a estrutura do livro fonte é apresentada: “o livro acha-se dividido em dez capítulos” (p. 699). De acordo com Kersch, o primeiro e o último capítulo do livro fonte apresentam as bases teóricas que apoiam os demais estudos apresentados no livro. Cada capítulo passa a ser descrito pela resenhista, demonstrando que cada um deles aborda uma determinada língua diferente bem como os aspectos relacionados ao desenvolvimento e possível desaparecimento da mesma.

²² A resenha completa encontra-se na seção Anexos, no final da dissertação.

²³ TERBORG, R.; GARCÍA LANDA, L. (Org.). **Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las pressiones sobre sus hablantes**. México: UNAM: CELE, 2011.

As contribuições do livro fonte são apresentadas quase no final da resenha que é também o espaço reservado para os elogios ao desenvolvimento da obra. Kersch afirma que o assunto “é muito bem explicitado pelos estudos apresentados no livro.” (p. 704) e que os resultados da pesquisas apresentadas “serão importante instrumento para o desenho de políticas linguísticas para cada uma das comunidades”. (p. 705). Com isso a resenhista acaba também, de forma não tão explícita, recomendando a leitura do livro fonte.

Assim, podemos afirmar que essa resenha acaba seguindo uma estrutura fixa, bastante semelhante a apresentada na análise da primeira resenha descrita aqui nessa mesma seção (página 64). A outra resenha que compõe esse corpus²⁴ também apresenta a mesma estrutura e como não temos como foco de pesquisa discutir a estrutura de uma resenha acadêmica, mas sim apenas apresentar uma base que nos permita classificar os textos do corpus, optamos por apenas disponibilizá-la na seção anexos, no final desta dissertação.

Nesta segunda resenha apresentada (composta de 24 parágrafos) verificamos que, praticamente, cada parágrafo busca centrar-se em um tópico discursivo a ser construído no texto, mais especificamente, cada parágrafo da resenha aborda um dos artigos que estão no livro fonte. Os movimentos de articulação (os procedimentos acessórios e índices específicos que revelam o sujeito da enunciação) são diversos e a maioria deles contribui para a introdução ou manutenção de um determinado tópico.

Apresentaremos a seguir, em forma bem sintética, os tópicos de cada parágrafo da resenha. Não indicaremos aqui os usos dos índices específicos e procedimentos acessórios que aparecem no decorrer do texto porque há um grande número de ocorrências, apontaremos para eles apenas na análise de um trecho que será feita na sequência. :

1 - Diversidade de línguas: algumas correm o risco de desaparecer;

2 - O México é um dos países que concentram quase a metade das línguas faladas no mundo;

²⁴ 1) “*Dicionário de linguística da enunciação*”, resenha escrita por Márcia Sipavicius Seide; 2) “*Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*”, resenha escrita por Joana Plaza Pinto; 3) “*Linguagem, sociedade e poder: coletânea de artigos*”, resenha escrita por Mércia Regina Santana Flannery.

3 - Livro fonte “ Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las pressiones sober sus hablantes”: divulga as pesquisas sobre as línguas que estão desaparecendo no México;

4 – Contexto das pesquisas utilizado para verificar o grau de isolamento da língua: suburbano, rural e fácil e difícil acesso;

5 – Fatores do documento da Unesco utilizados como critérios de análise no texto fonte;

6- Estrutura do livro fonte: semelhanças entre o primeiro e o último capítulo;

7 – Primeiro capítulo do livro fonte: apresentação do modelo da ecologia das pressões.

8 – Máxima facilidade compartilhada – sistema de negociação de sentidos;

9 – Capítulos 2 e 3 do livro fonte: falam da língua “mixe”;

10 – Avanço do bilinguismo nas comunidades que falam o “mixe”;

11 – Terceiro capítulo do livro fonte: Caracterização da comunidade que fala o “mixe”.

12 – Pressões que favorecem a língua “mixe”.

13 – Quarto capítulo do livro fonte: fala sobre a raridade das comunidades indígenas no México;

14 – Bilinguismo em Santa Fe de La Laguna;

15 – Quinto capítulo do livro fonte: estudos da língua “totonaca”;

16 – Sexto capítulo do livro fonte: estudos da língua “otomi”;

17 – Sétimo capítulo do livro fonte: também estuda a língua “otomi”;

18 – Oitavo capítulo de livro fonte: estudos da língua “nahuatl”

19 – Nono capítulo do livro fonte: estudos da língua “matlazinca”;

20 – Último artigo do livro fonte: análise das condições das pressões que são exercidas sobre os falantes das línguas indígenas;

21 – Solução para os problemas apontados pelos autores do livro fonte: políticas linguísticas e estudos das comunidades;

22 – Contribuições do livro fonte: traz a compreensão da realidade multilíngue nos diversos países, não só o México;

23 – Modelo de análise utilizado no livro fonte ajuda a compreender as mais variadas realidades linguísticas;

24 – Importância dos dados apresentados pelo livro fonte.

O locutor do texto procura seguir quase a mesma ordem do texto fonte, apresentando o conteúdo abordado em todos os capítulos. No entanto, o locutor opta em um trecho por apresentar as semelhanças entre o primeiro e o último capítulo do livro (já que ambos foram escritos pelos mesmos autores/ organizadores do livro fonte) em um mesmo parágrafo. Assim, não é possível afirmar estritamente que a progressão tópica da resenha segue os mesmos movimentos apresentados pelo texto fonte (um capítulo do livro fonte após o outro, seguindo a mesma sequência). Sublinhamos no trecho as expressões que demonstram isso:

O livro acha-se dividido em dez capítulos. No primeiro e no último, Terborg e García Landa (2011) discutem as bases teóricas e os conceitos-chave em que os oito estudos apresentados se apoiam. Cada um dos capítulos de 2 a 9, *portanto*, dá conta da análise da vitalidade/substituição (*language shift*) de línguas indígenas faladas em oito regiões do México: mixe em San Juan Bosco Chuxnaban e em San Lucas Camotlán; p'urhépecha em Santa Fe de la Laguna; totonaca em Mecapalapa, Pantepec, Puebla; otomí, em Santiago Mexquititlán, Querétaro e em San Cristóbal Huichochitlán do estado do México; náhuatl em Xoxocotla, Morelos; e matlazinca no estado do México. Além da descrição do estado atual da língua na comunidade em estudo, analisam a pressão causada pela *máxima facilidad compartida (MFC)*, considerada uma das mais decisivas na mudança e manutenção da língua autóctone, como será detalhado na sequência.

No primeiro capítulo, “*Las presiones que causan el desplazamiento y mantenimiento de las lenguas indígenas. La presentación de un modelo y su aplicación*”³, Terborg e García Landa apresentam o modelo da **ecologia das pressões**, as quais atuam tanto favorável quanto contrariamente à língua indígena, como mostram os estudos apresentados no livro. (KERSCH, D. F. Morte e vitalidade das línguas indígenas e as pressões sobre seus falantes. Revista Alfa (UNESP), São Paulo, v 57, nº 2, p. 697-705, 2013) [Grifos meus] .

Observando os termos utilizados na progressão desses parágrafos verificamos que o tópico é introduzido pela expressão referencial “*o livro*” e ampliado com a referência aos outros capítulos “*no primeiro e no segundo capítulo*”, “*cada um*

dos capítulos”, “*no primeiro capítulo*”. Ainda em relação à progressão percebemos que os procedimentos acessórios utilizados contribuem muito para a coesão interna dos parágrafos: é o que temos, por exemplo, no uso da conjunção “*portanto*” que, além de ser um procedimento que evidencia o sujeito da enunciação, contribui para evidenciar a relação de conclusão pretendida pelo locutor.

Há nesta resenha, assim como na anterior analisada, o uso abundante de verbos *dicendi*, procedimento acessório que evidencia a diferenciação de vozes neste gênero textual. O locutor da resenha precisa diferenciar as suas próprias proposições das proposições feitas pelo locutor do texto fonte. Neste processo, o uso dos verbos *dicendi* desempenham um papel importante, já que eles permitem essa diferenciação. No trecho os verbos *dicendi* “*discutem*”, “*analisam*” e “*apresentam*” servem também como elementos que permitem que as articulações internas ocorram de forma que o tópico se desenvolva.

Outro papel relevante dos verbos *dicendi* é que eles também são responsáveis por interpretar as vozes provenientes do texto fonte. Esse ato permite que a progressão textual ocorra, direcionando o caminho que o texto seguirá. Mais do que apenas diferenciar as vozes enunciativas, os verbos *dicendi* fazem com que o locutor se coloque diante do dizer do locutor do texto fonte de duas formas: pode ser neutra, quando o verbo utilizado serve apenas para reportar a fala do outro e também pode assumir determinado ponto de vista do locutor da resenha quando interpreta o dizer alheio proveniente do texto fonte. Percebemos essa interpretação no uso dos verbos *dicendi* acima indicados. É o locutor da resenha que interpreta as ações que estão em jogo no texto fonte e por isso vemos que o resenhista afirma que tal ponto é *discutido, analisado e apresentado* pelo locutor do texto fonte.

Estas duas análises realizadas nos trouxeram dados relevantes para a nossa pesquisa: verificamos que as resenhas publicadas apresentam uma determinada estrutura²⁵, que, embora não deva ser fixa, apresenta elementos que consideramos como típicos do gênero resenha acadêmica e que nos permitirão verificar se os textos que temos em nosso corpus podem ser considerados como pertencentes ou não a tal gênero. Verificamos também na análise de pequenos trechos os mecanismos de progressão tópica utilizados. Destaca-se o uso dos verbos *dicendi*,

²⁵ Conforme descrito na página 64.

procedimento acessório essencial para a diferenciação de vozes do locutor do texto fonte e do locutor da resenha além de ser um elemento relevante para os movimentos de progressão. Consideramos tal procedimento uma das principais evidências de que o texto em questão se trata de uma resenha acadêmica. Assim também tomaremos tal elemento como um dos que nos permitem verificar o gênero resenha.

3. Análise de dados

3.1 Corpus da pesquisa

A presente pesquisa, através de um processo de leitura, analisa e compara as *resenhas* acadêmicas estudantis que compõem o corpus. Mas, descrever o que estamos fazendo aqui de forma tão simplista pode desvalorizar o real trabalho de pesquisa que desenvolvemos, por isso, nesta seção apresentaremos com detalhes nosso corpus de resenhas e os principais mecanismos de análise que serão utilizados.

Nosso material de pesquisa compõe-se de *resenhas* acadêmicas produzidas por estudantes do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná no ano de 2013²⁶. Assim, dispomos de 25 resenhas escritas por alunos que tinham acabado de entrar no curso (calouros) e que ainda não tinham estudado a estrutura de tal gênero, todas produzidas no início da disciplina de Língua Portuguesa I. Outra parte do corpus compõe-se de 30 resenhas produzidas por esses mesmos alunos quase no final da disciplina, portanto, depois de terem aprendido/ estudado a estrutura do gênero. Por fim, temos ainda 9 resenhas feitas por alunos do 7º período do curso (quase ao final dele) da disciplina de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. Segue abaixo a temática de cada grupo de resenhas:

1) Resenhas dos calouros - início da disciplina: A proposta pedia para que os alunos fizessem uma resenha do artigo de divulgação científica "Mito da língua perfeita" de Sírio Possenti, publicado no blog particular do autor.²⁷ O enunciado da proposta era o seguinte: "Faça uma resenha do texto abaixo, com base no que você sabe sobre resenhas (considere tanto o que aprendeu na escola quanto o que aprendeu fora dela, na sua experiência com a língua).".

2) Resenha dos calouros - final da disciplina: As resenhas desses alunos têm como texto fonte o primeiro capítulo "Afinando conceitos", do livro de Carlos

²⁶ Como afirmado anteriormente, designaremos as resenhas acadêmicas produzidas pelos estudantes como "resenhas acadêmicas estudantis" ou "resenhas estudantis".

²⁷ Este texto pode ser consultado na seção Anexos no final da dissertação.

Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*²⁸. A proposta de produção, segundo a docente responsável pela disciplina, exigia um objetivo nas produções: que apresentassem de forma clara as noções de norma apresentadas por Faraco em seu texto.

3) Resenha dos alunos do final do curso: Cada aluno pode escolher um livro relacionado (ou nem tanto) com a questão do ensino de algum aspecto da língua portuguesa. Por se tratarem de resenhas de livros, elas são mais longas que as outras que compõem o corpus. A orientação de produção dada pela docente responsável pela turma foi relacionada com a questão da estrutura: a resenha deveria ser feita como se fosse ser publicada em alguma revista acadêmica.

Não tivemos um critério de coleta específico, por isso resolvemos utilizar como corpus de análise todas as resenhas produzidas em cada grupo. Assim, embora tenhamos um número significativo de produções do 1º e 2º grupo, temos apenas 9 do 3º. Isso não interfere no processo de pesquisa já que optamos aqui por desenvolver um estudo qualitativo dos textos, ou seja, um estudo que caracteriza de fato como cada texto apresenta o quesito aqui analisado, a saber, a progressão tópica textual.

Dessa forma, também não estamos fazendo um estudo de caso, pois nosso corpus de pesquisa não apresenta um problema complexo, que demande uma investigação mais acurada, típica desse tipo de estudo. O que buscamos aqui é um trabalho de verificação e caracterização. Dessa forma, seguindo o aspecto qualitativo da pesquisa, do total de 64 resenhas, divididas nos três grupos como já especificado acima, escolhemos apresentar aqui, de forma mais detalhada, uma resenha de cada grupo analisada. Assim, nesta dissertação apresentaremos três análises de resenhas. Nosso critério de seleção desses textos de cada grupo foi verificar quais textos poderiam ser mais significativos para que expuséssemos a análise na pesquisa. Fizemos uma leitura e uma pré-análise de todas as resenhas do corpus e escolhemos aquelas que poderiam representar diferentes “formas” de progressão tópica. Levamos em conta principalmente as diferentes manifestações do sujeito da enunciação buscando verificar os índices específicos e os procedimentos acessórios presentes nos textos.

²⁸FARACO, C.A. *Norma Culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

Outro fato relevante e que precisa ser explicitado é a questão da composição do corpus, feito de resenhas produzidas por diferentes alunos. Nossa proposta de pesquisa é caracterizar a produção de resenhas do curso de Letras no que diz respeito à progressão textual e as especificidades do sujeito da enunciação em uma abordagem comparativa. Isso nos levaria a utilizar textos de início e fim de curso produzidos pelos mesmos indivíduos. Mas devido às questões práticas (como o tempo de produção da dissertação e o tempo do curso de Letras serem incompatíveis) foi preciso que o viés de pesquisa fosse transversal, ou seja, investigamos a progressão apenas uma vez em determinado espaço de tempo. Na prática, resenhas de calouros e resenhas de final de curso produzidas por alunos diferentes.

O processo de coleta de dados foi feito de forma a não interferir no processo de produção dos alunos. Isso significa que eles produziram suas resenhas e somente depois lhes foi solicitado que cedessem seu texto para a composição deste corpus de pesquisa. Consideramos essa não interferência como muito importante, já que nos interessa aqui verificar a realização da progressão textual em cada um dos textos que compõem o corpus e também nos interessa que elas fossem produzidas exatamente como o esperado, ou seja, em um ambiente acadêmico, em situação de sala de aula, podendo ser avaliativa ou não. É relevante citar aqui que todas as cópias das produções foram devidamente "autorizadas" pelos alunos que as escreveram. Enfim, nosso critério geral de coleta de dados foi utilizar todas as resenhas de cada turma, respeitando a divisão entre calouros e alunos de final de curso.

Antes de entrarmos efetivamente nas análises vamos detalhar aqui o contexto de produção das resenhas estudantis. Devemos levar isso em conta, principalmente porque nosso embasamento teórico vem da Linguística da Enunciação. De acordo com Flores e Teixeira (2012, p. 12) a Enunciação concebe o seu objeto de estudo como heterogêneo porque inclui alguns aspectos que outras áreas de estudo não incluem, como o *contexto*²⁹, a própria "subjetividade, a referência, a dêixis, a modalização, entre outros." (p.12). Assim, verificar o contexto de produção dos textos é relevante para uma pesquisa enunciativa.

²⁹ Grifo nosso.

As resenhas do primeiro grupo, feitas por calouros no início da disciplina, foram escritas em sala de aula pelos alunos. Como já apresentado, trata-se de alunos calouros, recém-chegados ao curso de Letras, portanto, ainda em processo de adaptação ao mundo acadêmico. Esses alunos ainda não tinham tido nenhum contato com a estrutura do gênero na disciplina em questão. Dessa forma, contava-se apenas com o conhecimento de mundo do gênero trazido pelos próprios alunos.

Vários textos deixam transparecer o desconhecimento das estruturas típicas do gênero por parte do aluno e isso se deu, principalmente, porque essa estrutura não foi apresentada aos alunos antes da produção. Devemos levar em conta que a atividade, como todas as realizadas em sala, teve um caráter avaliativo, já que a mesma foi corrigida pela professora e serviu como base para que a docente verificasse como conduzir o trabalho com o gênero em sala de aula.

O segundo conjunto de textos (nosso segundo grupo de análise) foi escrito em casa pelos mesmos alunos, mas já no final da mesma disciplina. Logo, esses alunos já haviam passado pelo processo de estudo e tiveram um contato mais efetivo com o gênero em questão. Não se pode esquecer que essa disciplina do curso de Letras propunha como ementa o estudo e produção de diferentes gêneros acadêmicos. Assim, naturalmente, essa produção textual ocorreu após um processo de aprendizagem do mesmo. Um dos diferenciais da produção é que a docente responsável pela turma fixou um objetivo: os textos deveriam apresentar de forma clara todas as noções de "norma" apresentadas pelo autor do livro, Carlos Alberto Faraco. Dessa forma a produção demandava que o aluno fizesse uma apreensão completa do texto fonte, já que as noções de norma são apresentadas em todo o decorrer do texto.

O grande diferencial das resenhas do terceiro grupo é que elas tinham como texto-fonte livros inteiros e não apenas um artigo ou capítulo de livro como as anteriores. Essas produções foram feitas em casa por alunos que cursavam o 7º ou 8º período, quase no final do curso de Letras. A disciplina era a Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e os livros resenhados deveriam ter uma temática relacionada com o ensino de língua ou literatura. Outro diferencial também é que essas resenhas, por terem livros como texto fonte, são bem mais longas que as dos dois grupos anteriores. A sugestão dada aos alunos era que eles produzissem a resenha como se fossem publicá-la.

Assim, conhecendo o contexto relacionado à produção das resenhas estudantis podemos finalmente empreender o estudo do gênero, buscando cumprir os objetivos aqui apresentados na introdução: verificar como o sujeito da enunciação, efeito da proposição de um locutor, propõe-se no texto e como contribui para a continuidade de sentidos, para a progressão tópica textual. Como já afirmado acima, do total de 64 resenhas analisadas, selecionamos uma representativa de cada grupo acima descrito para apresentação nessa dissertação. Serão expostos três textos escolhidos no total. Nossas etapas e critérios de análise buscam permitir que as resenhas sejam apresentadas de forma que possamos cumprir nossa proposta central de análise.

A primeira etapa envolve a descrição dos textos do corpus a serem analisados, tendo como base as características levantadas previamente na análise das resenhas da revista acadêmica da Unesp. O objetivo desse ponto é apenas verificar se os textos estão ou não de acordo com as características elencadas.

A segunda etapa é a análise da progressão tópica nas resenhas. Nessa etapa buscaremos identificar os tópicos do texto e verificar como o sujeito da enunciação, na figura do locutor, faz a progressão e como a construção de sentidos é desenvolvida tendo como base a continuidade textual. Essa identificação será realizada tendo como princípio de verificação as propriedades que compõem um tópico discursivo que são a centração e a organicidade. A concernência, propriedade muito utilizada na identificação dos tópicos (que compõe a centração) nos dois trabalhos acadêmicos aqui apresentados na seção teórica³⁰, será também uma das principais fontes através da qual nos pautaremos para identificar a segmentação tópica do texto.

Através de uma leitura efetiva, utilizaremos como um critério de análise verificar quais são os principais mecanismos utilizados pelo sujeito para fazer com que o texto apresente a continuidade de sentidos. Para isso, verificaremos as marcas da presença do locutor no texto (os índices específicos): a presença de pronomes e as marcações desinenciais dos verbos que podem demonstrar a conseqüente marcação de sujeito. Verificaremos também a presença de outros

³⁰ Os trabalhos aqui referidos foram apresentados na seção "2.4.2 Mecanismos de articulação/progressão tópica: alguns exemplos", página 53.

elementos que podem evidenciar os índices específicos como por exemplo advérbios que indiquem lugar e também advérbios que indiquem tempo.

Analisaremos, na sequência, os procedimentos acessórios, especificamente aqueles que evidenciam a presença do locutor e também, como consequência, o sujeito da enunciação e dizem respeito à progressão tópica do texto. Sabemos que em um texto, independente do gênero textual, há um locutor que se propõe como sujeito. Este sujeito (efeito da apropriação do locutor) acaba utilizando-se de diversos mecanismos que permitem que os tópicos sejam articulados no texto. Esse movimento muitas vezes não deixa marcas tão explícitas assim. No caso de uma resenha, teremos um sujeito da enunciação que optará por seguir linearmente o texto resenhado ou então poderá não seguir a mesma ordem de ideias apresentadas pelo texto fonte. Há ainda aquelas resenhas em que o sujeito da enunciação fará uma avaliação do texto apenas no final e também aquele que irá tecendo sua avaliação já durante a apresentação do texto fonte³¹. Esses “movimentos” que ocorrem no texto são os procedimentos acessórios que vamos analisar.

O uso de advérbios e conjunções e a presença dos verbos dicendi que indicam um locutor interpretando o que é apresentado pelo texto fonte também são elementos que funcionam como procedimentos acessórios. O uso dessas formas verbais que indicam principalmente uma avaliação do sujeito da enunciação em relação ao dizer do texto fonte são elementos relevantes para nossas análises. Tem-se na resenha um locutor que, ao utilizar determinados verbos dicendi não apenas apresenta o dizer do outro (do texto fonte), mas o ressignifica como sendo, por exemplo, uma afirmação, uma conclusão, um questionamento, uma comprovação, uma crítica, etc. Assim o locutor se coloca no texto como sujeito ao fazer essas escolhas.

Dessa forma, buscaremos evidenciar essa presença de procedimentos acessórios observando alguns pontos como as referências feitas no texto a elementos externos, como exemplos, outros textos, fatos de experiência pessoal, todos geralmente usados com o intuito de reforçar algum ponto apresentado na resenha. Outros procedimentos acessórios aparecem também nas diferentes

³¹ Frisamos aqui que o sujeito da enunciação é um efeito da apropriação de um locutor. O sujeito em si, portanto, não faz escolhas. Quando afirmamos que o sujeito “faz” determinada coisa no texto estamos sempre levando em conta que há a presença de um locutor responsável por tais atos. O sujeito da enunciação é um efeito de apropriação.

escolhas temáticas feitas no texto que são evidenciadas apenas semanticamente. Há ainda procedimentos acessórios do sujeito da enunciação quando percebemos os recortes feitos do texto fonte pelo sujeito para a apresentação na resenha. O uso de questionamentos também evidencia um procedimento. Em suma, as questões verificadas serão as seguintes:

Índices específicos	Procedimentos acessórios
<ul style="list-style-type: none"> - Pronomes; - Marcações desinenciais nos verbos; - Advérbios que indicam “lugar”; - Advérbios que indicam “tempo”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Referências a elementos externos: outros textos ou fatos de experiência pessoal; - Escolhas temáticas diversas; - Recortes feitos do texto fonte; - Uso de questionamentos (expressões ou sentenças); - Advérbios; - Conjunções; - Verbos dicendi; - Verbos avaliativos.

Por fim, faremos a devida comparação entre as produções textuais, buscando verificar, sobretudo, as formas como os locutores dos 3 grupos investigados se marcam nos textos (e como os sujeitos enunciativos se apresentam) e como a progressão é ou não equivalente nos grupos. Com esse passo objetivamos verificar se há diferenças ou não nas formas que o sujeito da enunciação se apresenta na articulação de tópicos. A fim de consolidarmos nossas considerações acerca da progressão textual norteadas por um sujeito da enunciação, buscaremos uma comparação também entre as resenhas estudantis dos referidos grupos com as resenhas que compõem o corpus de resenhas acadêmicas publicadas. Nosso objetivo com esse passo final é permitir que esse trabalho de pesquisa sirva de fonte pedagógica para aqueles que buscam verificar como uma resenha escolar/universitária pode aproximar-se ou não de uma resenha acadêmica.

3.1.1 Análise da resenha do grupo 1

Nesta seção apresentaremos a análise de uma das resenhas produzidas no primeiro grupo. Apresentaremos aqui a análise da resenha mais representativa e como já afirmado anteriormente, isso é suficiente para alcançarmos nosso objetivo de análise. Como já explicitado aqui na apresentação do corpus, as resenhas desse grupo foram produzidas por calouros e o gênero ainda não tinha sido devidamente apresentado a eles. Antes de cumprir os critérios e etapas já especificados vamos analisar a proposta de produção, elemento importante, responsável por nortear a escrita do texto.

A proposta de produção dizia o seguinte: "*Faça uma resenha do texto abaixo, com base no que você sabe sobre resenhas (considere tanto o que aprendeu na escola quanto o que aprendeu fora dela, na sua experiência com a língua).*" Como vemos, há uma indicação clara que determina o gênero textual da produção: uma resenha. A proposta já levava em conta que poderia haver um desconhecimento por parte do aluno do gênero em questão, por isso pede para que a produção seja feita com base em tudo que o aluno poderia ter aprendido sobre essa forma textual. A intenção da professora que propôs a produção era justamente sondar o nível de conhecimento dos alunos em relação à *resenha* acadêmica, ou mais especificamente, verificar se os alunos usariam de forma coerente a sua competência sócio comunicativa.

Podemos considerar como válida a proposta de produção já que ela se baseia no fato de que cada indivíduo é dotado de uma "competência metatextual". Noam Chomsky (1975) desenvolveu uma teoria que diz que todas as pessoas são dotadas de uma competência linguística, ou seja, uma capacidade inata para a compreensão e produção da linguagem. Podemos dizer que também possuímos uma "competência metatextual, ou seja, uma capacidade de compreensão, que ocorre de forma natural, sem a necessidade de um estudo, dos objetivos e formas dos gêneros textuais. De acordo com Koch (2009, p. 53) nossa competência sócio comunicativa nos permite identificar e diferenciar os diversos gêneros que circulam socialmente. "Há o conhecimento, pelo menos intuitivo, de estratégias de construção

e interpretação de um texto." (p.53). Assim, seria plenamente possível que o aluno pudesse produzir uma resenha, mesmo sem ter ainda a estudado efetivamente³². Podemos justificar isso sabendo que

o contato com os textos da vida cotidiana, como anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas, etc., exercita a nossa *capacidade metatextual* para a construção e inteligência de textos. (Koch, 2009, p.53)

A passagem aponta justamente para o desenvolvimento de nossa "capacidade metatextual" realizada através do constante contato com os diferentes textos que os indivíduos desenvolvem ao longo de sua convivência social. O trecho deixa claro que é o contato com o gênero em questão um dos pilares responsáveis pela adequação da escrita ao evento comunicativo. Dessa forma, justifica-se o fato de que algumas resenhas não puderam ser classificadas como tais. Podemos pressupor que o não contato prévio desses alunos com uma *resenha* acadêmica pode ter sido a justificativa pela falta de elementos típicos do gênero em algumas das produções.

Ainda antes de entrar nas análises das resenhas buscaremos apontar aqui nossa percepção geral acerca do texto fonte, parte extremamente relevante para a produção do gênero acadêmico que compõe nosso corpus. Embora não tenhamos a intenção de produzir aqui uma resenha modelo, vamos apontar para os principais tópicos do texto com o intuito de evidenciar a estrutura e abordagem temática apresentada pelo autor. Dessa forma esperamos apenas expor como o texto fonte disserta sobre o tema que aborda buscando assim, fornecer mais elementos que nos permitam verificar a estrutura tópica das resenhas bem como a articulação desenvolvida pelo locutor.

Publicado em 14/02/2013 em um blog na internet, o artigo de divulgação científica "*Mito da língua perfeita*"³³ foi escrito por Sírio Possenti que, de acordo com a página virtual do próprio blog "é linguista, professor na Unicamp, publicou diversos livros, estuda piadas e outros textos curtos e, em suas colunas, combate análises fajutas e preconceituosas." E é justamente um "combate" a uma determinada análise

³² Consideramos também o fato de que o aluno poderia ter tido contato com o gênero no Ensino Médio.

³³ Como já afirmado anteriormente, o texto encontra-se no final da dissertação, na seção Anexos.

que o texto base das resenhas que compõem nosso corpus tem como principal proposta.

Estruturado em 9 parágrafos o texto de Possenti toma como base uma passagem de um artigo de Roberto Romano (um filósofo) publicado no jornal Estadão. No referido artigo do jornal, Romano, reflete sobre uma fala da presidenta na qual ela empregara a palavra "vilipêndio". Ao tecer comentários sobre tal palavra, Romano teria dito que o termo vindo do latim *vilipendere* "seria uma corrupção do termo clássico *vili*". Possenti usa esse comentário como mote para tecer suas considerações acerca do fato de que as pessoas costumam imaginar que já houve uma língua perfeita (o tratamento mítico das línguas) e que termos que fugiriam à norma culta ou padrão seriam considerados uma "corrupção". O autor tenta combater essa ideia através de exemplos, questões para reflexão e argumentos.

Como não pretendemos aqui fazer uma resenha modelo do texto, vamos apontar apenas para os principais pontos apresentados pelo autor em cada parágrafo do texto:

– 1º parágrafo: Apresenta o mote que gerou o tema do texto - trecho do artigo de Roberto Romano que classifica a palavra "vilipêndio" como uma "corrupção" do termo clássico do latim *vili*. Questiona o fato de o autor ter classificado a mudança linguística como corrupção e afirma que isso é um velho discurso que não se sustenta quando se leva em conta questões históricas e a estrutura interna das línguas.

– 2º parágrafo: Diz que é comum "no tratamento mítico das línguas" proporem que já houve uma língua perfeita e o que veio depois é corrupção. Questiona se isso é o que ocorre de fato.

– 3º parágrafo: Apresenta dois fatos que sustentam a ideia de que "língua perfeita" não pode ser plausível: 1- ninguém sabe "qual teria sido a língua perfeita" e 2- as formas mudam sempre por isso não podemos determinar quando o termo teve um "sentido verdadeiro".

– 4º parágrafo: Entre parênteses, o autor exemplifica a questão de que a perfeição na língua é mito usando um exemplo da esfera da discussão de fatos políticos. Cita o exemplo da palavra *república*, originalmente *res publica* que significa *coisa pública*, implicando que o privado e o público não deveriam se misturar. Afirma,

usando dados históricos, que isso não é o que costuma acontecer de fato no âmbito da política.

– 5º parágrafo: Afirma que (como já havia dito em artigo anterior) é difícil encontrar argumentos para defender as formas antigas da língua; um destes argumentos seria o respeito à tradição. Mas essa tradição, segundo o autor, em muitas áreas é desprezada.

– 6º parágrafo: Aponta, com um exemplo, que a questão pode ser estética. Algumas formas, na fala, são vistas como comuns, mas na escrita, como erros.

– 7º parágrafo: Um exemplo histórico - Não sentimos falta do -e final que já foi presente nos infinitivos.

– 8º parágrafo: Aponta para o debate estético que podemos travar seguindo a mesma linha de raciocínio.

– 9º parágrafo: Conclui dizendo que tudo ocorre devido a tradição e também à falta de informação das pessoas.

Vemos, assim, que o artigo de divulgação científica de Sírio Possenti apresenta uma estrutura argumentativa. O autor busca apresentar fatos que defendam que a ideia, comum em nossa sociedade, de que há/houve uma língua perfeita, é equivocada e deve ser combatida. As resenhas que compõem o corpus de pesquisa deveriam, pois, tomar o texto de Possenti como fonte de suas resenhas, tendo em vista a "exigência" do gênero *resenha* acadêmica.

A fim de facilitar nossas análises buscaremos verificar como se dá a organização tópica nesse texto, chamando a atenção para as proposições do sujeito da enunciação. Isto permitirá que verifiquemos se as resenhas mantêm ou não uma organização tópica semelhante à do texto fonte. Apresentaremos a seguir um "esqueleto" do texto com os principais tópicos apontados em uma análise hierárquica.

1 – Mote da discussão: A classificação, publicada em um artigo do jornal Estadão, da palavra "vilipêndio" como uma corrupção do termo latino.

2 – Tratamento mítico das línguas: suposição de que houve uma língua perfeita e que o que veio depois é corrupção.

3 – Argumentos que tentam sustentar isso: qual seria essa língua perfeita? / questão histórica: não sabemos se a palavra é original ou se já foi “corrompida”. / exemplo das discussões de assuntos políticos.

4 – Não há argumentos bons para a defesa de formas antigas: “Respeito à tradição” per si não é capaz de legitimar as formas linguísticas. / Questão estética: argumentos de pessoas comuns / Questão histórica: as mudanças que nem percebemos.

Em resumo, verificamos que esses quatro tópicos gerais vão sendo articulados por meio de alguns mecanismos escolhidos pelo locutor e apresentados no texto por meio do sujeito da enunciação: A introdução ao tema é feita por uma expressão em primeira pessoa – “Volto ao tema” que aparece logo na linha inicial do texto. Percebemos que há apenas uma marcação desinencial no verbo que indica que há um sujeito gramatical da primeira pessoa do discurso. Podemos dizer também que é nesse trecho inicial que o locutor deixa seu primeiro indício.

Volto ao tema.

O filósofo Roberto Romano escreveu artigo (Estadão de 10/02/2013) cujo mote foi uma fala da presidenta, na qual ela empregava a palavra “vilipêndio”[...]

Na passagem do segundo para o terceiro tópico temos novamente o uso de uma expressão, mas agora é um questionamento: “Mas é mesmo? ”.

[...] Um dos tópicos mais comuns no tratamento mítico das línguas é supor que, em algum momento, houve uma língua perfeita. O que veio depois teria sido corrupção / corruptela. Observe-se que o mesmo discurso se aplica às sociedades: nelas, a decadência seria constante. *Mas é mesmo?*[...]

Essa pergunta tem a função de introduzir o que será apresentado no tópico seguinte, que são os argumentos que justamente contrapõem-se ao que está sendo dito no tópico dois: que já houve uma língua perfeita e o que decorreu dela está em decadência. Vemos também aqui o uso de um procedimento acessório que permite ao locutor do texto enunciar sua posição de locutor e como consequência, evidenciar o sujeito da enunciação articulando ideias no texto.

A passagem do terceiro para o quarto tópico se dá com uma marcação nas desinências verbais que evidenciam a presença da primeira pessoa do discurso,

recuperando algo que já havia sido dito (em um artigo anterior, provavelmente): “...disse que...”. No final do texto essa marcação em primeira pessoa impera nas formas verbais: “disse, discuti, indiquei, conhecemos, aposto, esquecemos, sentiríamos, sabíamos.” Há também o uso de muitas perguntas que buscam nortear a reflexão apresentada.

[...] Na semana passada, disse que não há bons argumentos para a defesa de formas mais antigas da língua; o único é o “respeito” à tradição. Não discuti se a tradição deve ser defendida. Apenas indiquei que, em muitos campos, ela não vale nada, é desprezada. Às vezes, é defendida no campo moral e familiar, mas quantos queremos uma família patriarcal com as mulheres nos papéis que conhecemos bem? [...]

Os índices específicos marcados na primeira pessoa do discurso nas desinências verbais neste trecho do texto evidenciam a posição do locutor e também a posição do sujeito da enunciação. Como o autor pretende reforçar o seu ponto de vista acerca do assunto (opinião já discutida e apresentada em artigo anterior: “na semana passada...”) usa as marcações da primeira pessoa.

Vemos que a presença de índices específicos e procedimentos acessórios permite a articulação tópica no texto. Descrever esses mecanismos da forma como fizemos não objetiva servir de base para comparação com as resenhas acadêmicas estudantis desse texto, esperando que elas sigam à risca tal organização. Nossa intenção é apontar quais são os tópicos e como as resenhas vão articulá-los tendo em vista a construção de uma subjetividade própria.

3.1.1.1 Resenha

Composta por quatro parágrafos, esta resenha, escolhida entre as 25 que compõem esse grupo por apresentar formas de progressão tópica que poderiam ser fonte de uma análise significativa, apresenta índices específicos e procedimentos acessórios da enunciação que nos permitem identificar as articulações do locutor. Apresenta também algumas das características típicas de uma resenha já discutidas aqui na análise do corpus de *resenhas* acadêmicas publicadas em revista. Para facilitar a compreensão da análise a ser realizada optamos por apresentar

previamente uma transcrição na íntegra da resenha. A versão original encontra-se na seção Anexos, no final da dissertação.

Resenha do texto "Mito da Língua perfeita"

No texto, o "Mito da Língua perfeita", publicado no site terramagazine, Sírio Possenti discute o conservadorismo das pessoas em relação à língua culta. Segundo ele, costuma-se acreditar que um dia houve uma "língua perfeita" e que qualquer forma que se desvie dela é incorreta.

O sentido verdadeiro das palavras, entretanto, induz-nos o bloguista a pensar, não foi sempre o que conhecemos hoje. Ele já teve uma outra forma antes e mais uma grande variedade que se acumulou ao longo dos anos. A única razão para essa resistência é, pois, como afirma Possenti, o "respeito à tradição."

É realmente interessante pensar na questão de cultura hegemônica abordada pelo texto. Jamais houve a língua belíssima de nossas fantasias românticas, mas ainda assim obrigamos as pessoas a falarem de acordo com a norma padrão. Na linguística, contudo, muitas vezes há de se descobrir que ela não existe propriamente.

Aprecio essa visão de língua - e também de outros meios de comunicação - como ideologia, justamente porque, antes de estudar mais a fundo, não percebia que de certa maneira tudo o que nos ensinam é mera imposição cultural. Vale lembrar, então de movimentos anti-cultura, como os hippies foram para a sociedade, ou os surrealistas, dadaístas e outros tantos na arte. Se já antes eles causavam impacto por quebrarem paradigmas, após se rever os conceitos sociais e como eles nos coagem ainda hoje, podemos admirá-los ainda mais por sua coragem, que já à época resolveram se rebelar.

Passaremos agora a trabalhar com nossas etapas e os critérios de análise. A primeira etapa diz respeito à verificação da adequação do texto ao gênero *resenha* acadêmica. Para isso faremos a descrição do texto acima exposto tendo como base as características levantadas previamente na análise das resenhas da revista da Unesp feitas na seção 2.5.2 *Depreensão das características das resenhas presentes no corpus 1 (resenhas publicadas)*, página 62. Objetivamos apenas verificar se o texto que vamos analisar pode ou não ser considerado uma resenha de acordo com o que propusemos aqui.

A fim de facilitar a análise apresentamos a seguir novamente a estrutura que depreendemos das resenhas da Unesp:

- 1) Contextualização do tema;
- 2) Apresentação geral dos objetivos do texto fonte;
- 3) Descrição (já avaliando, em alguns casos) dos capítulos/ artigos/ seções do livro/artigo fonte;
- 4) Parte crítica/ avaliativa;
- 5) Recomendação ou não do texto fonte.

Reafirmamos aqui que tal estruturação não é rígida e nem que ela seja a única estrutura possível de resenha existente. Frisamos que as resenhas variam a depender de seus objetivos. No caso das resenhas acadêmicas publicadas, elas objetivavam a recomendação ou não de um determinado livro para um público específico, que no caso, pode ser a comunidade acadêmica na qual tal tipo de publicação pode circular. Elas eram endereçadas a um público que provavelmente desconhecia o livro que estava sendo resenhado ou então buscava por informações mais específicas sobre determinada obra.

Não temos a mesma situação nas resenhas estudantis que compõem nosso corpus: elas não são de livros (apenas as do terceiro grupo são), não são escritas para unicamente recomendar ou não o texto fonte e são endereçadas a alguém que já conhece o texto base, no caso, o professor. Dessa forma não se pode esperar que os textos que compõem o corpus apresentem os elementos típicos presentes em resenhas como os apresentados acima recorrentemente. Além disso, como já discutido na seção “2.5.1 – *Resenha acadêmica – algumas teorias*”, página 58, a organização das ideias alheias na resenha é um fator dependente da própria organização das ideias do texto fonte. Cabe ao locutor optar por seguir determinada ordem e inserir elementos da estrutura acima descrita ou não, propondo-se assim como sujeito da enunciação.

Nessa primeira resenha avaliada percebemos que o item 1 (contextualização do tema) está presente. O autor optou por entrar diretamente no texto fonte, sem falar um pouco antes da relevância do tema de forma mais detalhada ou então um pouco mais sobre o autor, mas mesmo assim temos a contextualização. O

resenhista remete ao texto fonte dizendo “no texto ‘o mito da língua perfeita’ e ainda apresenta o local de publicação, bem como o autor do texto fonte: “...publicado no site terramagazine, Sírío Possenti discute...”

O item dois (objetivo do texto fonte) também está presente e aparece logo no primeiro parágrafo da resenha: “*Possenti discute o conservadorismo das pessoas em relação à língua culta.*” Nessa apresentação geral vê-se que o autor da resenha aponta para o que supõe ser o objetivo do texto fonte.

Antes de seguirmos é importante afirmar que não pretendemos avaliar as resenhas no quesito adequação do conteúdo. É por isso que não nos cabe julgar se esse era ou não o real objetivo do autor do texto fonte. Também não interessa para as análises uma discussão dos possíveis equívocos teóricos que surgem nas resenhas, principalmente nas partes em que o resenhista apresenta sua opinião sobre o tema em questão. Nosso foco central é a organização tópica do texto e a articulação elaborada pelo sujeito da enunciação.

Voltando aos itens presentes em uma resenha típica vemos que o item 3, a descrição das partes do texto, é desenvolvida na resenha, mas deixa um ponto a desejar: o resenhista não apresenta o mote que motivou Sírío Possenti a escrever o seu artigo (a origem da discussão: as considerações tecidas por Roberto Romano acerca da palavra “vilipêndio”). No entanto, ele apresenta de forma bem sumarizada como o autor do texto fonte organiza o artigo, indicando os itens descritos por Possenti no segundo parágrafo.

A parte crítica/ avaliativa que é o item 4 presente nas resenhas da revista aparece na resenha do aluno, mas ela não é bem demarcada como ocorre nas publicadas. O que vemos é que o aluno apresenta seu ponto de vista sobre o assunto ao invés de tecer críticas/ comentários acerca da forma como Sírío Possenti elabora seu artigo, por exemplo. Essa atitude é plenamente válida em resenhas e é justamente a presença desse aspecto um dos fatores que nos permite classificar esse texto como pertencente ao gênero.

Assim, temos no terceiro parágrafo um comentário sobre o fato de que não há uma língua perfeita e que mesmo assim ainda “*obrigamos as pessoas a falarem de acordo com a norma padrão*”. No quarto e último parágrafo, temos o ponto de vista bem claro do aluno que diz “*aprecio essa visão de língua*”. Nesse mesmo

parágrafo, o autor da resenha passa a abordar questões relativas à imposição cultural e de movimentos anti-cultura relacionando antes isso com a questão da língua.

O quinto e último ponto presente nas *resenhas* acadêmicas publicadas é a recomendação ou não do texto fonte. Esse aspecto, como vimos, é bem claro nessas resenhas, não ficando apenas implícito. Em nossa resenha estudantil analisada aqui esse ponto não aparece. Percebe-se que o autor concorda com as ideias do texto fonte, mas não há uma recomendação explícita que indique de forma efetiva que o artigo de divulgação científica de Sírio Possenti é bom ou que ele deveria ser lido.

Em geral, pudemos verificar que a resenha do aluno atende a alguns requisitos presentes nas resenhas típicas que apresentamos aqui. Considerando então que se trata de um texto do gênero *resenha* acadêmica, buscaremos verificar agora questões relativas à organização tópica e as colocações do sujeito da enunciação, nosso objetivo da dissertação e nossa segunda etapa de análise.

Nossa principal proposta é que a organização tópica é fruto das escolhas feitas por um locutor que precisa se propor como sujeito, ou seja, o sujeito da enunciação seria aquele que se constitui no momento da enunciação, mais especificamente, no momento da escrita. Partimos do pressuposto de que mesmo quando esse sujeito da enunciação não diz "eu", ou seja, mesmo quando não temos marcas explícitas do sujeito no texto, ainda assim teremos a presença dessa "entidade" que se deixa perceber também pela articulação do texto em tópicos. Assim, a partir desse ponto, vamos destacar primeiramente a organização tópica da resenha 1 e na sequência, abordaremos as marcas do locutor (os índices específicos e os procedimentos acessórios) e a consequente organização do texto feita pelo sujeito da enunciação. Começaremos apresentando um "esqueleto" da resenha apontando para os principais tópicos de cada parágrafo. Faremos isso em uma análise hierárquica da composição textual:

§1

Texto "Mito da língua perfeita" → discute o conservadorismo das pessoas em relação à língua culta.

Língua perfeita → acredita-se que já existiu e o que se desvia dela é incorreção.

acredita-se que os desvios dela são erros.

§2

Sentido verdadeiro das palavras → há formas que mudam com o tempo.

Razão para a resistência → respeito à tradição.

§3

Cultura hegemônica → abordada pelo texto e interessante pensar sobre

Língua "belíssima" → jamais existiu

padrão → obrigamos as pessoas a falarem de acordo com a norma
ela não existe de fato.

§ 4

Apreciação da visão de língua → não percebia que tudo que ensinam para as pessoas é imposição cultural

Movimentos anti-cultura } causaram impacto por quebrarem paradigmas

Conceitos sociais } nos coagem ainda hoje

As mudanças entre os tópicos são sinalizadas pela mudança na centração. Utilizando tais procedimentos teóricos (verificar a centração e a concernência do texto), podemos dizer que os principais tópicos da resenha são:

- Sobre o que fala o texto fonte: conservadorismo das pessoas e língua perfeita;
- Sentido das palavras;
- Questões culturais - língua "belíssima"/ perfeita

- Movimentos anti-cultura.

Assim, percebemos que a progressão tópica ocorre de forma a tentar exibir o ponto de vista do resenhista acerca dos dados presentes no texto fonte. Frisamos que se trata de uma tentativa, já que a resenha pode ser considerada como frágil se fizermos referência às resenhas acadêmicas publicadas aqui analisadas³⁴. Mesmo assim, é possível verificar que o texto apresenta uma continuidade de sentidos, garantida, entre outras razões, pela progressão dos tópicos. No entanto, não podemos deixar de lado o fato de que no último parágrafo há um “salto” quanto ao tema que estava sendo abordado anteriormente. Essa descontinuidade na progressão tópica pode ser classificada como uma digressão, sem um devido retorno ao tópico central da resenha que é falar sobre questões linguísticas.

O encadeamento das ideias presentes na resenha acontece por diversos mecanismos e como nosso objetivo é a análise das questões relacionadas ao sujeito da enunciação, buscaremos verificar os elementos que explicitam a presença do mesmo no texto além de apontar para as evidências de articulação do sujeito deixadas (os procedimentos acessórios). O locutor não deixa apenas marcas nas formas de pessoa e nos verbos. Ele apresenta-se também nas diversas escolhas que são feitas para que as ideias do texto progridam. Assim afirmamos que o encadeamento entre os tópicos é feito por um locutor que, ao se propor como sujeito da enunciação, permite que a progressão textual ocorra.

Reafirmamos aqui que “as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito” (FLORES E TEIXEIRA, 2012, p. 11). Assim, no nosso caso, propomos que há a presença do que chamamos de procedimentos acessórios, que, de diferentes formas evidencia o locutor presente no texto. Verificamos, de início, nesta resenha que o locutor do texto, e o seu efeito de proposição, o sujeito da enunciação deixa marcas explícitas/ índices específicos (nas marcações gramaticais de pessoa pronominal e nas desinências verbais) que detalharemos a seguir. Já deixaremos indicado também alguns dos procedimentos acessórios:

³⁴ Essa afirmação não indica que esperamos que as resenhas dos alunos devam se “adequar” à forma que as resenhas publicadas são construídas. Buscamos nas resenhas publicadas apenas um parâmetro de comparação.

– Primeiro parágrafo: não apresenta marcas de índices específicos, apenas procedimentos acessórios (uso das expressões “no texto” e “segundo ele” e também no verbo dicendi “discute”, uma forma verbal que, além de diferenciar as vozes, é usado para interpretar o que é proveniente no texto base);

– Segundo parágrafo: uso do pronome átono “-nos” em “induz-nos”, evidencia que há a presença de um sujeito, marcado na forma pronominal de primeira pessoa do plural; uso da conjunção “*entretanto*”, que, pode-se dizer, evidencia um locutor articulando as ideias presentes no parágrafo (procedimento acessório);

– Terceiro parágrafo: A desinência verbal “-mos” em “*obrigamos*” marca a presença de um sujeito em primeira pessoa do plural (que pode indicar também a presença de mais de um locutor e é um índice específico); as conjunções “*contudo*” e “*mas ainda assim*” evidenciam também que há um sujeito articulando os tópicos textuais (procedimento acessório) pois exibem articulações temáticas importantes. O uso da expressão adverbial “realmente interessante” marca também um procedimento acessório que demarca a presença do locutor que “avalia” a situação apresentada pelo texto fonte.

– Quarto parágrafo: As desinências verbais “-o”, “-a”, “-mos” presentes respectivamente nos verbos “*aprecio*”, “*percebia*” e “*podemos*” são índices específicos que evidenciam também a existência de um locutor que se propõe como sujeito. Há também marcações temporais neste trecho que são também consideradas índices específicos: “antes”, “após”, “hoje”, “à época”. Uso da expressão “vale lembrar” que indica um procedimento acessório que também marca a presença do locutor.

A resenha inicia-se apresentando seu primeiro tópico discursivo que é sobre o que fala o texto fonte (conservadorismo das pessoas e língua perfeita) usando um procedimento acessório que nos permite a verificação da presença do locutor e a consequente presença do sujeito da enunciação: o uso da expressão “*no texto*”. O uso de tal procedimento permite que o tópico inicial seja introduzido além de ser um mecanismo clássico utilizado em resenhas, que evidencia que o texto em questão será um texto que “fala” de outro, ou seja, é um elemento típico que pode nos ajudar a verificar o gênero textual. Tal elemento pode funcionar também como um

delimitador de vozes enunciativas: o sujeito da enunciação deixa evidente que suas proposições serão feitas em relação a um texto fonte, ou seja, veremos no texto que há um sujeito da enunciação articulando a enunciação de outro sujeito (presente no texto fonte).

Isso confirma-se também pelo uso de verbos *dicendi*, outro procedimento acessório que nos permite a verificação da presença de um sujeito da enunciação. Há no primeiro parágrafo do texto, dentro ainda do desenvolvimento do primeiro tópico textual o verbo *dicendi* “discute” (“Sírrio Possenti discute...”). Esses verbos são usados em resenhas e resumos para atribuir alguma ação verbal ao autor do texto fonte. Sob nosso ponto de vista essa forma verbal evidencia a articulação tópica feita pelo locutor e, conseqüentemente também pelo sujeito da enunciação. Podemos dizer que é uma marca de sujeito, na forma de um procedimento acessório, na medida em que deixa transparecer a sua interpretação do dizer alheio, ou seja, das ideias presentes no texto fonte.

Além dessa forma verbal, as palavras ou expressões que remetem ao texto fonte também podem ser vistas como elementos usados por um locutor para que os tópicos textuais sejam articulados de forma satisfatória. Temos isso com a expressão “*segundo ele*” (referência ao autor Sírrio Possenti) evidenciada no primeiro parágrafo da resenha. Como vimos, tal forma também é um elemento que reforça, juntamente com os verbos *dicendi*, a diferenciação de vozes do sujeito da enunciação, já que também mostra que o que está sendo exposto é, na verdade, o que outro sujeito da enunciação expõe (no texto fonte da resenha).

O uso da conjunção, “entretanto” no segundo parágrafo também é outra forma de marcação de sujeito, ou seja, um procedimento acessório que permite a verificação do sujeito da enunciação. Além de ser um elemento articulador de tópicos textuais por natureza, as conjunções têm como função estabelecer nexos sintático-semânticos entre os termos, contribuindo assim para a coesão textual. O uso delas deixa entrever as diversas relações semânticas entre enunciados que podem ser construídas e é nesse ponto que verificamos a importância do sujeito da enunciação. É esse sujeito que, na figura de um locutor, “escolhe” qual será a relação pretendida (no caso da conjunção “entretanto”, relação de oposição). Além disso, nesse caso, a conjunção ajuda a introduzir o novo tópico discursivo que é

falar sobre “o sentido verdadeiro das palavras” conforme o que o texto fonte propõe sobre o assunto.

Dentro ainda desse mesmo tópico no segundo parágrafo vemos que o locutor também se marca pelo uso da forma verbal “*induz-nos*”. Essa marcação em primeira pessoa deixa evidente mais um índice específico de marcação de sujeito. Além da marca explícita, percebemos que o sujeito da enunciação busca articular algo presente no texto fonte com algo que vai ser a ideia do resenhista (o que está sendo induzido a pensar). Vemos que esse sujeito da enunciação tenta articular a sua própria “voz” com a “voz” do texto fonte.

O terceiro tópico discursivo que aparece na resenha é a questão da cultura hegemônica, “a língua belíssima” que na verdade não existe (é um mito). Ele é introduzido no terceiro parágrafo por um adjetivo intensificado por um advérbio: “realmente interessante”. O sujeito da enunciação propõe que “é realmente interessante pensar na questão...”. Essa expressão, além de evidenciar a presença do sujeito “qualificando” determinada situação por meio de um procedimento acessório, serve ainda para introduzir o novo tópico a ser elaborado.

Temos ainda neste mesmo parágrafo o uso da forma verbal “obrigamos” e também, no quarto parágrafo, o verbo “podemos”. Essas formas não são simples verbos com marcas de primeira pessoa que evidenciam o locutor e o seu efeito que é o sujeito da enunciação (índices específicos). A opção pelo uso do plural pode indicar que há a presença de mais de um sujeito da enunciação no texto. Há como que uma tentativa de aproximação do sujeito da enunciação que compõe o texto com um sujeito do “senso comum”. Podemos supor também que tais formas verbais articulam o sujeito do texto e um sujeito representado pela figura do interlocutor, ou seja, a quem o texto destina-se, numa relação dialógica. E, de novo, essas formas também evidenciam a articulação tópica.

O quarto tópico do texto que é falar basicamente sobre a apreciação da visão de língua apresentada pelo texto fonte e sobre os movimentos anti-cultura é introduzido no decorrer da resenha pela forma verbal “aprecio”. O resenhista diz “aprecio essa visão de língua...”. A forma do verbo propõe muito mais do que a simples marcação gramatical de primeira pessoa mostrando a presença do sujeito da enunciação por meio de um índice específico. “Apreciar” é um verbo avaliativo e

não foi escolhido por acaso. Ele evidencia de forma clara a avaliação do sujeito da enunciação quanto ao tema abordado pelo texto fonte (no caso, a visão de língua apresentada pelo texto de divulgação científica de Sírio Possenti). Isso contribui também para que o texto seja considerado uma resenha, já que essa parte avaliativa (como vimos nas resenhas publicadas) é um elemento relevante para a composição do gênero. Mais do que isso, a escolha lexical revela que o resenhista identifica a característica do gênero que é a avaliação.

Ainda neste tópico discursivo vemos que o locutor deixa marcas temporais através de índices específicos com o uso das palavras “antes”, “após”, “hoje”, “à época”. Essas marcações indicam as movimentações temporais e a consequente progressão das ideias discutidas dentro do tópico. Há um agenciamento de palavras proposto pelo locutor que indica que há uma sequência temporal no desenrolar do tópico tendo em vista a construção de sentidos.

Outro procedimento acessório ocorre quando vemos a expressão “Vale lembrar” que aparece neste último parágrafo, introduzindo um subtópico. Além de ter essa função de contribuir para a progressão/ articulação entre os tópicos, essa expressão evidencia a presença de um locutor que aponta para a necessidade e a importância de se lembrar do fato que será relatado na sequência.

Na leitura da resenha percebemos que esses elementos que marcam a presença do locutor (índices específicos e procedimentos acessórios) acabam contribuindo para o desenvolvimento da trama linguística. O sujeito da enunciação é um efeito das proposições do locutor e, pode-se dizer, todos os tópicos do texto são o próprio sujeito em si. Isso ocorre inclusive no trecho final do texto no qual temos uma descontinuidade tópica. Há um sujeito da enunciação que realiza a digressão. Como dissemos, mais do que isso, a própria organização tópica é um elemento que marca a presença de um sujeito da enunciação articulando as ideias presentes na resenha. Percebemos com a análise que a introdução dos tópicos é sempre feita pelo locutor de modo a deixar evidente a presença do sujeito da enunciação, seja por um índice específico ou um procedimento acessório. De fato, pode-se dizer que a escolha organizacional dos tópicos no texto já é, em si, uma grande marcação da presença de um sujeito da enunciação no texto. Podemos propor, inclusive que os próprios tópicos da resenha já são indicadores da subjetividade.

3.1.2 Análise das resenhas do grupo 2

Nesta seção buscaremos apresentar as resenhas acadêmicas estudantis produzidas no segundo grupo. Elas foram escritas pelos alunos recém-chegados ao curso de Letras (calouros), mas diferentemente do grupo 1, esses alunos estavam no final da disciplina. Trata-se dos mesmos indivíduos³⁵, porém a grande diferença consiste no fato de que nesse ponto os estudantes já tinham desenvolvido um bom trabalho com o gênero textual *resenha acadêmica* e, por isso, os textos são mais bem elaborados do ponto de vista do gênero. Escolhemos apresentar aqui apenas uma análise, feita a partir de uma das resenhas mais significativas.

A proposta de produção pedia que fosse elaborada uma resenha acadêmica do primeiro capítulo (“Afinando conceitos”) do livro de Carlos Alberto Faraco, *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós (2008)*. Os alunos tinham como objetivo, segundo a docente da turma, identificar os principais conceitos de ‘norma’ que são elaborados por Faraco. Portanto a resenha, além de apresentar um resumo do texto fonte e uma avaliação do mesmo, deveria deixar claro o que é ‘norma’ e quais são as classificações abordadas pelo autor do mesmo conceito. De acordo com o site da editora do livro

Em *Norma cultura brasileira*, a articulação dos textos constrói um quadro coerente das principais questões e dos múltiplos aportes teóricos atinentes ao tratamento do tema. Essa obra faz a diferença ao oferecer uma visão consistente e esclarecedora, não só da norma culta brasileira, mas também de suas relações com os múltiplos sentidos de gramática e do modo como as línguas funcionam, se constituem e nos instituem cultural e socialmente.³⁶

O autor, de acordo com currículo acadêmico da Plataforma Lattes³⁷, graduou-se em letras português/ inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), possui mestrado em linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1978) e doutorado em linguística pela University of Salford (1982). Também possui pós-doutorado em linguística pela University of California (1995-96).

³⁵ Isso não significa que utilizamos as resenhas produzidas exatamente pelos mesmos alunos do grupo 1. Apenas indicamos que se trata da mesma turma de alunos.

³⁶ Disponível em: <http://www.parabolaeditorial.com.br/loja/par%C3%A1bola/norma-culta-brasileira-desatando-alguns-n%C3%B3s-detail.html>. Acesso em: 14/12/2014

³⁷ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1449863044828465>. Acesso em 14/12/2014.

Atualmente é professor titular (aposentado) da Universidade Federal do Paraná e realiza pesquisas na área de Linguística tratando principalmente de temas como Bakhtin, discurso, dialogismo e ensino de português e linguística.

O primeiro capítulo do livro, como o próprio título indica “Afinando conceitos”, tem a função de introduzir os diferentes conceitos de norma e instigar nossas reflexões acerca de variedades linguísticas e a heterogeneidade da língua. Resumindo, Faraco afirma que a norma culta brasileira falada acaba identificando-se, na maioria das vezes, com a linguagem urbana comum e ela se caracteriza por ser um conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso de falantes letrados em situações monitoradas de fala e de escrita.

De acordo com o autor, esse vínculo com a escrita e com atividades monitoradas leva os falantes a atribuírem à norma culta, doravante NC, certo valor social positivo, ou seja, um maior prestígio social. Decorre disso, historicamente falando, o fato de as pessoas considerarem a NC uma variedade superior, melhor que as outras, um objeto privilegiado. Os falantes chegam a confundir a NC com a própria língua, ou seja, acreditam que essa forma mais monitorada é a língua e tudo o que difere dela é um erro, uma corrupção da língua “verdadeira”. Faraco aponta que a língua em si é um conjunto de variedades e a NC nada mais é do que uma delas. O que ocorre é que ela é uma variedade que, devido a diversos processos sócio históricos que lhe agregaram valores, acaba sendo mais prestigiada do que outras.

Antes de seguirmos para a análise das resenhas acreditamos que seja relevante apresentar os principais pontos tratados pelo autor em cada seção do referido capítulo. Não pretendemos, assim como dissemos na apresentação das resenhas do grupo anterior, fazer uma resenha “modelo”, mas sim, apenas apontar os principais tópicos evidenciando a estrutura e a abordagem temática do texto fonte.

Composto de cerca de 105 páginas com 6 seções (que se dividem em subseções), o primeiro capítulo do livro de Faraco “Afinando conceitos” aborda de maneira clara e objetiva questões relativas ao conceito de norma culta e o desenrolar de questões atreladas a esse tema tão discutido em Linguística: a questão das variedades e a política que “regulamenta” o uso da língua pelas

peçoas. Podemos dizer que a organizaço do texto em seço es que aboam, de forma integrada, os conceitos de norma e os pontos a eles relacionados já é um indício relevante da organizaço tóica do texto. Propomos aqui que cada uma dessas seço es pode ser vista como um “grande” tóico que, no decorrer das subseço es vai ampliando-se e gerando subtóicos. A própria organizaço tipográfica do texto nas páginas do livro já deixa indicado essa organizaço: temos o título de cada seço escrito com de forma destacada e os títulos das subseço es marcados por um sinal gráfico (um quadrado preto), antes do título. Essa organizaço deixa implícito que haverá um tóico que denominaremos a partir desse ponto como sendo o tóico abrangente que aparecerá em cada seço e será desenvolvido nas respectivas subseço es. Com o intuito de facilitar nossa análise das resenhas produzidas neste grupo, apresentaremos, a seguir, as principais questões abordadas pelo autor em cada seço, ou seja, o tóico abrangente de cada uma:

Seço 1: “Norma” – Faraco apresenta nessa seço o conceito de norma que foi inicialmente apresentado pelo linguista Eugenio Coseriu na década de 50. Pode-se defini-la como “determinado conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Isso se identifica com normal. ” (FARACO, 2008, p.37). Essa noção é a base da seço e é a partir dela que Faraco tece suas considerações. A norma, segundo o autor, não desconsidera a heterogeneidade constitutiva da língua e também leva em conta que toda variante, ou seja, toda e qualquer norma é dotada de organizaço. Faraco aponta ainda nesta seço que as diferentes comunidades linguísticas se caracterizam por diferentes normas, ou seja, são constituídas por mais de uma norma, situação que faz com que cada falante adapte seu modo de falar dependendo da situação em que se encontra.

Seço 2: “Norma Culta” – O autor assume que há dificuldades em representar a realidade linguística brasileira. O modelo de representação mais adequado apresentado pelo autor é o de Stella Maris Bortoni-Ricardo, que distribui a realidade linguística em três *continua* que se entrecruzam: o *continuum* rural /urbano, o de oralidade/ letramento e o da monitoração estilística. Levando em conta que estamos vivendo um período de intensa urbanização no país, Faraco afirma que as variedades urbanas acabam exercendo muito mais influência sobre as demais. Assim, ocorre uma espécie de entrecruzamento entre essas variedades, originando

a chamada “linguagem urbana comum”, que caracteriza as manifestações orais mais monitoradas, falada tanto por pessoas com alto grau de escolaridade (ensino superior) como por falantes com escolaridade média. A questão central da seção então é apontada por Faraco: pode-se dizer que a linguagem urbana comum no Brasil, em seus usos mais monitorados, aproxima-se da “norma culta”, que é uma das diversas “normas” existentes. O adjetivo ‘culto’ em questão, segundo Faraco “diz respeito especificamente a uma certa dimensão da cultura, isto é, à cultura escrita.” (p.56). A relação entre a NC e a cultura letrada é estreita e é preciso lembrar que essa e qualquer norma implica não só elementos léxico-gramaticais como também práticas culturais e valores sociais. A norma culta, de acordo com o autor, é mais prestigiada (histórica e culturalmente). Faraco, quase no final da seção passa a designar a chamada norma culta de “norma culta/ comum / standard”. O autor afirma que o Brasil ainda está longe de torná-la um fenômeno de amplo uso social e isso ocorre por algumas razões descritas na seção.

Seção 3: “Norma culta, norma padrão e norma gramatical” - O foco da seção é definir o que é a chamada “norma padrão” e como se dá a sua relação com a norma culta/comum/standard e qual é o papel assumido pela chamada “norma gramatical”. Segundo o autor, a necessidade de uma referência linguística surge já na época feudal, quando o mundo passava por uma desfragmentação político-econômica. Havia uma grande diversificação nas línguas e a fixação de um padrão de língua tornou-se muito importante. Faraco afirma que é isso o que hoje conhecemos como “norma-padrão”, uma espécie de referência (abstrata) que nos induz para a uniformização da língua. No Brasil, de acordo com o autor, houve, no século XIX uma tentativa de imposição dos padrões lusitanos usados por escritores do romantismo. Isso não deu certo, mas essa ideia de “purificação” do idioma ainda permanece. De acordo com Faraco, a partir da segunda metade do século XX, os gramáticos no país tornaram-se um pouco mais flexíveis em relação aos usos da língua e a defesa rígida da norma padrão do século anterior decaiu. Houve uma espécie de abertura das gramáticas e dos dicionários para a norma culta/ comum/ standard de uso comum das pessoas. Surge assim a noção de norma gramatical que é aquela que pode ser vista como um “conjunto de fenômenos” que estão entre as regras da norma padrão e a descrição da língua em situações de prestígio (a norma culta/comum/ standard) que é usada nas gramáticas que temos hoje.

Seção 4: “Normas em conflito” – O autor afirma que a norma gramatical é um instrumento normativo que se origina nos usos (norma culta/ comum/ standard). No entanto a norma gramatical acaba funcionando como limitadora dos usos e muitas vezes vista como precedente da língua, o que não é a realidade de fato. O título “normas em conflito” busca indicar esse embate existente entre a norma gramatical e a norma culta/comum/standard.

Seção 5: “Norma curta” – Faraco define essa norma como sendo “um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta/ comum/ standard” (p.94). Ele aponta para o fato de que tal norma é infundada e aparentemente cheia de contradições. As razões de Faraco para que a norma curta não seja levada em conta é porque ela desrespeita os estudos linguísticos e porque ela dificulta o ensino e a difusão da cultura escrita. Segundo o autor essa norma merece críticas por classificar como erro inovações consolidadas e porque desconsidera os instrumentos normativos existentes. A arbitrariedade e as críticas infundadas dos defensores da norma curta são as questões que devem ser lembradas e usadas como argumento contra essa “cultura do erro”.

Seção 6: “Autoridade em língua” – Faraco discute nesta seção que não há em matéria de língua uma autoridade máxima que dite regras ou o que é certo ou errado. Nem mesmo a Academia Brasileira de Letras tem esse papel. De acordo com o autor as gramáticas e dicionários devem registrar e consolidar os usos reais que ocorrem da língua. Os registros de uso diferentes devem ser respeitados devido à heterogeneidade da língua e a norma curta não deve ser nunca considerada.

Como se vê, as reflexões de Faraco são complexas e muito bem embasadas. A heterogeneidade da língua é apresentada como uma das principais questões a serem incorporadas pelos estudiosos e pelos falantes e os usos reais da língua, bem como os usos das diferentes variedades, são também pontos a serem considerados. Por se tratar de um texto longo (mais de 100 páginas) é trabalhoso e complexo apresentar aqui uma descrição de todos os subtópicos textuais apresentados no texto, assim consideramos mais adequado apontar os tópicos abrangentes, ou seja, algo que podemos chamar aqui de um “supertópico” de cada

seção, que, no desenrolar do texto vai gerando subtópicos que vão se encadeando de acordo com as proposições do sujeito da enunciação.

Podemos ver que, assim como nas resenhas que analisamos e analisaremos, bem como o texto fonte das resenhas do grupo 1, há sempre um locutor que deixa suas marcas explícitas (índices específicos) e também os vários procedimentos acessórios. Isso não é diferente do caso dos tópicos abrangentes”. Percebemos as articulações do sujeito da enunciação nas escolhas realizadas como por exemplo, o fato de que cada seção tem como supertópico ou tópico abrangente uma noção de norma. Cada uma dessas noções vai sendo apresentada e articulada com os subtópicos de forma a permitir que a progressão textual ocorra. Há diversos elementos que contribuem para a progressão nesse nível mais abrangente, entre eles a própria organização do texto em seções.

Como veremos mais especificamente adiante, a própria escolha do locutor dos tópicos a serem abordados já é um grande indicio de que a progressão tópica do texto é uma evidencia de articulação do próprio sujeito da enunciação. Cabe ao resenhista identificar esses tópicos e fazer uma pré-seleção do que considera ser o tópico mais abrangente de cada seção, a fim de produzir uma resenha que forneça um panorama das ideias discutidas pelo texto fonte.

3.1.3.1 Resenha

Composta de 9 parágrafos, esta resenha sem título é mais bem elaborada do ponto de vista do gênero do que as resenhas estudantis do primeiro grupo. Isso acontece principalmente porque o texto fonte desta resenha é longo e apresenta muito mais possibilidades ao resenhista. As proposições do locutor são claras e condizentes com o texto fonte. Há, assim, uma boa organização de vozes nessa resenha: percebe-se claramente que o locutor articula as suas proposições com as proposições do autor do texto fonte.

Devemos levar em conta o fato de que o texto fonte, por ser extenso e abordar o tema sob vários enfoques, permite que o resenhista tenha mais “possibilidades” de construção de sua própria resenha, embora tenha como tarefa inicial identificar os tópicos abrangentes, tarefa um pouco mais complexa. Mas, no

caso das resenhas desse grupo o encaminhamento das produções permitiu que essa tarefa inicial fosse feita de forma mais clara já que a turma discutiu coletivamente o texto fonte e também, em análise conjunta com a professora, identificou os tópicos abrangentes que correspondem às noções de norma. Apresentamos a seguir uma transcrição na íntegra da resenha: ³⁸

Carlos Alberto Faraco, doutor em linguística, no capítulo 1 do livro “Norma culta brasileira: desatando alguns nós” passeia pelos conceitos da norma e suas subdivisões.

Enganam-se aqueles que pensarem que esse passeio é superficial. Faraco que milita há décadas no ensino da língua materna, traça um panorama desses conceitos, que são fundamentais a todos que se dispõem a estudar a língua portuguesa. Faz uma abordagem concisa e nada sintética, em que ideias se entrelaçam e se concatenam para formar o todo do capítulo.

Inicialmente, Faraco situa o legente no conceito de *norma*, que para ele é o conjunto dos fenômenos linguísticos corriqueiramente usados por uma comunidade de fala, sendo que não há grupo social que não siga a uma determinada norma. Aí se percebe a amplitude com que Faraco discorre sobre o vocábulo norma, na medida em que considera a diversidade das comunidades linguísticas existentes no país, e de como essas comunidades interagem entre si.

Faraco adentra então no universo da *norma culta*, correlacionando-a com a linguagem urbana comum. Segundo ele, a norma culta expressa a variedade que mais se aproxima do eixo urbano, praticada por aqueles grupos mais diretamente relacionados com a cultura letrada, ou seja, escrita, e em situações mais monitoradas. O autor propõe o uso da expressão: *norma culta/ comum/ standard*, em substituição ao termo norma culta, visto ser a palavra culta portadora, por si só, de preconceitos e estigmas.

Aprofundada a discussão, o leitor é inserido no conceito de norma padrão, que nada mais é que uma codificação relativamente abstrata, uma vez que tem o intuito de uniformização linguística, conforme explicita o autor. A norma considerada padrão da língua portuguesa é irreal, intangível e muito aquém da realidade sociolinguística do país. A norma padrão, enquanto apagamento de normas dialetais, visa calar as variedades rurais e urbanas, esclarece Faraco. Neste ponto é mister estabelecer uma similitude da norma padrão com o dogmático e conservador. A imposição desta norma padrão pelos gramáticos tradicionalistas leva a uma exacerbação, uma concepção absolutista e a um purismo exagerado da língua. Este purismo é descrito pelo autor como *norma curta*.

³⁸ Não colocaremos a versão original na seção “Anexos” das resenhas desse grupo e nem do próximo porque as resenhas foram entregues em versões digitadas e não manuscritas como as do primeiro grupo.

O autor apresenta o conceito da *norma gramatical contemporânea* como sendo a incorporação da norma culta/ comum/ standard pelas gramáticas, em uma flexibilização adotada pelos gramáticos contemporâneos. De fato, cabe aos gramáticos mostrar que os vários padrões coloquiais diferem da norma padrão, sugerir o uso adequado, e abandonar a intransigência e o conservadorismo, os quais não condizem com a linguística concreta no país.

É preciso renunciar à velha concepção tradicionalista e prescritiva da língua e buscar uma concrecência entre a norma padrão e a norma culta/ comum/ standard brasileira, conforme orienta Faraco quando mostra que a norma padrão deveria ser o reflexo efetivo da norma culta brasileira. Assim é que as gramáticas precisam de uma renovação que caminhe muito além da mera simplificação normativistas entre o certo e o errado. Segundo o linguista Marcos Bagno*: “todos os brasileiros (inclusive os que se acham muito letrados) usam regras gramaticais que contrariam as prescrições tradicionais”. E Faraco indaga se é realmente necessária a regulamentação de fenômenos sintáticos, tendo em vista o evidente fracasso das tentativas padronizadoras do século XIX. De fato, todas estas tentativas de elaborar um padrão falharam ao não considerarem o uso efetivo, e estabelecerem um padrão único que não faz alusão e muito menos contempla a diversidade linguística existente no país. Pretender um padrão único é estandardizar e tornar a língua um modelo estático e sem vida.

Sabe-se que falar em língua é falar em processo dinâmico. A língua está em constante mutação, assim, torna-se necessário abandonar a velha percepção e observar aquilo que é consuetudinário, habitual e efetivamente usado nas situações mais monitoradas.

Ao estabelecer esses conceitos, Faraco o faz com diligência e uma conotação construtiva. Assim corrobora para uma dinamização das discussões, que em absoluto, não termina aqui.

*Excerto da entrevista do linguista Marcos Bagno em 25/05/2011, concedida ao portal UOL.
<http://aprendiz.uol.com.br/contente/jecluthic>.

Para que possamos iniciar nossas considerações acerca dessa resenha estudantil começaremos pela primeira etapa de análise que é verificar a adequação do texto ao gênero resenha acadêmica. Podemos adiantar que essa resenha e também as outras que compõe o grupo contém muito mais elementos semelhantes aos presentes nas resenhas acadêmicas da UNESP publicadas. Para facilitar a leitura retomamos novamente a estrutura das resenhas publicadas que analisamos

na seção 2.5.2 *Depreensão das características das resenhas presentes no corpus 1 (resenhas publicadas)* página 64:

- 1) Contextualização do tema;
- 2) Apresentação geral dos objetivos do texto;
- 3) Descrição (já avaliando, em alguns casos) dos capítulos/ artigos/ seções do livro fonte;
- 4) Parte crítica/ avaliativa;
- 5) Recomendação ou não do texto fonte.

Mais uma vez vemos a necessidade de afirmar que tal estrutura não é rígida, ela serve apenas como uma fonte de referência para as nossas discussões. Não podemos esquecer também que as resenhas têm objetivos diferentes e isso acaba influenciando a sua estrutura como um todo. No caso da resenha estudantil apresentada, o objetivo central era a descrição de todos os conceitos de “norma” apresentados pelo autor do texto fonte, além de ser uma forma de avaliação da disciplina.

Assim, percebemos que o primeiro parágrafo da resenha está contextualizando o tema, item 1 identificado nas resenhas publicadas. Embora seja um curto parágrafo, o aluno identifica o texto fonte apresentando o autor do texto e uma visão geral do tema abordado pelo autor do livro. Os objetivos do texto fonte (item 2) aparecem logo na sequência, no segundo parágrafo da resenha. De acordo com o aluno “Faraco [...] traça um panorama dos conceitos que são fundamentais a todos que se dispõem a estudar a língua portuguesa.”.

O item 3, a descrição das partes do texto “Afinando conceitos” ocorre nos parágrafos seguintes da resenha. Como há um objetivo maior a ser cumprido o resenhista opta por não seguir de forma estrita a sequência de todas as subseções desenvolvidas no texto fonte (ou seja, não apresenta o conteúdo de todas as subseções), mas faz um recorte, apresentando todos os tópicos abrangentes discutidos em cada seção do capítulo (ou seja, os conceitos de norma).

O item 4, a parte crítica/ avaliativa aparece logo no início do texto quando o resenhista afirma que o “passeio pelos conceitos” que Faraco faz não é superficial e que a abordagem do autor dos temas é “concisa e nada sintética”. No final do sexto parágrafo também percebemos uma avaliação quando o autor afirma que os gramáticos têm a função de sugerir os usos adequados da língua. Há também parte

avaliativa nos dois últimos parágrafos da resenha nos quais o aluno observa que a discussão levantada por Faraco é feita “com diligência e com uma conotação construtiva”. O aluno observa ainda que a discussão de tal assunto não se encerra somente neste texto. Por fim, a recomendação ou não do texto fonte, item 5 presente nas resenhas acadêmicas publicadas, não aparece nessa resenha estudantil. Assim como na resenha do grupo anterior, percebemos que o aluno concorda com as proposições do texto fonte, mas acaba não recomendando a leitura do mesmo da mesma forma como é feito nas resenhas publicadas.

Em geral essa resenha difere da apresentada anteriormente já que possui muito mais elementos que a aproxima das resenhas publicadas. Percebe-se que o texto do aluno é claro e bem estruturado, apresentando de forma objetiva os conceitos abordados no texto fonte. Mas como nosso objeto de estudos é a progressão tópica e articulação do sujeito da enunciação, passemos a observar a organização tópica da resenha que é nossa segunda etapa de análise. Para isso, verificaremos inicialmente o esqueleto da resenha apontando para os principais tópicos que aparecem em cada parágrafo. Apresentamos uma análise hierárquica do texto:

§1 Capítulo 1 do livro Norma Culta brasileira	→ O autor passeia pelos conceitos de norma.
§2 Panorama dos conceitos feitos pelo autor	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentais para os estudiosos; - Abordagem concisa e nada sintética.
§3 Norma	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito apresentado inicialmente pelo autor; - Conjunto de fenômenos linguísticos usados por uma comunidade de fala; - Não há grupo social que não siga uma norma → diversidade das comunidades linguísticas.
§4 Norma culta	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecida como linguagem urbana comum; - Variedade que mais se aproxima do eixo urbano; - Praticada por grupos relacionados com cultura letrada e situações monitorada. - Autor propõe que não se use a NC e sim NC/ comum/ standard.

§5 Norma padrão	<ul style="list-style-type: none"> - Codificação abstrata → tem o intuito de uniformização Linguística - É irreal; - Enquanto apagamento de marcas dialetais → visa calar as variedades rurais e urbanas. - Similar ao dogmático e conservador. - Imposição leva o purismo da língua (norma curta)
§6 Norma gramatical → Incorporação da NC/ comum/standard pelas gramáticas. Gramáticas	<p>→ Incorporação da NC/ comum/standard pelas gramáticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cabe a eles mostrar que os padrões coloquiais diferem da norma padrão; - Devem sugerir o uso adequado e abandonar o conservadorismo e a intransigência.
§7 Renunciar à concepção tradicionalista e prescritiva Standard.	<p>Deve-se buscar uma concrecência entre a norma padrão e a norma culta/ comum/de língua.</p>
Gramáticas Tentativas padronizadoras	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam de renovação. - Segundo Marcos Bagno “Todos brasileiros usam regras gramaticais que contrariam as prescrições tradicionais”; - Faraco indaga se a regulamentação dos fenômenos sintáticos é necessária. - Falharam; - Não consideram o uso efetivo; - Estabelecem padrão que não contempla a diversidade.
§8 Língua	<ul style="list-style-type: none"> - Processo dinâmico; - Está em constante mutação; - É preciso observar o que é consuetudinário.
§9 Conceitos propostos por Faraco	<ul style="list-style-type: none"> - Feitos com diligência e conotação construtiva; - Corroboram para uma dinamização das discussões.

Propomos aqui que a organização tópica é um resultado das escolhas feitas por um locutor que, ao apropriar-se da língua, se propõe como sujeito da enunciação, ou seja, aquele que se constitui no momento da enunciação, mais especificamente, no momento da escrita. Assim, tendo as propriedades da centração

e da concernência como base, podemos dizer que, de forma resumida, os tópicos abrangentes que aparecem são os seguintes:

- Visão geral da forma como Faraco apresenta os conceitos;
- O que é norma;
- Norma culta;
- Norma padrão – purismo na língua – norma curta;
- Norma gramatical contemporânea;
- Concretização entre norma padrão e norma culta/ comum/ standard;
- Língua dinâmica e mutável.

A progressão tópica do texto ocorre de forma a abarcar todos os conceitos de norma apresentados pelo texto fonte. Percebe-se que o resenhista apresenta em seu texto os tópicos gerais/ abrangentes abordados em cada uma das seções do capítulo de Faraco. O resenhista utiliza mecanismos diversos que permitem o encadeamento entre as ideias, mas aqui focaremos naqueles relacionados à articulação do sujeito da enunciação. Assim, podemos afirmar que a abordagem em cada parágrafo da resenha de um conceito de norma presente no texto fonte é já uma indicação da presença do sujeito da enunciação que, através das escolhas feitas pelo locutor, propõe a organização tópica da resenha.

Percebe-se que a maneira com que o resenhista insere os tópicos em seu texto, abrangendo apenas os tópicos mais gerais do texto fonte, evidencia uma interessante estratégia de progressão e articulação propostas pelo sujeito da enunciação. Os detalhes e discussões secundários não são abordados na resenha e isso não significa que ela esteja incompleta por isso. Tal gênero caracteriza-se justamente por apresentar uma síntese do que o texto fonte traz. E essa síntese visa elencar os tópicos mais abrangentes, ou seja, os tópicos que são a base das reflexões secundárias do autor do texto fonte.

A progressão do texto fonte é mantida através das articulações entre esses tópicos que funcionam como um grande “guarda-chuva”, que reúne uma série de informações conectadas sob o mesmo tópico geral. A progressão tópica da resenha acaba apresentando, através das escolhas do locutor, uma progressão semelhante, norteada pelo texto fonte e posta em prática pelos usos de procedimentos acessórios (principalmente os verbos dicendi) e os índices específicos.

A seguir buscaremos expor, em cada parágrafo, as marcações de sujeito da enunciação evidenciada no texto (índices específicos). Apresentaremos na sequência uma discussão de cada ocorrência, além da apresentação dos procedimentos acessórios que ocorrem nessa resenha:

- Primeiro parágrafo: Uso do verbo dicendi “*passeia*” (um procedimento acessório) evidenciando um sujeito da enunciação articulando suas ideias com as ideias do texto de Faraco e, além disso, demonstrando sua interpretação do que ocorre no texto fonte. Assim, de acordo com o resenhista, Faraco não apenas “apresenta” os conceitos, mas sim “passeia” por eles, evidenciando uma característica do capítulo: os conceitos são delineados de forma a permitir que o leitor se sinta em um “passeio”, compreendendo como a definição da chamada norma culta foi sendo “construída” ao longo do tempo;

- Segundo parágrafo: Usos dos verbos dicendi “*traça*” e “*faz*” evidenciando o sujeito da enunciação que se marca por meio desse procedimento acessório e também evidenciando que o resenhista interpreta o ato de apresentação dos conceitos como “traçar” um panorama. O verbo “fazer” também é um verbo dicendi, mas o seu uso no trecho é feito de forma mais “neutra”;

- Terceiro parágrafo: Verbos dicendi “*situa*”, “*discorre*” e “*considera*” (procedimentos acessórios) que indicam a interpretação por parte do resenhista do que é apresentado por Faraco, resignificando o que está no texto fonte. Assim, de acordo com o resenhista, por exemplo, Faraco não apenas “apresenta” conceitos, mas sim “situa” o leitor nesses conceitos. Há também no trecho o uso do advérbio de lugar “*aí*” (um índice específico) indicando uma retomada de tópico textual localizado anteriormente e a presença do sujeito da enunciação articulando os tópicos e permitindo a progressão. Há também o uso da forma adverbial “*inicialmente*” que indica um procedimento acessório de articulação tópica;

Quarto parágrafo: Há os verbos dicendi “*adentra*” e “*propõe*” (procedimentos acessórios) usados pelas mesmas razões expostas acima, ou seja, buscando a diferenciação de vozes e também demonstrando a interpretação do resenhista do “dizer” do texto fonte. Há também a expressão “*segundo ele*” que é também um procedimento acessório que evidencia o sujeito da enunciação articulando as diferentes vozes do texto;

Quinto parágrafo: Uso da conjunção “*conforme*” (procedimento acessório). Uso do verbo dicendi “*esclarece*” (que indica um posicionamento do locutor em relação ao dizer do texto fonte) e uso da locução adverbial de lugar “*neste ponto*” que funciona como elemento de introdução do novo tópico além de ser índice específico que indica o sujeito da enunciação;

Sexto parágrafo: Uso do verbo dicendi “*apresenta*” (que, nesse caso, é um verbo “neutro” que indica apenas a diferenciação de vozes) e da locução adverbial “*de fato*” que indica a presença de um sujeito da enunciação que, através de procedimentos acessórios, expõe ideias e também introduz um novo tópico.

Sétimo parágrafo: Uso da conjunção “*conforme*” e “*assim*” evidenciando a articulação tópica e também a presença de procedimento acessório do sujeito. Uso do verbo dicendi “*indaga*” (que diferencia as vozes e também evidencia a interpretação do locutor) e da locução adverbial “*de fato*” que também se encaixam na classificação como procedimentos acessórios.

Oitavo parágrafo: Apresenta apenas procedimentos acessórios como o uso da impessoalidade nas formas verbais “*sabe-se*” e “*torna-se*”;

Nono parágrafo: Uso do verbo dicendi “*faz*” (procedimento acessório e um verbo dicendi “neutro”) e também da expressão avaliativa “*em absoluto*”, procedimento acessório que indica uma ênfase na conclusão do tópico apresentada pelo sujeito da enunciação.

Uma questão que chama atenção na resenha é que identificamos uma abundância de procedimentos acessórios e poucos usos de índices específicos (um exemplo: na linha final do texto temos a seguinte passagem “corroborar para uma dinamização das discussões, que em absoluto não termina aqui”. O “aqui” é um índice específico que indica “lugar”). Pode-se explicar tal fato quando se leva em conta as características de tal gênero textual. Predomina em uma resenha típica, conforme verificamos nas resenhas publicadas aqui analisadas, uma evidente separação entre a voz do resenhista e a voz do autor do texto fonte. O sujeito da enunciação então se marca principalmente nos elementos que fazem essa diferenciação (como nos verbos dicendi). A figura do resenhista se faz presente apenas nos comentários feitos utilizando formas verbais impessoais (no caso dessa resenha analisada). Não há, portanto, verbos ou pronomes que indiquem a primeira pessoa do discurso, elementos que, juntamente com os elementos de lugar (aqui) e

os elementos de determinado momento no tempo (agora), indicam os índices específicos da enunciação.

Embora os índices específicos sejam considerados elementos típicos da marcação da subjetividade no texto já que são responsáveis por assegurar o processo de referenciação, que é uma condição necessária da enunciação, não há prejuízo na identificação de outro mecanismo que também permite que a subjetividade no texto e, a conseqüente produção de sentidos, ocorra na resenha: os elementos que evidenciam os procedimentos acessórios.

O procedimento acessório mais evidente em toda a resenha é o uso abundante de verbos dicendi que é uma forma verbal usada para reportar os fatos realizados no texto fonte pelo autor. Isso significa que o locutor está articulando suas ideias próprias com as ideias provenientes do texto fonte e isso é um fenômeno típico das resenhas. Mais do que isso, os verbos dicendi caracterizam-se por permitirem que o resenhista deixe claro que está “ressignificando” o dizer presente no texto fonte. Assim é muito mais relevante em um texto dizer que o autor do livro “argumenta”, “concorda”, “discute”, “define”, “exemplifica”, etc do que apenas dizer, de forma neutra, que o autor simplesmente “apresenta”. Essa “ressignificação” indica que o resenhista não só compreendeu o texto fonte, mas foi capaz também de avaliar o que está sendo apresentado pelo sujeito da enunciação do mesmo.

Logo no primeiro parágrafo o resenhista afirma que Faraco “*passeia*” pelos conceitos de norma. Vemos aqui que o locutor está articulando a sua interpretação do “dizer” alheio atribuindo ao fato de Faraco descrever diversos conceitos com a ação verbal de “passear”. É isso que também ocorre no segundo parágrafo da resenha: “Faraco *traça* um panorama...” e “*Faz* uma abordagem concisa...”. Frisamos que apenas o primeiro verbo dicendi é que é o responsável pela introdução do primeiro tópico a ser tratado que é a apresentação do livro.

Mais um verbo dicendi no terceiro parágrafo é responsável pela introdução de tópico, além de funcionar como marca da presença do sujeito da enunciação. O autor afirma que “Faraco *situa* o legente no conceito de norma...” Isso é o que ocorre também no próximo parágrafo: “Faraco *adentra* no universo da norma culta...”. O uso desse verbo dicendi acaba evidenciando mais uma vez a articulação de vozes na resenha, além, é claro, de funcionar como introdutor de tópico e marcação de um

procedimento acessório no qual vemos o resenhista interpretando o que está presente no texto fonte, forte indicador do sujeito da enunciação.

No quinto parágrafo do texto verificamos que no início há a introdução do novo tópico (norma padrão) feita pelo locutor que mais uma vez deixa evidente um procedimento acessório, pelo uso da conjunção “conforme”. E mais uma vez verificamos o “jogo” realizado entre as vozes presentes no texto fonte e a voz do próprio resenhista, já que o tópico é apresentado deixando evidente que o que é proposto é uma ideia proveniente do texto fonte, por isso o uso da conjunção. No mesmo parágrafo, vemos que o resenhista introduz suas próprias ideias utilizando os procedimentos acessórios. Ele propõe que “*neste ponto, é mister estabelecer uma similitude da norma padrão como dogmático e o conservador*”. Embora esse trecho não seja introdutor de tópico ele contribui para a progressão tópica, já que leva o leitor a refletir sobre as questões relacionadas à norma padrão, tópico que está em andamento. Podemos afirmar que neste trecho temos o uso de itens lexicais que mantêm o tema, apontando para reflexões do resenhista sobre tal questão (impor a norma padrão leva a um purismo exagerado).

Há também o uso de procedimentos acessórios no sétimo parágrafo dessa resenha estudantil. Temos, no início, a introdução do tópico feita pela presença de marcação de um sujeito da enunciação expresso no uso da conjunção (procedimento acessório) “conforme”. Neste ponto o tópico que aparece é a concrecência entre norma padrão e norma culta/ comum/ standard. O locutor, então, no meio do parágrafo insere uma referência a um elemento externo, no caso, uma citação de um trecho de uma entrevista do linguista Marcos Bagno. Embora tenhamos um elemento linguístico que marque essa inserção (o uso da palavra “segundo”) verificamos que há apenas um procedimento acessório que indica a escolha feita pelo locutor, expresso pela inserção e pela manutenção do tema.

Por fim, o último tópico do texto (língua dinâmica e mutável) desenvolve-se nos dois últimos parágrafos da resenha. No penúltimo verificamos que há indícios da presença do sujeito da enunciação que expressa sua opinião sobre o tema abordado pelo texto fonte de forma a não deixar nenhuma marca linguística. Percebemos que há um sujeito pelas escolhas de manutenção lexicais e semânticas feitas por um locutor que além de expressar a opinião do sujeito da enunciação (de que a língua é

mutável e por isso devem-se abandonar velhas concepções e ver o que é realmente usado na língua) mantém o tópico discursivo em andamento.

Reafirmamos que essa resenha estudantil apresenta muitos traços que a aproxima das resenhas publicadas, tidas nesta dissertação como “padrão³⁹” de resenha acadêmica. As escolhas feitas pelo locutor que, ao tornar a língua “própria”, revela o sujeito da enunciação como um efeito, ocorrem de forma permitir o desenvolvimento da progressão tópica. Percebemos o uso significativo de verbos dicendi na resenha e justamente nas posições de introdução de novos tópicos discursivos. Isso marca de forma significativa a presença de um sujeito da enunciação que, na figura do locutor, faz as escolhas linguísticas e articula a informação proveniente do texto fonte com a sua própria interpretação do “dizer” alheio. Observamos que a resenha segue, em forma de síntese, os tópicos abrangentes abordados pelo texto fonte. É preciso afirmar aqui que tal procedimento já é um indicativo das articulações do sujeito da enunciação, que, na figura de um locutor escolhe abordar em sequência todos os tópicos gerais presentes no texto fonte.

3.1.3 Análise das resenhas do grupo 3

Nesta seção analisaremos as resenhas produzidas por estudantes do curso de Letras da UFPR que já estavam quase ao final do curso. As resenhas são, portanto um pouco mais elaboradas do ponto de vista acadêmico. Foram produzidas para a disciplina de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, do Setor de Teoria e Prática de Ensino e todas abordam livros que têm como assunto algo relacionado ao ensino de língua portuguesa, leitura e literatura.

Esse é mais um diferencial dessas resenhas: o texto fonte é um livro e não mais um artigo como no primeiro grupo ou um capítulo de livro como no segundo. A proposta de produção, de acordo com a professora da disciplina pedia que a resenha fosse escrita nos moldes que permitissem a publicação. Não deveria ser uma resenha longa, mas deveria conter todos os elementos de uma resenha típica. Escolhemos a resenha mais significativa do grupo e apresentaremos nesta seção a

³⁹ Apenas para fins comparativos.

sua análise. Antes de entrarmos especificamente na análise faremos uma breve apresentação do livro fonte.

A resenha a ser apresentada aqui tem como texto fonte o livro “Como um Romance”. Publicado no Brasil pela primeira vez em 1993 pela editora Rocco, o livro *Comme um Roman*, traduzido em português como “Como um Romance”, composto por cerca de 150 páginas divididas em 4 capítulos (cada um subdividido em diversas seções), foi escrito por Daniel Pennac, professor e escritor francês e ganhador de prêmios literários. O livro, inspirado na própria carreira de professor do autor, trata de forma diferente como o processo do gosto pela leitura pode ser criado ou destruído. Em forma de “romance” o autor nos leva a perceber que a leitura, extremamente prazerosa na infância pode tornar-se algo mecânico e completamente sem sentido quando se torna obrigatória na escola.

Ele nos mostra em seu texto como levar os alunos a lerem, ao despertar sua curiosidade através da leitura em voz alta, feita em classe, na aula de literatura, de obras de grandes autores. Em forma de “romance” o autor narra diversos fatos cotidianos na vida das pessoas, desde a infância, passando pela adolescência até chegar à fase adulta. Pennac aponta para os diversos problemas enfrentados pelos leitores nessas diferentes fases da vida e o principal diferencial da obra é que ele apresenta o que chama de “direitos do leitor”, que são apontamentos em relação aos direitos que temos no processo da leitura, como por exemplo, o direito de pular páginas ou então o direito de reler.

Com o intuito de evitar repetições, deixaremos que os demais detalhes do livro fonte sejam verificados diretamente na própria resenha que analisaremos. Partiremos para uma análise da progressão tópica buscando verificar, assim como fizemos com o texto fonte do grupo 2, os grandes tópicos ou tópicos abrangentes que compõem o livro. Como temos um grande montante de tópicos textuais abordados, optamos aqui por verificar esses tópicos mais abrangentes (ou “grandes” tópicos como mencionado acima) que, pode-se dizer, fazem parte da estrutura composicional da obra, em outras palavras, que são os pontos de partida dos quais o autor do livro parte para o desenvolvimento do texto. A tarefa do resenhista é justamente identificar esses pontos a fim de que sua resenha seja uma síntese adequada do conteúdo abordado.

Como se trata de uma obra literária, os mecanismos de progressão bem como os elementos que possibilitam a identificação da presença do sujeito da enunciação são bem mais diversos. Há um tom de conversa informal na maior parte do livro que, de fato, em forma de romance, busca convencer-nos de que o processo de leitura é algo prazeroso e não deve ser feito de forma impositiva. Assim, verificamos que a divisão em 4 capítulos (subdivididos em diversas seções) é orientada pela escolha dos tópicos abrangentes a serem abordados:

Capítulo 1: Nascimento do alquimista: O aprendizado do “gosto” pela leitura pode ser desenvolvido de forma natural, sem imposição (principalmente a escolar) que é descrita como sendo uma das principais causas do desinteresse dos jovens pela leitura.

Capítulo 2: É preciso ler – o dogma: A leitura que é imposta não funciona. Nesse cenário a escola tem o papel de ensinar a ler, mas o gosto pela leitura vem das experiências de vida do indivíduo. Como a leitura é um objeto de partilha, é importante que o professor leia em voz alta e partilhe suas experiências com a leitura, sem imposição.

Capítulo 3: Dar a ler: A leitura em voz alta desmistifica uma série de questões errôneas acerca da leitura: a crença de que é difícil, entediante, que não há tempo hábil para tal tarefa, etc. A imagem construída pelo senso comum da leitura precisa ser debatida.

Capítulo 4: O que lemos, quando lemos (ou os direitos imprescindíveis do leitor): Abordagem dos direitos do leitor (10 direitos) que são constatações de procedimentos tidos muitas vezes como inadequados no processo de leitura, mas que devem ser realizados com o objetivo de promover a leitura prazerosa e significativa.

Esses tópicos abrangentes progridem na medida em que o sujeito da enunciação promove a inserção dos subtópicos que enriquecem o conteúdo do livro. São utilizadas inúmeras formas de progressão e também são utilizados diversos índices específicos e procedimentos acessórios no livro.

3.1.3.1 Resenha

Composta por 23 parágrafos, esta resenha, escolhida para ser apresentada aqui entre as 9 que compõem este grupo, apresenta mecanismos de progressão e também diferentes formas de marcação do sujeito da enunciação. Apresentamos a seguir a resenha completa:

Daniel Pennac nasceu no Marrocos em 1944, foi um romancista, professor e pai de família. Começou sua carreira de escritor com livros infantis e se tornou um autor premiado por sua escrita inventiva. Teve vários títulos publicados pela Rocco, entre eles “Como um romance”, “Diário de escola” e “A pequena vendedora de prosa”. “Como um romance” foi inspirado na experiência de Pennac como professor, liderando durante vários meses a lista dos livros mais vendidos na França. O seu impacto originou o que foi chamado de “fenômeno Pennac”. No livro, o professor francês, cuja ampla experiência em educação, conferiu-lhe conhecimento para mudar paradigmas, lançou um novo olhar para o fenômeno da leitura, especialmente de textos literários.

O conteúdo do livro já fica sugerido no título “Como um romance”, uma vez que trata do processo de iniciação no mundo da leitura, passando da infância para a adolescência e depois abordando a idade adulta. O autor narra acontecimentos comuns na vida cotidiana como se estivesse contando um romance, mas como em todo romance, não há só aspectos favoráveis. Pennac se baseia na realidade e aponta os principais “problemas” encontrados pelos leitores. Ao invés de defender a utopia de que todos devem ser “cultos” e ler somente livros “bons”, ele dá ao leitor dez direitos fundamentais. A colocação desses direitos oferece um grande alívio ao leitor do livro, uma vez que este com certeza se identifica com um apontamento do autor.

A leitura flui muito bem, como se o leitor estivesse lendo um bom romance. A presença constante de diálogos também se assemelha a esse gênero narrativo, além de fazer com que sejam colocados pontos de vista e não afirmações incontestáveis. O início parece se tratar de um diálogo entre pais, representando os problemas enfrentados por todos os pais, no processo de introdução dos filhos na leitura. Porém, em todo o livro é usada bastante a primeira pessoa do plural, indicando que o autor também se inclui não só como pai, mas também como “pedagogo” e leitor. Isso faz com que o leitor do livro se identifique com o autor, se sentindo conectado com ele.

Pennac ressalta a importância de contar histórias para o filho desde o seu desabrochar para a linguagem, uma vez que abre o apetite do leitor. Porém, a partir do momento em que a leitura passa a ser uma obrigação, o que ocorre geralmente na adolescência, torna-se algo pouco prazeroso. O autor apresenta essas questões, na maior

parte, em forma de diálogos carregados de verdades do mundo atual, além de uma boa dose de humor e vocabulário próprio da linguagem coloquial.

São pontuadas as preocupações dos pais, principalmente a respeito do filho preferir a televisão, em que nada é conquistado, tudo é mastigado, ao invés do livro, em que é preciso imaginar tudo, se tratando de um ato de criação permanente. Se não é a televisão, os pais culpam os joguinhos, a escola, a falta de bibliotecas, o orçamento do Ministério da cultura, etc.

O grande desafio é despertar no adolescente aquele mesmo prazer que sentia na leitura que os pais faziam toda a noite, em que se sentia liberto do peso do dia, ou então aquele prazer que sentiu quando aprendeu a escrever “mamãe”, que para ele se tratava apenas da sua. Para Pennac, se o prazer de ler ficou perdido, é possível recuperá-lo através de algumas verdades que concernem àqueles que gostam de ler.

A partir desse ponto, o autor apresenta uma espécie de manual para a recuperação do prazer de leitura e, como pais e professores podem contribuir nesse processo. Ele aponta que cada criança tem seu ritmo próprio: “seu ritmo de aprendiz, que conhece acelerações e bruscas regressões, períodos de bulimia e longas sextas digestivas, sede de avançar e medo de decepcionar...” (PENNAC, 1998, p. 48)

Pennac apresenta afirmações de Rousseau: “ Uma criança não fica muito interessada em aperfeiçoar o instrumento com o qual é atormentada; mas façais com que esse instrumento sirva a seus prazeres e ela irá logo se aplicar, apesar de vós”; “O interesse presente; aí está o grande impulso, o único que conduz com segurança, e longe; ” “Se obtém mais seguramente e mais depressa aquilo que não se está, de modo nenhum, apressado em obter.” (PENNAC, 1998, p. 53). O autor também traz afirmações de Valéry (Paul):

Na idade mais tenra, mal cessam de nos cantar a cantiga que faz o recém-nascido sorrir adormecer, abre-se a era dos contos. A criança os bebe como bebia seu leite. Ela exige a sequência e a repetição das maravilhas; ela é um público implacável e excelente. (PENNAC, Daniel. Como um romance, Rio, 1998, p. 54)

Para o autor, essa condição primeira de bom leitor pode se estender ao longo dos anos, desde que os adultos alimentem o entusiasmo da criança, ao invés de querer medir sua competência, estimulem seu desejo de aprender, acompanhem seus esforços e contribuam no processo de transformação do dever em prazer.

Uma forma encontrada pelo autor, para recuperar o prazer da leitura, seria continuar lendo para o filho, não deixando os anos passarem: “A repetição é confortadora. Ela é prova de intimidade. Ela é respiração mesma. ”, Reler não é se repetir, é dar prova sempre nova de um amor infatigável. ” (PENNAC, 1998, p. 57). Nessa parte o autor foge um pouco da realidade, uma vez que apenas crianças pequenas se interessam por leitura na cama feita

pelos pais. Quando elas estão maiores ou já são adolescentes, provavelmente vão querer ler por si mesmas, ou se quiserem que um dos pais leia, possivelmente será algo diferente do que costumavam ouvir quando eram bem mais novas. Mas isso depende de cada pessoa.

Pennac apresenta os indícios de que a criança está ganhando interesse pela leitura, ou seja, começa a pedir para ler pedaços, depois textos inteiros, ou quando existem textos que ela conhece quase de cor, “que reconhece mais do que lê, mas que lê assim mesmo pela alegria de reconhê-los. (Daniel Pennac, 1998, p.58). Depois desses indícios, os pais podem encontrar a criança, em algum momento do dia, lendo um livro.

O autor aponta afirmações de Klaus Mann:

Uma vez provado o encontro sedutor da grande literatura e o reconforto que ela nos oferece, gostaríamos de conhecer sempre mais – outras histórias ridículas e parábolas cheias de sabedoria, contos de múltiplas significações e estranhas aventuras. E é assim que se começa a ler por si mesmo... (PENNAC, Daniel, 1998, p. 77)

Pennac afirma que aquilo que lemos, calamos. Essa afirmação é muito verdadeira, uma vez que cada leitura traz um acréscimo interior para o leitor, que muitas vezes não se traduz em palavras. Por isso, ninguém precisa sair contando o que leu e o motivo da leitura, mas sim guardar na sua intimidade o que o livro acrescentou na sua vida. Aliás, esse é um dos direitos que o autor atribui ao leitor.

A partir daí, ao autor começa a contar a sua experiência como professor e qual foi a repercussão do seu hábito de ler em voz alta para os alunos. O objetivo dele era despertar nos estudantes o amor pelos livros, porém, se deparou com muitos alunos que não gostavam de si mesmos e que não se sentiam capazes de se tornarem bons leitores.

O professor/ autor, depois de adotar o sistema de leitura em voz alta, começou a perceber, através das perguntas realizadas pelos alunos, o processo de transformação deles em “críticos literários”. Pennac percebeu que o medo de não compreender tinha roubado o prazer de ler de muitos de seus alunos.

Ele afirma que desenhos animados, seriados, novelas, filmes, “enchem a cabeça como se enche barriga: isto é, sacia, mas não fica no corpo. Digestão imediata. E depois nos sentimos tão sós quanto antes” (PENNAC, 1998, p. 113). A afirmação não corresponde com a realidade, uma vez que há produções desse gênero que trazem grandes ensinamentos e que muitas vezes permanecem na cabeça do telespectador pelo resto da vida. Isso vale para o fato de que as pessoas costumam saber de cor passagens do seu livro favorito, mas também do seu episódio de seriado favorito, etc.

O fato do professor ler em voz alta, despertou nos alunos a vontade de lerem sozinhos, em que descobriram essa intimidade paradoxal: o autor e eu. Porém, os alunos ainda apresentavam outro medo: o da duração da leitura. Para isso, o autor aconselha as

crianças a contarem as páginas que leram, uma vez que elas se sentirão maravilhadas com o número de páginas lidas e também assustadas com o pouco que resta a ler.

Uma parte bem interessante do livro é quando o autor relata que a partir do momento em que se coloca o problema do tempo para ler, é porque a vontade não está mais lá. Em seguida ele afirma que o tempo para ler é sempre um tempo roubado à obrigação de viver e compara com o tempo para amar. Essa comparação é muito realista, uma vez que quando você gosta de um livro ou de uma pessoa, não tem tempo ruim e você faz o que for preciso para estar perto daquilo ou de quem você gosta, ou seja, quando se gosta, a pessoa quer ficar “rodeada” pelo objeto de sua afeição.

Uma alternativa oferecida pelo autor, para se reconciliar com a leitura, é não ter nenhum dever em torno dela. Quando estiver feita a reconciliação, os alunos vão querer saber tudo a respeito do romance, inclusive o que vai além da história.

A técnica da leitura em voz alta foi tão eficaz que os alunos compravam o livro para saber a continuação da história antes da aula seguinte. Porém, eles consideravam “chata” toda obra escolhida pelo magistério e a razão disso, novamente era o medo. Medo de não entender, medo de responder errado, etc. Mas, depois da superação desse medo, o esforço de aprender o sentido torna-se um prazer.

Quando o professor questionou os alunos sobre quem para eles era um leitor, as respostas ficaram em torno do estereótipo da pessoa não esportiva, sem amigos, ou do professor, mas ninguém descreveu a si mesmo, nem ao membro da família com leitor.

Eles veem o leitor como alguém distante da realidade deles, porém, caso eu fosse questionada, sempre tive a imagem do meu pai com leitor, assim como muitas pessoas que eu conheço têm familiares que gostam da leitura.

Pennac aponta então, finalmente os dez direitos imprescritíveis do leitor, que são:

O direito de não ler; o direito de pular páginas; o direito de não terminar um livro; o direito de reler; o direito de ler qualquer coisa; o direito ao bovarismo; o direito de ler em qualquer lugar; o direito de ler uma frase aqui e e outra ali; o direito de ler em voz alta; o direito de calar. (PENNAC, Daniel. Como um romance. Rio, 1998, p. 139)

Apesar do belo texto de Daniel Pennac, há parágrafos longos juntamente com parágrafos muito curtos. Além disso, na página 70, em que há a enumeração dos motivos para ler, o tópico “para nos informarmos” é repetido. Na página 117 em que há a presença de diversos números em algumas partes eles são escritos por extenso e em outras são representados por algarismos. Esses erros de digitação e organização, indicam que a edição analisada deixou elementos que podem fazer com que o texto perca a credibilidade. É curioso que a editora Rocco, depois de ter editado vários textos de Pennac, ainda cometa esses tipos de erros. Porém com certeza os aspectos positivos do livro superam os

pequenos erros. “Como um romance” apresenta uma linguagem acessível e trata de um assunto sério de forma fácil e divertida, fazendo com que os leitores se identifiquem com o texto.

Obra de referência

PENNAC, Daniel. Como um romance. 4.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, seguindo nossas etapas de pesquisa, vamos verificar se esta resenha adequa-se ao gênero “resenha acadêmica”. Para isso faremos uma descrição da mesma tendo como base as características “típicas” levantadas previamente na análise das resenhas publicadas feitas na seção 2.5.2 *Depreensão das características das resenhas publicadas*, página 64. Mais uma vez devemos lembrar que as resenhas variam de acordo com seus objetivos e que as características levantadas previamente não funcionam como uma fórmula de como fazer uma resenha acadêmica.

Um dos primeiros pontos levantados é que as resenhas publicadas iniciam como uma contextualização do tema abordado pelo texto fonte. A resenha que analisamos não apresenta uma contextualização do tema propriamente dito como ocorre nas resenhas publicadas, mas há, no primeiro parágrafo do texto, informações sobre o autor do livro e também a primeira referência ao livro a ser resenhado. Neste ponto vemos a introdução ao tema abordado: *“No livro, o professor francês, cuja ampla experiência em educação conferiu-lhe conhecimento para mudar paradigmas, lançou um novo olhar para o fenômeno da leitura, especialmente de textos literários”*. Assim podemos afirmar que o primeiro item presente em uma resenha conforme as características levantadas (a contextualização) está presente na resenha que estamos analisando.

O segundo item presente em uma resenha publicada (a apresentação dos objetivos do texto fonte) aparece de forma não tão explícita na resenha estudantil. Não há a apresentação do objetivo geral do autor Daniel Pennac ao escrever o livro, apenas temos uma introdução geral ao tema apresentado:

O autor narra acontecimentos comuns na vida cotidiana como se estivesse contando um romance, mas como em todo romance, não há só aspectos favoráveis. Pennac se baseia na realidade e aponta os principais “problemas” encontrados pelos leitores. Ao invés de defender a utopia de que todos devem ser “cultos” e ler somente livros “bons”, ele dá ao leitor dez direitos fundamentais.

A descrição da obra, terceiro item presente em uma resenha acadêmica publicada, está presente nesta resenha estudantil e é feita de forma a abarcar todo o conteúdo disponibilizado pelo livro fonte. No entanto, em alguns trechos da resenha, essa descrição do livro fonte acaba sendo descaracterizada já que o locutor da resenha não diferencia a sua voz da que é proveniente do texto fonte. O não uso de verbos dicendi é o principal fator que contribui para essa situação. Analisaremos mais detidamente essa questão quando estivermos tratando da progressão tópica. Como exemplo podemos apresentar o trecho a seguir no qual há uma ideia apresentada proveniente do texto fonte, porém a resenha não deixa isso evidente:

O fato do professor ler em voz alta, despertou nos alunos a vontade de lerem sozinhos, em que descobriram essa intimidade paradoxal: o autor e eu. Porém, os alunos ainda apresentavam outro medo: o da duração da leitura.

Neste trecho, não há referência que aponte para o fato de que a situação apresentada aparece em alguma parte do livro fonte. Nem no trecho anterior essa referência está presente. Dessa forma a estrutura do gênero resenha acaba sendo prejudicada pois essa diferenciação de vozes é elemento estruturante deste gênero que pode ser visto como sendo “um texto” sobre “outro texto”.

O quarto item presente nas resenhas publicadas é a parte crítica/ avaliativa que nessas resenhas geralmente aparece mais concentrada no final do texto. No caso da nossa resenha a avaliação do texto fonte aparece em diferentes momentos. Temos trechos avaliativos logo no início da resenha: 3º parágrafo - “a leitura flui muito bem...”; 11º parágrafo - “ nesta parte o autor foge um pouco da realidade...”. No meio da resenha também há avaliações: 13º parágrafo - “ essa afirmação é muito verdadeira...”; 16º parágrafo - “ a afirmação não corresponde com a realidade...”; 18º parágrafo – “ uma parte bem interessante do livro é quando...”. O último parágrafo do texto é todo dedicado à avaliação. São apontados outros pontos negativos (erros cometidos pela editora, segundo o autor) e também os positivos (linguagem acessível, trata de um tema interessante, etc.)

O último item presente nas resenhas publicadas é a recomendação ou não da leitura do texto fonte. Esse item aparece nessas resenhas de forma clara, não ficando apenas implícito. Na resenha estudantil vemos que esse ponto não aparece de forma clara e objetiva. Há no último parágrafo afirmações de que a obra é boa,

que possui pontos positivos, ficando então apenas implícito que a leitura da mesma seria recomendável.

Assim, podemos dizer que a resenha estudantil que estamos analisando pode ser considerada como pertencente ao gênero resenha já que possui a maioria das formas estruturais identificadas neste gênero acadêmico publicado nas revistas, conforme análise realizada. Isso não quer dizer que uma resenha, para ser considerada como tal deva apresentar, de forma semelhante, todos os itens presentes nas resenhas publicadas, exatamente da forma como descrevemos nesta dissertação. Apenas usamos o corpus de resenhas publicadas para termos um parâmetro comparativo. Buscaremos então seguir com nossas análises, cumprindo nossa segunda etapa de pesquisa que é verificar a progressão tópica da resenha estudantil.

Destacaremos inicialmente a organização tópica da resenha e em seguida, verificaremos as marcas deixadas pelo locutor (índices específicos e procedimentos acessórios) e conseqüentemente a organização dos tópicos textuais feita pelo sujeito da enunciação na figura do locutor. Como a resenha é longa, apresentaremos um esqueleto apenas de sua parte inicial (dos primeiros seis parágrafos), exibindo uma análise hierárquica da composição textual. Acreditamos que esse trecho é mais que suficiente para abordarmos a questão da progressão tópica e também verificamos que o restante da resenha acaba seguindo estruturas muito semelhantes e a apresentação das mesmas não acrescentaria nada de novo ao que já estamos apresentando aqui.

Além disso é importante destacar aqui que essa estrutura está ilustrando os tópicos mais específicos abordados pela resenha. Propomos aqui que também temos na resenha os tópicos abrangentes, ou seja, os tópicos estruturais mais relevantes presentes no livro de Pennac. O que esperamos de uma resenha é que ela apresente os tópicos abrangentes como base, já que o gênero textual é uma síntese do conteúdo do livro. Os tópicos mais específicos seriam complementação para os demais. Na sequência apresentaremos essa diferenciação:

§1

Daniel Pennac → Vida: Nasceu no Marrocos, romancista, professor e pai de família.
 → Carreira: escritor, premiado, recebeu vários títulos.
 → Fenômeno Pennac: Impacto gerado pelo livro "Como um romance".
 ↓
 Foco: Novo olhar para a leitura.

§2

Conteúdo do livro → Iniciação no mundo da leitura;
 → Acontecimento comum na vida das pessoas;
 → Baseado na realidade, narra os problemas de leitura das pessoas;
 → Dez direitos do leitor.

§3

Leitura do livro → flui bem
 → Presença de diálogos
 → O autor também se inclui no livro.

§4

Importância de se contar histórias → Abre o "apetite" do leitor.
 Leitura obrigatória → deixa de ser prazerosa.

§5

Preocupações dos pais → preferência do filho pela televisão, pelos joguinhos, ao invés do livro.

§6

Desafio → Despertar o prazer da leitura descompromissada.
 → É possível recuperar o prazer da leitura.

Utilizando os critérios de centração e concernência podemos dizer, resumidamente que os tópicos específicos neste trecho inicial do texto são:

- Vida e obra do autor;
- Conteúdo do livro, baseado na realidade e em fatos comuns na vida de leitores;
- Facilidade de leitura do livro;
- Como o prazer na leitura é importante;
- Desafios de se recuperar o prazer na atividade de ler sem compromisso.

Esses tópicos específicos são organizados na resenha pelo locutor de forma a permitir a progressão e a organização das ideias na resenha. A continuidade de sentidos se dá através de mecanismos diversos que permitem que os tópicos sejam distribuídos e organizados pelo locutor, que ao se propor como sujeito da

enunciação, vai permitir que a progressão tópica ocorra. Por isso, nas análises dos tópicos específicos e sua organização, apontaremos para as marcas deixadas pelo locutor (índices específicos e procedimentos acessórios) que podem evidenciar o sujeito da enunciação em cada parágrafo deste trecho inicial da resenha:

- Primeiro parágrafo: Uso do verbo dicendi “lançou” (verbo “interpretativo” já que classifica o ato realizado pelo autor do livro) e da expressão “no texto” (elemento referencial), que são procedimentos acessórios;

- Segundo parágrafo: Usos dos verbos dicendi “trata”, “ se baseia”, “dá” (também verbos “interpretativos”, que indicam que o sujeito da enunciação interpreta o “dizer” proveniente do texto fonte), além de serem procedimentos acessórios.

- Terceiro parágrafo: Uso da conjunção “porém” que é um procedimento acessório indicando um sujeito da enunciação articulando suas considerações;

- Quarto parágrafo: Usos dos verbos dicendi “ressalta”, “apresenta” (verbos que, como os anteriores, “interpretam” o conteúdo apresentado por Daniel Pennac) e da conjunção “porém”, todos procedimentos acessórios.

- Quinto parágrafo: uso da expressão “são apontadas”, um procedimento acessório de marcação do sujeito da enunciação;

- Sexto parágrafo: Uso da expressão “para Pennac”, um procedimento acessório.

Essa análise inicial da resenha nos permite verificar que o sujeito da enunciação opta por ater-se a diversos tópicos específicos abordados pelo texto fonte. Não há, no entanto, uma ênfase nos tópicos que identificamos aqui como sendo “abrangentes”, ou seja, os tópicos estruturais do texto fonte. Percebe-se, por exemplo, que o primeiro tópico abrangente que identificamos acima (p.109), “*O aprendizado do “gosto” pela leitura pode ser desenvolvido de forma natural, sem imposição (principalmente a escolar) que é descrita como sendo uma das principais causas do desinteresse dos jovens pela leitura.*” aparece inicialmente no segundo parágrafo e é ampliado nos demais parágrafos, sem uma ênfase ou indicação que o primeiro capítulo do livro de Pennac (composto de 24 seções) desenvolve esse tópico. Temos situações semelhantes no restante da resenha. Embora o sujeito da enunciação aborde os tópicos estruturais/ abrangentes do livro, não há uma indicação clara de que eles são a base no qual os demais subtópicos (ou, no nosso caso, os tópicos específicos) se sustentam.

O segundo tópico abrangente (*“A leitura que é imposta não funciona. Nesse cenário a escola tem o papel de ensinar a ler, mas o gosto pela leitura vem das experiências de vida do indivíduo. Como a leitura é um objeto de partilha, é importante que o professor leia em voz alta e partilhe suas experiências com a leitura, sem imposição”*) aparece no sétimo parágrafo da resenha e é introduzido pela expressão referencial “a partir desse ponto...”. Há, dessa forma, a articulação do sujeito da enunciação buscando introduzir o novo tópico através de um procedimento acessório, que é a expressão indicada.

O mesmo movimento é observado na introdução do tópico abrangente presente no capítulo três do livro: *“A leitura em voz alta desmistifica uma série de questões errôneas acerca da leitura: a crença de que é difícil, entediante, que não há tempo hábil para tal tarefa, etc. A imagem construída pelo senso comum da leitura precisa ser debatida.”*. No décimo quarto parágrafo o sujeito da enunciação introduz o tópico abrangente utilizando a expressão referencial “a partir daí...”, que também pode ser considerada como um procedimento acessório.

Já o último tópico abrangente (*“Abordagem dos direitos do leitor -10 direitos - que são constatações de procedimentos tidos muitas vezes como inadequados no processo de leitura, mas que devem ser realizados com o objetivo de promover a leitura prazerosa e significativa”*) é introduzido por um verbo dicendi no vigésimo segundo parágrafo da resenha: “Pennac aponta então...”. Isso demonstra mais uma vez as articulações do sujeito da enunciação e o uso de um procedimento acessório para introduzir um novo tópico.

Com o objetivo de enriquecermos nossa análise passaremos agora a verificar os tópicos mais específicos, que não são os abrangentes, mas que estão compondo a resenha e contribuem para a progressão textual.

No início da resenha temos a introdução do primeiro tópico específico, que é apresentar dados sobre a vida e carreira do autor do livro fonte. Os dados são introduzidos pelo locutor através do termo referencial “Daniel Pennac”. A referência ao nome do escritor é utilizada para que os apontamentos sobre a carreira aconteçam e tal mecanismo já indica que há um sujeito da enunciação articulando e introduzindo o tópico discursivo. Quando o locutor lança suas reflexões para o livro fonte, mais no final do parágrafo, vemos que há o uso do verbo dicendi “lançou” no trecho *“lançou um novo olhar para o fenômeno da leitura”*. Esse procedimento

acessório indica mais uma vez que há um sujeito da enunciação articulando o tópico discursivo, deixando evidente a interpretação do locutor em relação ao “dizer” do outro presente no texto fonte. Além disso, o uso de verbos dicendi é um indicador de diferenciação de vozes enunciativas. Há no trecho uma clareza em relação ao fato de que o que está sendo dito não é proveniente das ideias do locutor da resenha, mas sim do locutor do texto fonte.

A apresentação do conteúdo do livro, tópico abrangente, como já verificamos acima, é desenvolvido logo no segundo parágrafo. Mais uma vez há um verbo dicendi (“Como um romance *trata...*”) servindo como elemento de “introdução” do tópico abrangente discursivo. A progressão ocorre por meio de uma expressão (o livro) que mantém a discussão do tema abordado pelo resenhista: “o conteúdo do livro...”. Há ainda no mesmo parágrafo o uso de outros verbos dicendi (“o autor *narra...*”; “Pennac *se baseia...*”; “ele *dá...*”) que, como dito anteriormente, marcam a diferenciação de vozes e são procedimentos acessórios de marcação do sujeito da enunciação.

A progressão, na sequência da resenha, ocorre devido à manutenção do uso de vocábulos pertencentes ao campo semântico relacionado com “leitura”. Por isso o próximo tópico específico é introduzido pela expressão “ a *leitura* flui muito bem” (terceiro parágrafo). A manutenção do tópico, que é falar sobre o livro, ocorre de forma a permitir que mais informações acerca da obra fonte sejam apresentadas. Com isso temos no desenvolvimento desse tópico a abordagem de aspectos que facilitam a leitura do livro “Como um romance”. A articulação do locutor, que também evidencia a presença do sujeito da enunciação, ocorre no decorrer deste tópico e se faz presente através de uma conjunção, “porém”, elemento utilizado para dar sequência às proposições no texto.

A importância do prazer na leitura, próximo tópico específico da resenha, é desenvolvido na sequência e é introduzido por um verbo dicendi (“Pennac *ressalta...*”). Mais uma vez este procedimento acessório de marcação do sujeito da enunciação aparece como elemento de introdução do tópico discursivo a ser apresentado. No desenvolvimento deste tópico também aparece outro verbo dicendi: “o autor *apresenta...*” usado mais uma vez para evidenciar que o sujeito da enunciação da resenha está interpretando algo que foi apresentado pelo texto fonte.

O último tópico específico do trecho da resenha que apresentaremos é o que fala sobre os desafios de se recuperar o prazer na atividade de ler sem compromisso. Ele é apresentado no quinto parágrafo do texto e é introduzido por uma expressão impessoal “são apontadas”. No trecho não há nenhuma referência que demonstre que as ideias desenvolvidas são uma descrição das proposições provenientes do livro fonte de Daniel Pennac, ou seja, não é descrito “quem” aponta essas questões apresentadas. Isso ocorre principalmente pelo não uso de um verbo dicendi. A progressão, contudo, ocorre porque há no trecho uma sequência coesa e coerente que nos permite conectar com as proposições anteriores.

Com a análise pudemos perceber que os procedimentos acessórios, principalmente os verbos dicendi que são abundantes no texto, contribuem muito para a organização linguística coesa e coerente dos tópicos dentro da resenha. O sujeito da enunciação, efeito das proposições do locutor manifesta-se nestas escolhas e articulações que resultam no uso desse tipo de verbo que indica não só uma diferenciação de vozes dentro do gênero, mas também indica que há um locutor interpretando o dizer alheio e colocando com suas palavras o que é necessário para a progressão do texto. Embora não tenhamos de forma mais evidente nesta resenha o uso dos tópicos abrangentes como destaque (como na resenha do grupo dois, que usa cada tópico abrangente para sustentação da resenha), os tópicos específicos são articulados com estes que definimos como abrangentes. Como já afirmamos em análises anteriores, a organização tópica evidencia a articulação do sujeito da enunciação e a introdução dos tópicos coincide com o uso ou de um índice específico ou de um procedimento acessório. A escolha dos tópicos e o desenvolvimento do próprio tópico já é um indicador de que há um sujeito da enunciação, efeito das proposições de um locutor, atuando no texto. Assim podemos dizer que o próprio tópico em si já um grande indicador da subjetividade.

4. Comparação entre os grupos

As resenhas analisadas nos permitiram verificar algumas semelhanças e diferenças tanto nos níveis de estrutura do gênero como de estruturação tópica e organização do texto feita pelo sujeito da enunciação. Nesta parte da dissertação objetivamos, ainda de que forma breve, comparar as análises que fizemos observando a trajetória da constituição do sujeito da enunciação nas produções textuais aqui analisadas de alunos do curso de Letras da UFPR.

Verificaremos de forma comparativa alguns pontos que julgamos relevantes para o desenvolvimento de nossa dissertação. Primeiramente apontaremos se há ou não semelhanças no desenvolvimento do gênero resenha acadêmica entre os grupos. Nosso segundo passo será a verificação da trajetória da constituição do sujeito da enunciação feita nas resenhas no decorrer do referido curso universitário. Evidenciaremos alguns pontos em relação à constituição desse efeito das proposições do locutor do texto que é o sujeito da enunciação e relacionaremos isso com a progressão tópica do texto.

Em outras palavras, buscaremos sustentar se a formulação dos tópicos nas resenhas feita pelo sujeito da enunciação na figura do locutor é diferente ou não nos grupos analisados. Enfim, buscaremos apontar a trajetória de constituição do sujeito da enunciação e as relações com a progressão tópica textual nas resenhas acadêmicas estudantis. Como não temos a intenção de repetir tudo que já apresentamos durante as análises das resenhas, buscaremos apenas reunir informações breves que nos permitam comparar as resenhas dos diferentes grupos. Mesmo que nesta dissertação tenhamos apresentado apenas a análise de uma resenha mais significativa de cada grupo, nessa seção buscaremos apresentar nossas reflexões tendo em vista todas as resenhas que foram previamente analisadas nos grupos, um total de 64 resenhas.

4.1 Comparação entre os três grupos de resenhas dos alunos

As análises nos permitiram verificar vários pontos de semelhanças e diferenças entre as resenhas analisadas mostrando, portanto, que a produção

textual sofre mudanças no decorrer do curso. Analisando as questões do gênero textual resenha vemos que há diferenças nos textos dos três grupos.

Primeiramente podemos verificar que as resenhas do primeiro grupo foram feitas por alunos que ainda não tinham entrado em contato com o gênero em meio acadêmico e isso faz com que as mesmas apresentem grandes diferenças em relação ao gênero das demais resenhas do corpus. Percebemos nas resenhas do grupo 1 que os elementos apontados na análise como típicos do gênero aparecem ou de forma deficiente ou nem aparecem. É o caso da recomendação do texto fonte, elemento presente nas resenhas publicadas e que não aparece nas resenhas deste grupo. A parte avaliativa que aparece bem demarcada nas resenhas publicadas aparece, em geral, de forma sutil nas resenhas do primeiro grupo que compõem nosso corpus.

Já nas resenhas do segundo grupo de pesquisa, como o exemplo apresentado da resenha aqui analisada, essas questões relacionadas ao gênero estão melhor desenvolvidas. Isso acontece provavelmente porque temos textos produzidos depois de um trabalho significativo com o gênero em questão. Além disso a resenha que apresentamos (e todas as outras do grupo) tinha como texto fonte um capítulo inteiro, o que trouxe muito mais possibilidades para o desenvolvimento do gênero do que a do primeiro grupo que tinha apenas um artigo de divulgação científica como texto fonte.

As resenhas do terceiro grupo são as que mais diferem das demais porque são mais longas e apresentam muitos elementos que as aproximam das resenhas publicadas. Na resenha desse grupo que apresentamos verificamos que apenas a recomendação do texto fonte não aparece de forma demarcada como nas resenhas publicadas. Outro diferencial das resenhas deste grupo, em questões do gênero, é que elas apresentam (a grande maioria) uma clara diferenciação de vozes enunciativas, fator típico em tal gênero textual. Essa diferenciação aparece na resenha que apresentamos aqui do segundo grupo, mas a maneira como foi feita nas resenhas do terceiro é mais significativa. Há um uso abundante de verbos dicendi que são usados justamente para fazer essa diferenciação.

Assim podemos dizer que as resenhas dos três grupos diferem entre si, mas todas podem ser consideradas como “resenhas”. Embora se verifique que há uma aparente evolução no decorrer dos grupos, cada uma das resenhas apresentou

peculiaridades que foram avaliadas nas análises das resenhas mais significativas de cada grupo que fizemos, assim, não nos cabe propor que uma resenha seja melhor que as demais.

No quesito sujeito da enunciação também verificamos que há diferenças entre os grupos. No primeiro verificamos em diversos exemplares usos de índices específicos que não aparecem nas demais resenhas dos outros grupos. São usadas marcações na primeira pessoa do plural nos verbos, além de marcações em primeira pessoa do singular. Podemos afirmar que tal uso evidencia uma tentativa do locutor do texto em articular suas próprias proposições com as proposições proveniente do texto fonte. Esse mesmo mecanismo também ocorre nas resenhas dos outros dois grupos, mas o elemento utilizado para isso é o uso de um procedimento acessório (verbos dicendi) que também marca essa articulação entre as diferentes vozes. Nas resenhas do terceiro grupo, inclusive, há o uso abundante de tal forma verbal e isso evidencia que há um sujeito da enunciação buscando articular suas proposições com as provenientes do texto fonte.

Essa característica típica de uma resenha que é o uso do verbo dicendi é um dos principais fatores que nos permitem verificar que há também uma aparente evolução quando pensamos na questão do sujeito da enunciação entre os grupos. Além de funcionar como introdutor dos tópicos discursivos vemos que esse mecanismo é tido como uma evidência importante do sujeito da enunciação no texto.

Percebemos que os autores das resenhas de todos os grupos, quando utilizam os verbos dicendi, preferem utilizar os tipos mais “avaliativos” em detrimento dos verbos dicendi que são “ilocutórios”, ou seja, aqueles que apenas servem para diferenciação de vozes, sem indicar que há uma interpretação por parte do sujeito da enunciação acerca do conteúdo reportado.

Outra questão relevante para esta comparação é a verificação dos diferentes recursos de demarcações dos tópicos entre os grupos. Podemos afirmar que no primeiro grupo, pela escassez de verbos dicendi, há um uso maior de conjunções que são justamente utilizadas para a demarcação/ introdução do tópico discursivo a ser abordado. Já nas resenhas do segundo e terceiro grupo esse papel é desempenhado pelos verbos dicendi, mas também há o uso de conjunções e expressões nas demarcações de tópicos.

Por fim podemos afirmar que as diferenças entre as resenhas ocorreram principalmente porque elas foram concebidas com diferentes intuítos. As do primeiro grupo foram elaboradas sem preparação prévia que trouxesse um conhecimento do gênero. Ela serviu, na verdade, justamente como fonte de verificação por parte do docente do nível de escrita dos alunos calouros no curso de Letras. As do segundo grupo faziam parte da avaliação da disciplina e tinham como objetivo apresentar um determinado conceito apresentado pelo capítulo do livro resenhado. Já as do terceiro grupo também foram parte da avaliação dos alunos na disciplina e tinham como diferencial serem produzidas nos moldes de uma resenha a ser publicada. Todos esses fatores intervêm na elaboração das resenhas tanto na questão do gênero textual como nas proposições feitas pelo sujeito da enunciação na figura do locutor.

5 . Considerações finais

A presente dissertação tomou como objeto de estudo resenhas acadêmicas estudantis, buscando caracterizar a progressão tópica textual tendo como base a Linguística da Enunciação. Investigou-se como as escolhas feitas pelo locutor do texto bem como as marcas do sujeito da enunciação, deixadas pelo locutor podem contribuir para a construção de sentidos e, conseqüentemente, a progressão.

Optamos por fazer uma releitura dos conceitos de progressão, amplamente discutidos pela Linguística Textual, baseando-nos na Linguística da Enunciação. Porém, não dispensamos o arcabouço teórico da LT e incorporamos a noção de tópico discursivo. Nossas análises, assim, foram todas realizadas do ponto de vista da Enunciação, tendo como principal teórico abordado Émile Benveniste. O tópico discursivo foi tomado como um princípio de organização textual e passível de identificação por meio das marcas deixadas pelo locutor no texto. A análise da organização tópica das resenhas levou em conta a identificação dos tópicos pelos princípios de concernência e relevância tanto no nível linear quanto no nível hierárquico das resenhas.

Diante dos objetivos apresentados, trabalhamos com algumas questões teóricas pertinentes como a justificativa da opção pelo trabalho com textos escritos tendo em vista que a teoria enunciativa, na maioria dos casos, teve como objeto de estudos as marcas da enunciação no enunciado, ou seja, em gêneros orais. Verificamos que a própria teoria enunciativa de Benveniste abre brechas para que tal intento pudesse ter sido realizado. Com isso, iniciamos nossos estudos acerca do sujeito da enunciação e pudemos constatar que esse “elemento” linguístico pode ser tido como um efeito das proposições feitas no texto por um locutor.

Analisamos três grupos diferentes de resenhas produzidas em diferentes períodos do curso de Letras da UFPR buscando observar semelhanças e diferenças entre as produções. Fizemos inicialmente uma verificação do gênero em cada uma delas, buscando averiguar se as mesmas poderiam ou não ser consideradas como resenhas acadêmicas. Para isso utilizamos como critério de constatação comparar as resenhas estudantis com resenhas acadêmicas publicadas em uma revista bem considerada academicamente. Nossa segunda etapa de análise envolveu a identificação dos tópicos discursivos do texto e também a demarcação dos índices

específicos e procedimentos acessórios que permitem identificar a presença e articulação do sujeito da enunciação.

Concluimos que as escolhas do locutor do texto bem como a própria constituição do tópico discursivo evidenciam o sujeito da enunciação que, através dos índices específicos e procedimentos acessórios se permite identificar. As análises evidenciaram que a constituição coesa e coerente do texto depende desses elementos que marcam a presença de um locutor articulando suas proposições. Os índices específicos e procedimentos acessórios são também responsáveis pela progressão tópica textual. Observamos na introdução dos tópicos, bem como nos movimentos de articulação/ progressão que há sempre evidente algum deles.

Esses elementos são colocados no texto por um locutor que ao propor-se no texto, acaba evidenciando o sujeito da enunciação. Acreditamos que a própria escolha da organização do texto em tópicos, ou seja, o tópico discursivo já pode ser tido como o sujeito da enunciação manifestando-se nas resenhas. Os dados da pesquisa que desenvolvemos apontam para o fato de que a constituição dos tópicos depende das escolhas feitas por um locutor. Sabemos que este locutor sempre irá propor-se como um sujeito da enunciação no texto apropriando-se da língua. O sujeito é, pois, um efeito dessa apropriação. O locutor, então, singulariza a língua na enunciação.

Acreditamos que ao tornar a língua “própria”, o locutor enuncia sua posição de locutor. O sujeito seria então um efeito dessa singularização. O tópico discursivo também pode ser visto como uma marca da subjetividade, ou seja, como o próprio sujeito da enunciação porque também desempenha um papel semelhante no texto: ele singulariza um elemento que está na língua, em determinado contexto e em relação a determinado referente. As análises nos permitiram verificar exatamente que o tópico discursivo pode ser visto como uma grande marca da presença do sujeito da enunciação.

Seguindo nossa pesquisa buscamos verificar também se a constituição do sujeito da enunciação era diferente nas resenhas dos diferentes grupos. Buscamos observar se havia diferenças na constituição do gênero resenha acadêmica nos diferentes grupos. Pudemos observar com relação a isso que as resenhas do primeiro grupo foram as mais “frágeis” do ponto de vista do gênero já que se tratavam de textos produzidos sem nenhuma orientação. Vimos também que as

resenhas do terceiro grupo dispunham de livros como texto fonte, o que acaba fazendo com que a resenha seja melhor elaborada já que dispõe de um texto fonte que fornece mais dados e possibilidades para o resenhista.

Com relação à constituição do sujeito da enunciação nas resenhas pudemos verificar que há diferenças nas produções de cada grupo. Percebemos que no grupo 1 o sujeito ainda está desenvolvendo-se de forma mais efetiva já que os elementos de articulação que apresenta são ainda insuficientes e precários. Isso desenvolve-se nos grupos seguintes nos quais vemos um uso efetivo de procedimentos acessórios principalmente verbos dicendi. No gênero textual em questão o uso de tais formas verbais pelo locutor é importante já que permite uma diferenciação das vozes enunciativas, característica típica do gênero. Observamos que no terceiro grupo, de forma eficiente, o uso desses verbos permite que os tópicos sejam introduzidos e articulados inclusive porque há um uso significativo de verbos dicendi do tipo avaliativos, ou seja, aqueles que evidenciam que o sujeito da enunciação está interpretando o conteúdo do texto fonte. Há uma coincidência: cada vez que se usa um verbo dicendi, há a introdução ou fechamento de um tópico discursivo em andamento e isso foi mais significativo nas resenhas do segundo e terceiro grupos.

Embora pareça que temos uma trajetória no decorrer dos grupos, em termos enunciativos não é possível destacar tal proposição. Sabe-se que, de acordo com Flores (2012, p. 100) a enunciação é a cada vez “única e irrepetível” já que a cada vez que usamos a língua sempre estaremos em condições de tempo, lugar e pessoa distintas. Dessa forma podemos propor que o que realmente temos observando as diferenças e semelhanças entre as resenhas dos diferentes grupos são as instâncias de discurso diferentes. Entendemos instâncias de discurso como sendo “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p.277). Assim, cada resenha apresenta características distintas porque é produzida em uma instância de discurso diferente de todas as outras. Cada resenha é, portanto, única e deve ser analisada como tal.

Dessa forma, é também salutar destacar a importância que a questão do trabalho com o gênero textual em sala de aula adquire. Há alguns gêneros que precisam ser “apresentados” ao leitor a fim de que o mesmo seja capaz de produzir de forma coesa e coerente o seu próprio material. Contudo muitas vezes essa apresentação não ocorre ou acaba ocorrendo de forma ineficiente. O reflexo disso é

demonstrado no corpus de resenhas do primeiro grupo que apresentaremos nessa dissertação. Esse conjunto de textos é formado por resenhas produzidas por alunos que ainda não tinham tomado o devido conhecimento do gênero. Como consequência temos resenhas não tão adequadas do ponto de vista de composição dos textos.

Assim é interessante que o docente responsável pelo trabalho com tal gênero textual esteja preparado para indicar algumas das especificidades que apresentamos nessa dissertação aos alunos. Os aspectos enunciativos, a saber o processo de apropriação do locutor do discurso do outro, o processo de agenciamento de palavras na sintagmatização e também as marcas deixadas pelo sujeito da enunciação que permitem a verificação da constituição do tópico discursivo são alguns dos elementos que podem contribuir para a percepção tanto do docente quanto do aluno de como esse gênero textual funciona e é constituído.

Portanto o conhecimento por parte do docente de tais elementos e processos pode ajudar muito o estudante na elaboração deste gênero textual que envolve não apenas a escrita de um texto, mas sim um processo de leitura e construção de sentidos a partir de um discurso já constituído.

Por fim, podemos afirmar que o estudo que propomos da progressão tópica textual buscando caracterizar o processo de constituição do sujeito da enunciação ainda é embrionário. O que propusemos aqui é apenas uma parte do que ainda pode ser pesquisado em relação a tal assunto. Acreditamos, porém, ter possibilitado uma reflexão, ainda que inicial, sobre tal tema tendo como luz teórica esse grande nome do que podemos denominar hoje de Teoria da Enunciação que é Émile Benveniste.

REFERÊNCIAS

- ARESI, F. **Os índices específicos e procedimentos acessórios da enunciação**. ReVel. v. 9, nº 16, 2011. p.262-275. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_os_indices_especificos.pdf. Acesso em; 04/04/2014.
- BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: _____ **Problemas de Linguística geral I**. 5. ed. .São Paulo: Pontes, 2005. p. 284 - 293.
- _____. Os níveis de análise linguística. In: _____ **Problemas de Linguística geral I**. 5. ed. .São Paulo: Pontes, 2005. P. 127-140.
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: _____ **Problemas de Linguística geral II** . 2.ed. São Paulo: Pontes, 2006. p. 68-80.
- BENVENISTE, E. Forma e o sentido na linguagem. In: _____ **Problemas de Linguística geral II** . 2.ed. São Paulo: Pontes, 2006. p. 220-242.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____ **Problemas de Linguística geral II** . 2.ed. São Paulo: Pontes, 2006. p. 81 - 90.
- _____. Semiologia na língua. In: _____ **Problemas de Linguística geral II** . 2.ed. São Paulo: Pontes, 2006. p.43-80.
- CREMONESE, L.E. As origens epistemológicas da linguística da enunciação. In: Seminário Internacional de Texto, enunciação e discurso, 2010, Porto Alegre. **Anais do SITED**. p. 296 - 303. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/LiaEmiliaCremonese.pdf>. Acesso em 04/04/2014.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987, p. 161-218.
- ENDRUWEIRT, M. G. A teoria da enunciação e a escrita. **Revista Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, nº 4, p. 89-96, Dez. 2004.
- FARACO, C.A. **Norma Culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FLORES, V.N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo:

Parábola, 2013.

_____ et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.; NUNES, P. A. A especificidade da enunciação escrita em textos acadêmicos. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.08, nº 1, p. 235-252, jan./jun.2012.

_____; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2012.

JUBRAN, C.C.S. et. al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado: Níveis de análise linguística**. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 2002, v. 2, p. 359-439.

_____. Revisitando a noção de tópico discursivo. **Caderno de estudos linguísticos**, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, A. R. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. et al (org.). **O falar da linguagem**. São Paulo: Editora Lavissee, 1996. p. 129-151.

OLIVEIRA, S. M. Subsídios para a compreensão do gênero resenha. **Revista Letras**, Curitiba, n.70, p. 267-281, set/dez. 2006.

PINHEIRO, C, L. **Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade**. 389 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista São Paulo, 2005.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2001.

VIGNOLI, J. C. S. **Os alunos não sabem escrever: a (des) organização tópica de redações escolares**. 98 f. Dissertação (Mestrado em estudos linguísticos) Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

ANEXOS

1) Resenhas publicadas:

Alfa, São Paulo, 55 (1): 329-334, 2011 329

CÍRCULO DE BAKHTIN: TEORIA INCLASSIFICÁVEL

Maria Inês Batista CAMPOS^{40*}

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. 447 p. (Bakhtin: Inclassificável, v.1).

O pensamento do russo Mikhail Bakhtin repercute intensamente nas universidades brasileiras em áreas do conhecimento como a Linguística, Educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Teoria Literária e em muitos outros campos de investigação. Bakhtin figura como um nome popular entre professores do ensino fundamental e médio, por exemplo, aqueles que têm interesse na sua teoria dos gêneros do discurso voltada para as atividades didáticas.

A referência aos nomes de Voloshinov e Medvedev, no entanto, ainda causa estranheza entre os leitores de Bakhtin que insistem em considerar *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (1929), *O Freudismo: um esboço crítico* (1927) e *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica* (1926) como obras escritas por Bakhtin. Nas duas últimas décadas do século XX, estudiosos de diversas nacionalidades buscaram esclarecer a questão da autoria e partiram em busca de muitos documentos (dados de arquivo, memórias, cartas dos correspondentes de Bakhtin, etc.) a fim de mostrar que os dois primeiros livros foram originalmente publicados sob o nome de Valentin N. Voloshinov e o último, sob o de Pavel N. Medvedev, portanto pessoas reais e não meros pseudônimos. Em 1999, essa questão ganhou a preocupação dos participantes da Bakhtin Conference realizada na Universidade de Sheffield, Grã-Bretanha, com o tema “Na ausência do mestre: o círculo desconhecido de Bakhtin”. Em 2008, o encerramento da 13th International Mikhail Bakhtin Conference na Universidade de Western Ontario, London, no Canadá, contou com uma conferência de Medvedev, filho de P.

⁴⁰ * USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 – maricamp@usp.br

Medvedev, intitulada “A polifonia do Círculo”. Como se pode notar, esse debate continua aberto.

A série *Bakhtin: inclassificável*, organizada pelas professoras Luciane de Paula e Grenissa Stafuzza, coloca-se na mesma direção de propor estudos significativos em torno de Bakhtin e o Círculo. A coleção, prevista em quatro volumes, já sinaliza, nos títulos, as instigantes discussões a serem oferecidas: *Círculo de Bakhtin: diálogos (in) possíveis* (número 2); *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional* (número 3); *Círculo de Bakhtin: concepções em construção* (número 4). As pesquisadoras preferem apresentar a teoria do “Círculo de Bakhtin” como “inclassificável”, ou seja, como algo que não pode ser sistematizado, e os artigos assumem múltiplas perspectivas em torno da teoria do Círculo, apresentando as tensas relações dialógicas sem enquadrar esse pensamento em regras, categorias ou definições *a priori*.

Trazer a teoria de Bakhtin associada ao adjetivo “inclassificável”, no entanto, pode provocar uma compreensão bem diversa da prevista pelas organizadoras que foram buscar inspiração na canção “Inclassificáveis”, do poeta Arnaldo Antunes (1996), em que ele canta a mistura de culturas. Esse termo pode sugerir que a teoria bakhtiniana é “absolutamente fugidia”, “assistemática”, “inapreensível”, como alertou Sobral (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.54) no início do seu artigo. Tal designação exige atenção dos leitores, uma vez que não se trata de um vale tudo conceitual, é preciso notar, por exemplo, que o conceito bakhtiniano de gênero do discurso não é o mesmo que o de gêneros de texto ou textuais na perspectiva de Jean-Paul Bronckart (1997) ou de Jean-Michel Adam (1999); também o conceito de “discurso” é diverso da abordagem francesa segundo Michel Pêcheux, ou Dominique Maingueneau ou Michel Foucault. É preciso salientar também que há uma densa e rica teoria da filosofia da linguagem produzida pelo Círculo bakhtiniano durante o início do século XX numa Rússia soviética (URSS), de modo que não se caia na tentação de atribuir rótulos a Bakhtin, mesmo com a finalidade de valorizar seu pensamento.

Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável é o primeiro volume da série que foi publicado em junho de 2010. Organizado em duas partes, contém onze artigos inéditos, escritos por renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros; na segunda parte, os textos aparecem em suas línguas originais; coube a Adail Sobral

a tradução do italiano e a Luciane de Paula, a tradução do artigo em francês.

O prefácio (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.13-30) do livro, escrito pelas organizadoras, traz uma breve contextualização da Rússia stalinista, quando Bakhtin e o Círculo participaram ativamente da vida intelectual no país. Em seguida, recuperam a recepção das obras no Ocidente, começando na França, em 1970, com a tradução feita por Julia Kristeva de *Problemas da poética de Dostoievski*. Na década seguinte (1981), Tzvetan Todorov publicou *Le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*, divulgando alguns textos de Voloshinov (“As fronteiras entre poética e linguística”; “A estrutura do enunciado”) e de Bakhtin (*Ressurreição*, prefácio ao romance de Tolstói). Naquele mesmo ano, saiu, nos Estados Unidos, a tradução *The dialogic Imagination: four essays by M. M. Bakhtin*, organizada por Michael Holquist; no Brasil, *Marxismo e filosofia da linguagem* teve sua primeira tradução a partir da edição francesa em 1979, trazendo o nome de Volochinov (entre parênteses) na capa. De Paula e Stafuzza lembram que os vários estudos norte-americanos das décadas de 1980-90 também tiveram importância decisiva para o conhecimento dos conceitos bakhtinianos como as primeiras biografias de Clark e Holquist (*Mikhail Bakhtin*, 1984) e Morson e Emerson (*Mikhail Bakhtin: creations of a prosaics*, 1990). Foi o início dos debates em torno das relações entre o pensamento de Bakhtin e o Círculo e o diálogo com os conceitos de Roman Jakobson, Karl Marx, Ferdinand de Saussure, Ernst Cassirer, Immanuel Kant entre outros. As organizadoras assinalam que, a partir da década de 1980, as pesquisas bakhtinianas começaram a se intensificar no Brasil, embora permaneçam sem tradução para o português a obra de Medvedev, intitulada *O método formal nos estudos literários*, vários ensaios de Voloshinov e de Bakhtin.

A sequência dos artigos seguiu o eixo temático de modo que abrem e fecham o livro os textos dos pesquisadores italianos que recuperam a discussão do termo “inclassifiável” no título. No primeiro artigo “Uma leitura inclassifiável de uma escritura inclassifiável: a abordagem bakhtiniana da literatura”, Petrilli focaliza a contribuição dos estudos de Bakhtin na maneira de se abordar a escritura literária, ultrapassando os limites das disciplinas teóricas da literatura. O enfoque bakhtiniano explorado é o de um texto responsivo, isto é, o que responde ao mundo “da vida vivida”. Para a estudiosa italiana, a teoria bakhtiniana busca ampliar as fronteiras culturais e não se limita a uma única ciência humana, apresentando uma

metodologia para isso: “pôr em relação campos e objetos de estudo, ainda que distantes, mediante um processo de deslocamento e de abertura, em vez de incorporação e fechamento” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.39). No artigo de encerramento “O pensamento dialógico de Bakhtin e de seu Círculo como Inclassificável”, Augusto Ponzio também recupera a discussão da escritura literária, indicando o aspecto dialógico da linguagem. Os dois autores insistem que não há uma teoria pronta a ser aplicada na análise do objeto literário e apresentam a teoria bakhtiniana com intenso diálogo com a Epistemologia, a Fenomenologia, a Crítica literária, a Semiótica, mostrando o quanto a filosofia da linguagem é o cerne do pensamento do Círculo de Bakhtin.

Nos nove ensaios que se seguem, os temas aprofundados são os de *estética, autoria* do Círculo de Bakhtin, *estilística discursiva, ideologia, cronotopo, gênero do discurso, enunciado*, a questão do *sujeito*. A leitura dos textos permite que o leitor tome suas decisões, porque cada um oferece informações sobre o Círculo de Bakhtin e abordam vários conceitos, muitas vezes, de diferentes pontos de vista.

Em “A estética em Bakhtin (literatura, poética e estética)”, Adail Sobral, professor da Universidade Católica de Pelotas, RS, recupera o projeto enunciativo estético em obras do Círculo que tratam “do trabalho de integração de forma, conteúdo, e material” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.79) da obra poética como discurso sociológico dentro de uma concepção ética e filosófica. Em “Auctoridade e tornar-se autor: nas origens da obra do Círculo B.M.V.”, Bénédicte Vauthier, da Universidade François Rabelais, em Tours, discute com profundidade o tema do Círculo de Bakhtin, apresentando um extenso levantamento bibliográfico feito nos Arquivos de Bakhtin, o que lhe permite enfrentar as muitas acusações feitas a Bakhtin, como o de plagiador. Esse ensaio é importante para o leitor que não tem acesso aos textos russos e deseja entender a disputa da autoria das obras do Círculo.

No artigo “Bakhtin: contribuições para uma estilística discursiva”, Norma Discini, professora da Universidade de São Paulo, discute o conceito de estilo numa perspectiva discursiva, trazendo a análise de textos verbais e verbo-visuais como uma tira jornalística e um texto publicitário. Em “O nascimento do Formalismo: Bakhtin”, Edward Lopes e Helenice Braghetto Trigo Lopes indagam se não há exagero em chamar “um grupo de ‘três ou quatro interessados’ em Círculo” (PAULA;

STAFUZZA, 2010, p.165). Apresentam várias informações sobre os membros do Círculo Linguístico de Moscou, com quem Bakhtin tanto dialogou e os autores situam a batalha política que envolveu os estudos linguísticos depois da Revolução bolchevista. No final do artigo, os autores terminam com uma afirmação polêmica: “Bakhtin começou como formalista” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.173). Desde seus primeiros textos, Bakhtin discutiu com muitos dos teóricos do Formalismo Russo, em muitos momentos, questionando seus princípios.

Gilberto Castro, pesquisador da Universidade Federal do Paraná, em “O marxismo e a ideologia em Bakhtin”, apresenta a relação dos autores do Círculo e o pensamento marxista. Parte dos conceitos marxistas de *superestrutura ideológica, infra-estrutura econômica, luta de classes, dialética, síntese dialética, classe dominante* e analisa cuidadosamente a existência de uma unidade de trabalho desses conceitos presentes no conjunto da obra de Bakhtin e o Círculo.

Em “A questão espaçotemporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia”, Irene Machado, pesquisadora da Universidade de São Paulo, traça como linha norteadora a discussão em torno do tempo dialógico. Para isso, analisa a arquitetura do cronotopo a partir da narrativa que configura modos de vida em contextos particulares de temporalidades. A estudiosa explica que “[...] o tempo, para Bakhtin, torna-se pluralidade de visões de mundo tanto na experiência como na criação, manifesta-se como um conjunto de simultaneidades que não são instantes, mas acontecimentos no complexo de seus desdobramentos.” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.215).

Rosineide de Melo, professora da Fundação Santo André, em “O discurso como reflexo e refração e suas forças centrífugas e centrípetas”, analisa dois documentos oficiais, Boletim de Ocorrência e um Termo Circunstaciado, coletados na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher. A autora discute os conceitos de discurso, enunciado, enunciação, texto, palavra, signo, procurando definir o conceito de “discurso”. Renata Marchezan, pesquisadora da UNESP de Araraquara, apresenta o capítulo “Gêneros do discurso: o caso dos artigos de opinião”, em que analisa artigos publicados no jornal Folha de S. Paulo entre 2007 e 2008, com tema dedicado à política brasileira, buscando recuperar a tensão entre a voz autoral e a política.

O ensaio “Sobre a questão do sujeito”, de João Wanderley Geraldi, professor

e pesquisador da UNICAMP, é um testemunho de leitor apaixonado dos textos de Bakhtin. De maneira quase didática, o autor recupera os vários sujeitos bakhtinianos a partir dos primeiros ensaios do autor russo, em especial, “A filosofia do ato responsável”: reflete sobre “o sujeito responsável”, “sujeito incompleto”, “inconcluso”, “insolúvel”, “datado”, e conclui com “o sujeito fora do comando”, aquele que está junto com a história dos outros. Bakhtin explica: “A vida conhece dois centros de valor que são fundamental e essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e outro.” (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.292).

O leitor / estudioso / interessado nos estudos de Bakhtin e o Círculo tem à disposição uma obra que pode ajudá-lo a andar pelas veredas de muitos conceitos centrais como enunciado, gênero do discurso, sujeito, cronotopo, plurilinguismo, ideologia, etc. Em formato bem cuidado, a obra apresenta uma excelente organização interna, contando com uma boa tradução dos trabalhos.

Um livro dessa qualidade mereceria uma revisão cuidadosa, porque apresenta alguns problemas que poderiam ser evitados. No prefácio, imprecisões em duas notas de rodapé: na página 14, o título da obra de Todorov é *Mikhail Bakhtine, le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine* e não como está indicado: *Écrits du Cercle de Bakhtine*; na nota 9 (PAULA; STAFUZZA, 2010, p.15), afirma-se que já existe uma tradução para o português do importante ensaio de Voloshinov “Discurso na vida e discurso na arte (sobre poética sociológica)”, publicado na obra *Bakhtin e o Círculo*, organizada pela pesquisadora Beth Brait. Na edição mencionada, contudo, há um excelente artigo da tradutora russa Tatiana Bubnova em torno do texto, mas não é a tradução do ensaio. O texto em português que circula é a tradução feita por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático, sem publicação por editora. Ainda algumas citações em vários artigos merecem revisões numa próxima edição.

A leitura do livro *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*, organizado por Paula e Stafuzza é indispensável a todos que desejam compreender os tensos caminhos da recepção do Círculo de Bakhtin, seus impasses e avanços, acompanhar as argumentações desenvolvidas sobre a escritura das obras do Círculo. Vale a pena conferir as diferentes abordagens que os conceitos bakhtinianos ganham nas lentes dos pesquisadores que participaram desta coletânea. Estudos em torno do “mais importante pensador soviético no campo de

ciências humanas e o maior teórico da literatura no século XX”, conforme afirma Todorov (1981, p.7), são fundamentais para o público brasileiro que tem acesso, a conta-gotas, à obra de Bakhtin e o Círculo.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

ANTUNES, A. Inclassifiáveis. Intérprete: Arnaldo Antunes. In:_____. *O silêncio*. São Paulo: BMG Ariola/RCA, 1996. 1 CD. Faixa 6.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique, suivi de écrits du Cercle Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.

Alfa, São Paulo, 57 (2): 697-705, 2013 697

**MORTE E VITALIDADE DAS LÍNGUAS INDÍGENAS
E AS PRESSÕES SOBRE SEUS FALANTES**

Dorotea Frank KERSCH^{41*}

TERBORG, R.; GARCÍA LANDA, L. (Org.). *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México: UNAM: CELE, 2011. 285 p.

*Si no respiras,
no existe el aire.
Si no caminas,
no existe la tierra.
Si no hablas,
no existe el mundo.⁴²*

No documento *Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas*, a UNESCO (2003) deixa claro que a diversidade linguística integra o patrimônio da humanidade, já que cada língua traz embutida a sabedoria cultural de um povo. Logo, o desaparecimento de uma língua implica uma perda irrecuperável para a humanidade. Segundo o documento, embora ainda existam em torno de 6.000 línguas faladas, muitas estão ameaçadas e correm o perigo de desaparecer. Há, inclusive, idiomas com milhares de falantes que já não são ensinados às crianças. Além disso, pelo menos metade dessas línguas ainda existentes estão perdendo falantes. Calcula-se que 90% de todas as línguas poderiam ser substituídas por outras dominantes até o final deste século. Nesse sentido, é imperiosa a sua documentação, a adoção de novas políticas e a produção de novos materiais para que se reforce a sua vitalidade. Paradoxalmente, em torno de 97% da população mundial fala cerca de 4% das línguas do mundo, enquanto os outros 96% de línguas minoritárias são faladas por 3% da população (BERNARD, 1996 apud UNESCO, 2003).

Segundo Trujillo Tamez e Terborg (2009), o México é um dos oito países que

⁴¹ * UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. São Leopoldo – RS Brasil. 93022-340 – dorotea_fk@hotmail.com

⁴² Paráfrase, constante no documento da UNESCO (2013), das palavras de um idoso *navajo*, enunciada por Akira Yamamoto no programa veiculado em 24 de maio de 1992 na Millennium Series da PBS-TV *Tribal Wisdom and the Modern World*, apresentado por David Maybury-Lewis.

concentram a metade das línguas que se falam no mundo: são 364 variantes pertencentes a 68 agrupamentos de 11 famílias linguísticas (INALI, 2008 apud TRUJILLO TAMEZ; TERBORG, 2009). Dessas 364 línguas, apenas 10% são ensinadas na escola e 50 delas correm o risco de desaparecer. Assim, é mais do que urgente divulgar os resultados das pesquisas relacionadas a essas línguas, de modo que eles ajudem a construir as políticas linguísticas do México e dos países alinhados à concepção da UNESCO de que não é importante somente preservar a biodiversidade, mas também é preciso lançar nosso olhar sobre a ecologia linguística, já que o mundo é constituído por pessoas, que, por sua vez, se constituem na e pela linguagem. Ou, como afirma o documento da UNESCO (2003, p.2): “[...] *la extinción de una lengua significa la pérdida irrecuperable de saberes únicos, culturales, históricos y ecológicos. Cada lengua es una expresión irremplazable de la experiencia humana del mundo.*”⁴³

O livro *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes* vem divulgar as contribuições de um grupo de pesquisadores da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) para a comunidade. Apresenta trabalhos decorrentes do projeto “La vitalidad de las lenguas indígenas de México: um estudio em três contextos”, coordenado por Laura García Landa e Roland Terborg (2011), e acha-se vinculado à linha de pesquisa “Política y planificación del lenguaje”, do Departamento de Linguística Aplicada, do Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras (CELE) da UNAM. O conteúdo do livro faz parte de um conjunto de resultados das pesquisas realizadas pelos autores, no âmbito da referida linha de pesquisa, na última década. A obra traz importantes contribuições para o conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma política linguística adequada à manutenção das línguas vernáculas no México. Os organizadores, Roland Terborg e Laura García Landa (2011), apresentam um modelo denominado **ecologia das pressões**, que mostra como as atitudes, necessidades, valores, crenças e ideologias exercem pressão, influenciando na manutenção ou substituição de uma língua. Esse modelo é usado para explicar os dados de cada um dos estudos apresentados no livro.

⁴³ “[...] a extinção de uma língua significa a perda irrecuperável de saberes únicos, culturais, históricos e ecológicos. Cada língua é uma expressão insubstituível da experiência humana do mundo.”

Os três contextos considerados por Terborg e García Landa (2011) para a divisão das comunidades em estudo foram o suburbano (muito próximo a cidades ou mesmo pertencentes a algum bairro), o rural de fácil acesso (quando se trata de comunidades ligadas por rodovias asfaltadas) e o rural de difícil acesso (sem ligação com boas rodovias). Essa divisão permitiu identificar o grau de isolamento das comunidades e as necessidades de seus falantes, o que implica diferentes tipos de pressão para manter ou substituir a língua indígena pelo espanhol.

Nos estudos desenvolvidos e apresentados nessa obra, os autores consideraram os nove fatores do documento da UNESCO (2003) como fundamentais para avaliar a vitalidade das línguas minoritárias: a transmissão da língua de uma geração à outra; o número absoluto de falantes; a proporção de falantes no conjunto da população; as mudanças na utilização da língua; a resposta a novos âmbitos e mídias; a disponibilidade de materiais para o ensino e aprendizagem da língua; as atitudes e políticas do governo e instituições em relação à língua; as atitudes dos falantes em relação à língua que falam; e o tipo e qualidade da documentação linguística existente sobre a língua. Para a investigação cujos resultados são apresentados no livro, os pesquisadores se utilizaram principalmente do critério “proporção de falantes no conjunto da população”. Todos os trabalhos compilados no livro, além de terem o foco na máxima facilidade compartilhada (cujo conceito se acha adiante neste texto) como pressão para usar ou não a língua indígena, também levaram em conta, para a avaliação da vitalidade da língua estudada, a transmissão da língua de uma geração a outra, as atitudes dos falantes em relação à própria língua, e o uso da língua nos diferentes domínios.

O livro acha-se dividido em dez capítulos. No primeiro e no último, Terborg e García Landa (2011) discutem as bases teóricas e os conceitos-chave em que os oito estudos apresentados se apoiam. Cada um dos capítulos de 2 a 9, portanto, dá conta da análise da vitalidade/substituição (*language shift*) de línguas indígenas faladas em oito regiões do México: mixe em San Juan Bosco Chuxnaban e em San Lucas Camotlán; p'urhépecha em Santa Fe de la Laguna; totonaca em Mecapalapa, Pantepec, Puebla; otomí, em Santiago Mexquititlán, Querétaro e em San Cristóbal Huichochitlán do estado do México; náhuatl em Xoxocotla, Morelos; e matlazinca no estado do México. Além da descrição do estado atual da língua na comunidade em estudo, analisam a pressão causada pela **máxima facilidad compartida (MFC)**,

considerada uma das mais decisivas na mudança e manutenção da língua autóctone, como será detalhado na sequência.

No primeiro capítulo, “*Las presiones que causan el desplazamiento y mantenimiento de las lenguas indígenas. La presentación de un modelo y su aplicación*”⁴⁴, Terborg e García Landa apresentam o modelo da **ecologia das pressões**, as quais atuam tanto favorável quanto contrariamente à língua indígena, como mostram os estudos apresentados no livro. Ao fazer menção à ecologia, os autores partem do princípio de uma ecologia em movimento, considerada resultado de um processo dinâmico, em que determinadas forças entram em ação. Assim, uma ecologia estável é afetada quando aumentam as pressões sobre uma parte dos falantes em uma situação de contato. Quando essas pressões entram em conflito, emerge o poder de uma sobre a outra, deixando essa última em desvantagem. A pressão, portanto, nem sempre é equilibrada, e, nesse caso, na interação, vai pesar mais sobre um dos interlocutores.

A cada interação, que é compartilhada entre indivíduos, ocorre uma negociação de sentido. Se há mais de um sistema à disposição dos falantes, a conversação chega a um equilíbrio do sistema (ou dos sistemas, no caso da mescla linguística), levando-os a optarem por aquele que exigir a menor atenção deles, ou seja, chegam a uma **facilidade** que lhes permite desenvolver a conversação sem esforço. A máxima facilidade compartilhada, portanto, é a variedade linguística que compartilham duas ou mais pessoas em determinadas situações, tratando de temas específicos. O conceito da facilidade compartilhada não se limita ao conhecimento da língua, mas compreende todo o conhecimento sobre o mundo e baseia-se na história comum dos indivíduos envolvidos, sempre e quando esse é compartilhado e automatizado. A facilidade compartilhada e os interesses dos indivíduos (compostos pelas crenças, valores, ideologias e necessidades) originam as pressões.

Nos capítulos 2 e 3, Isela Trujillo Tamez ocupa-se da língua mixe falada duas comunidades: Chuxnaban e San Lucas Camotlán. Em “*La vitalidad de la lengua mixe de San Juan Bosco Chuxnaban*”⁴⁵, faz uma descrição da língua, das regiões em que o mixe é falado, da forma de vida da população que o fala, traçando o perfil

⁴⁴ “As pressões que causam a substituição-manutenção das línguas indígenas. A apresentação de um modelo e sua aplicação.”

⁴⁵ “A vitalidade da língua mixe de San Juan Bosco Chuxnaban.”

sociolinguístico de seus falantes. Seu recorte, no capítulo dois, é, como registra o título, San Juan Bosco Chuxnaban, uma comunidade rural de difícil acesso, condição que favoreceu a manutenção da língua. Hoje, 20% da população de Chuxnaban ainda é monolíngue, característica mais presente entre as mulheres adultas. Segundo a autora, já não são muitas as comunidades com isolamento geográfico associado às características socioeconômicas (produção de café para o mercado externo, seu principal produto, sempre foi negociado por um intermediário, o que não exerceu pressão para que usassem mais o espanhol). Essas características contribuem para a vitalidade do mixe nessa comunidade. Para o estudo desenvolvido, a autora considerou as variáveis: conhecimento do espanhol pelos falantes, o uso da língua na família nos diferentes grupos etários, o papel da mulher na transmissão da língua, e o uso da língua em diferentes domínios - família, assembleia comunitária, igreja e escola.

Os dados da autora mostram que, embora o mixe em tenha uma vitalidade importante em Chuxnaban, observa-se um avanço do bilinguismo, que ainda pode ser caracterizado como receptivo ou pouco desenvolvido. Além disso, a comunidade ainda não registra monolíngues em espanhol. Ao olhar para os quatro domínios acima, Trujillo Tamez percebe que, na família e na assembleia comunitária, o mixe se sobrepõe ao espanhol, enquanto na igreja e na escola, as duas línguas têm o mesmo nível de funcionalidade – na igreja apresenta-se uma situação bilíngue e, na escola, se promove o uso predominante do espanhol, o que pode ter impactos importantes para o futuro do mixe.

Já no terceiro capítulo, “*Situación sociolingüística del mixe en San Lucas Camotlán*”⁴⁶, Trujillo caracteriza a comunidade em estudo, a qual, desde 2002, passou a ser servida por uma rodovia. Para identificar as pressões vividas em relação à língua indígena, o levantamento sociolinguístico considerou as seguintes variáveis: o grau de bilinguismo, a transmissão intergeracional, o uso da língua nos diferentes domínios, as atitudes em relação à língua, a educação, a economia e a migração, e a participação governamental. Os falantes vivem diferentes pressões em situações de substituição-manutenção linguística, o que implica usos diferentes da língua. De igual maneira, as pressões são percebidas de forma diferente pelos falantes da comunidade. Em algumas famílias, por exemplo, que dependem do

⁴⁶ “Situación sociolingüística do mixe em San Lucas Camotlán.”

trabalho migratório para garantir suas necessidades, o espanhol passa a ser importante; em outras, em que o trabalho agrícola é a fonte de subsistência, predomina o uso do mixe.

Em San Lucas Caamotlán, a MFC se desenvolve em mixe, ainda que o grau de bilinguismo surpreenda, em função do isolamento em que a comunidade vivia até 2002. A autora conclui seu artigo afirmando que as pressões que mais favorecem o mixe provêm do grau de bilinguismo, do uso e transmissão da língua e o uso em diferentes domínios; já o espanhol é favorecido pelos meios de comunicação, participação governamental e educação. Nessa comunidade, as pressões decorrentes das atitudes e da situação econômica e da migração são individuais e familiares.

Gabriel Rico Lemus, em “*Resistencia y mantenimiento de la lengua p’urhépecha en Santa Fe de la Laguna, Michoacán*”⁴⁷, afirma que, com a urbanização e expansão das redes de comunicação no México, comunidades indígenas isoladas são cada vez mais raras. Ainda que não se possam negar esses serviços às comunidades, isso aumentará as pressões para aprender o espanhol e pode levar à substituição da língua indígena (como mostra Trujillo Tamez, em relação o mixe). Chama a atenção, entretanto, no caso do p’urhépecha em Santa Fe de la Laguna, que, apesar da convivência com os hispanofalantes, conserva-se o uso da língua indígena, que continua sendo transmitida às crianças.

O autor acredita que o bilinguismo em Santa Fe de la Laguna se deve às funções sociais específicas que cada língua tem na comunidade, o que está diretamente relacionado à facilidade compartilhada, às necessidades, às crenças, às atitudes e à ideologia. A forma como a comunidade está organizada e o perfil socioeconômico ajudam na manutenção da língua indígena. Até a década de setenta, somente os homens saíam da comunidade para vender o artesanato produzido; hoje, entretanto, também as mulheres auxiliam na comercialização dos produtos, o que as pressiona em relação à aquisição do espanhol. Assim, somente as idosas e crianças bem pequenas têm conhecimento limitado de espanhol. Entretanto, há vários domínios na própria comunidade em que a máxima facilidade compartilhada pressiona em relação à língua local, em função das atitudes e crenças em relação à língua e aos valores que os falantes atribuem a ela.

⁴⁷ “Resistência e manutenção da língua p’urhépecha em Santa Fe de la Laguna, Michoacán”.

No capítulo seguinte, Lourdes Neri, em “*El desplazamiento de la lengua totonaca en la comunidad de Mecapalapa, Panteepc, Puebla*”⁴⁸, uma comunidade rural de fácil acesso, mostra que a estrutura hierárquica totonaca não se manteve ali. Além disso, tem-se observado uma diminuição da população, em função da migração, em especial de jovens, que vão em busca de melhores condições de trabalho e de vida fora do município. Essas mudanças na comunidade afetaram também o comportamento linguístico. A autora desenvolve seu estudo em três eixos: os dados sociodemográficos, o conhecimento e uso do totonaca, e o conhecimento e uso do espanhol. Os dados levantados mostram que o totonaca, nessa comunidade, está em perigo, já que a língua já não está mais sendo transmitida às gerações mais jovens. O espanhol passa a ocupar o lugar do totonaca em todos os grupos etários. Os indivíduos com idade entre 5 e 20 anos desconhecem a língua, o que significa que não a transmitirão às gerações que os sucederem.

No próximo capítulo, Vera Bermeo analisa “*La vitalidad del otomí en Santiago Mexquititlán, Querétaro*”⁴⁹. Nessa comunidade, também as mulheres têm um papel importante na manutenção da língua. A porcentagem de homens que sabem pouco otomí é maior que a de mulheres, cuja maioria fala o otomí. Isso está relacionado às atividades domésticas com que se ocupam. Nesse grupo, observa-se um número grande de jovens usando o espanhol para comunicar-se, inclusive no âmbito familiar. Além disso, o espanhol vem ocupando cada vez mais espaços que eram próprios do otomí. Como os jovens não usam mais a língua indígena, fica comprometida sua transmissão às gerações seguintes. Do mesmo modo como mostra o estudo de Neri em relação ao totonaca (capítulo 5), a falta de emprego leva à migração, o que implica o enfraquecimento do otomí, afetando a percepção que os falantes têm de sua língua. Consequentemente, a vitalidade da língua fica ameaçada.

O otomí também é objeto de estudo de Roland Terborg, no artigo “*La situación de otomí de San Cristóbal Huichochitlán del estado de México*”⁵⁰. A diferença entre as duas comunidades é que Santiago Mexquititlán é rural de fácil acesso, enquanto

⁴⁸ “A mudança da língua totonaca na comunidade de Mecapalapa, Panteepc, Puebla”.

⁴⁹ “A vitalidade do otomí em Santiago Mexquititlán, Querétaro”.

⁵⁰ “A situação do otomí de San Cristóbal Huichochitlán do estado de México”.

San Cristóbal Huichochitlán é suburbana. Na comunidade estudada por Terborg, observam-se mudanças no gosto das mulheres: somente as mais velhas ainda se vestem à maneira tradicional. O mesmo ocorre nas casas, que se assemelham às de outras comunidades rurais. Essas mudanças podem ser observadas também na língua, que vai cedendo sua vitalidade ao espanhol. Os dados de Terborg mostram uma mudança em curso, em todos os níveis, inclusive nos domínios mais privados. A MFC nas interações entre os mais jovens favorece o espanhol. Como os jovens, na sua maioria, são apenas bilíngues receptivos, prevê-se que sejam incapazes de transmitir o otomí a seus filhos. Terborg conclui dizendo que ainda se observa alguma força no otomí, sendo necessária uma planificação linguística que apoie a língua. Caso contrário, ela está fadada a desaparecer.

O náhuatl é outra língua cuja vitalidade é estudada. Laura García Landa e Brenda Cantú Bolán, no artigo “*La vitalidad de la lengua náhuatl de Morelos: el caso de la comunidad Xoxocotla*”⁵¹, observam que no náhuatl de Xoxocotla há grande influência do espanhol, provavelmente em função de sua localização (próximo a uma rodovia e rodeada de povoados onde só se fala esse idioma), e em função do fluxo migratório. Os dados das autoras mostram um maior grau de bilinguismo entre os adultos (ainda que entre adolescentes e idosos ele também seja encontrado). O grau desse bilinguismo, entretanto, em muitos casos, se limita à compreensão e produção de algumas palavras e frases. O maior número de monolíngues náhuatl é encontrado entre adultos e idosos. Aparentemente, poucas crianças falam o náhuatl. O espanhol predomina em todos os domínios, seguido por um uso limitado das duas línguas nos privados. Assim, a pressão pelo uso do espanhol em todos os domínios é forte.

A última língua em estudo é o matlazinca. Virna Velázquez, em “*El desplazamiento del matlazinca en el estado de México*”, analisa as pressões que sentem os falantes para usar ou abandonar sua língua. O matlazinca já foi a língua majoritária no estado do México. Primeiramente, perdeu espaço para o náhuatl e hoje se acha reduzida a uma única comunidade. A autora identificou um grau significativo de mudança linguística, que está relacionada às atitudes: os mais jovens não se percebem como bons falantes, enquanto os de mais idade ainda se veem dessa forma. Assim, como as crenças estão ligadas a um ideal de pureza

⁵¹ “A vitalidade da língua náhuatl de Morelos: o caso da comunidade Xoxocotla.”

linguística, quando os mais jovens vão falar com os mais idosos, a MFC os pressiona a usar o espanhol e não a língua indígena. A autora termina seu estudo lembrando que, historicamente, ao menos a partir dos anos cinquenta do século passado, o matlazinca tem tido poucos falantes, o que a deixa em dúvida se essa língua se perderá ou não. Velázquez acredita que, se forem estabelecidas pressões a favor do matlazinca por meio da implementação de estratégias vinculadas a essas pressões, será possível deter a mudança. Essas estratégias incluiriam, por exemplo, promoção de um maior uso e transmissão da língua e inclusão de benefícios tangíveis para os membros da comunidade.

Após a apresentação dos oito estudos, Terborg e García Landa “amarram” os capítulos do livro com o artigo “*La máxima facilidad compartida como presión determinante*”⁵². Os capítulos anteriores mostram diferentes pressões exercidas sobre os falantes para manter ou abandonar a língua minoritária. Para os autores, a MFC se refere a) ao conhecimento individual; b) ao uso do código entre bilíngues e monolíngues determinados, ou seja, o conjunto de participantes de uma conversa; e c) à seleção da língua de acordo com o tema, os espaços e aos domínios. A partir dos questionários aplicados em todos os estudos, em que os falantes avaliavam se falavam bem ou pouco, se só entendiam, mas não falavam ou ainda se não falavam nem entendiam (tanto a língua indígena quanto o espanhol), os autores propõem um cálculo para identificar a vitalidade (ou mudança) da língua indígena e, nesse sentido, analisar o desenvolvimento das pressões que favorecem a MFC e, conseqüentemente, que língua ela favorece nos diferentes grupos etários.

Os autores mostram que cada mudança econômica ou ambiental pode desencadear uma mudança na língua indígena, fazendo o espanhol sobrepor-se a ela. Nesse sentido, para Terborg e García Landa, as comunidades carecem de estímulo a pressões favoráveis originadas pela MFC para o uso das línguas indígenas. Faz-se necessário, pois, a proposição de políticas linguísticas para a manutenção dessas línguas, a partir dos estudos de cada uma das comunidades em que essas línguas são faladas.

Os estudos apresentados pelo livro *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes* (TERBORG; GARCIA LANDA, 2011)

⁵² “A máxima facilidade compartilhada como pressão determinante.”

trazem importantes contribuições para a compreensão da realidade multilíngue, não só do México, como também do Brasil, onde, historicamente, as minorias linguísticas têm sido silenciadas.

Pelo modelo proposto por Terborg e García Landa – a ecologia das pressões – é possível ver como as ideologias e as atitudes em relação às línguas dão origem às pressões sobre os falantes para manter ou substituir as línguas, e como se regulariza a ação comunicativa humana nos níveis individual e coletivo, o que é muito bem explicitado pelos estudos apresentados no livro. Esse modelo, se aplicado ao estudo de outros contextos multilíngues, pode trazer à luz as pressões em conflito nessas comunidades, desvelando as relações de poder implicadas.

Os resultados apresentados pelos autores serão importante instrumento para o desenho de políticas linguísticas para cada uma dessas comunidades e chamam a atenção para a necessidade de políticas locais para a preservação da cultura e da história de tantas comunidades brasileiras (indígenas, quilombolas, de imigração, de fronteira) que não foram descritas ou são simplesmente ignoradas. Retomando a paráfrase da epígrafe, não custa lembrar que a sobrevivência das línguas está ligada à sobrevivência dos seus falantes, que precisam de identidades fortes e atitudes positivas em relação a si e à língua que falam, para que se interessem em transmiti-la às gerações seguintes, uma das condições para a vitalidade de uma língua.

REFERÊNCIAS

- TERBORG, R.; GARCÍA LANDA, L. (Org.). *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México: UNAM: CELE, 2011, 285 p.
- TRUJILLO TAMEZ, I.; TERBORG, R. Un análisis de las presiones que causan el desplazamiento o mantenimiento de una lengua indígena de México: el caso de la lengua mixe de Oaxaca. *Cuadernos Interculturales*, Valparaiso, n.12, p.127- 140, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=55211259007>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- UNESCO. *Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas*. Paris, 2003. Disponível em:<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/LVE_Spanish_EDITED%20FOR%20PUBLICATION.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

2) Artigo de divulgação científica de Sírio Possenti

Blog do sírio

Em 14/02/2013

O mito da língua perfeita

Volto ao tema. O filósofo Roberto Romano escreveu artigo (Estadão de 10/02/2013) cujo mote foi uma fala da presidenta, na qual ela empregava a palavra “vilipêndio”. Não vem ao caso discutir o artigo. Apenas me interessa uma de suas passagens: “vilipêndio vem do baixo latim, *vilipendere*, uma corrupção do termo clássico *vili...*”. Por que é corrupção? Por que não dizer simplesmente que houve uma mudança no sentido da palavra? Um velho discurso, desmentido por todas as teorias que levam em conta seja as estruturas internas das línguas e dialetos, especialmente se combinados com uma pitada, por mínima que seja, de história.

Um dos tópicos mais comuns no tratamento mítico das línguas é supor que, em algum momento, houve uma língua perfeita. O que veio depois teria sido corrupção / corruptela. Observe-se que o mesmo discurso se aplica às sociedades: nelas, a decadência seria constante. Mas é mesmo?

Os argumentos são ruins: num caso, porque ninguém sabe qual teria sido a tal língua perfeita e quais suas características; segundo, e mais importante, as formas que se conhecem e das quais dizemos que foram corrompidas não são as originais (segundo esse raciocínio, já podem / devem ter sido corrompidas). Por que a palavra “*vill*”, em determinado período, teria um “sentido verdadeiro”? Só porque não conhecemos sua história anterior?

(É comum que o argumento seja invocado em discussões de costumes políticos. O que se diz sempre é que “república” não é apenas uma forma de governo; que a palavra vem de *res publica*, ‘coisa pública’, o que implica que deve haver moralidade, que não pode haver mistura de interesses públicos e privados etc. Ora, a república romana não foi assim; nem os impérios foram necessariamente mais sujos que elas).

Na semana passada, disse que não há bons argumentos para a defesa de formas mais antigas da língua; o único é o “respeito” à tradição. Não discuti se a tradição deve ser defendida. Apenas indiquei que, em muitos campos, ela não vale nada, é desprezada. Às vezes, é defendida no campo moral e familiar, mas quantos

queremos uma família patriarcal com as mulheres nos papéis que conhecemos bem?

A questão é estética, disse uma leitora, que se horroriza com formas como “amá”. Pode ser, mas aposto que ela mesma diz amá, benzê, dançá, saí, í pro cinema etc. O que acontece é que a escrita registra dessa pronúncia do final dos infinitivos parece estranha. Faladas, ninguém as percebe como erros.

Sem contar que esquecemos a história: os infinitivos um dia tiveram um e-final: *amare, scribere, ponere*. Alguém sente falta dele? Ora, como sentiríamos falta, se nem sabíamos que existiu?

Questão estética: isso dá um bom debate. Quer dizer que a arte clássica é arte? Ticiano sim, Picasso não? E a literatura de João Antônio e de Rubem Fonseca? E a de Mark Twain, fundadora da americana, segundo Hemingway? No caso da língua e também nos outros, trata-se da tradição. E, às vezes, de pouca informação.

[Http://terramagazine.com.br/blogdosirio/blog/2013/02/14/mito-da-lingua-perfeita/](http://terramagazine.com.br/blogdosirio/blog/2013/02/14/mito-da-lingua-perfeita/)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Resenha do texto "Mito da língua perfeita"

No texto, o "Mito da língua perfeita", publicado no site *Insomagazine*, Sírcio Possenti discute o conceito verdadeiro das pessoas em relação à língua culta. Segundo ele, costuma-se acreditar que um dia houve uma "língua perfeita" e que qualquer forma que se desvie dela é incorreta.

O sentido verdadeiro das palavras, entretanto, indígenas e breguista a pensar, não foi sempre o que conhecemos hoje. Ele já teve uma outra forma antes e mais uma grande variedade que se acumulou ao longo dos anos. A única razão para essa persistência é, pois, como afirma Possenti, o "respeito à tradição".

É realmente interessante pensar em questões de cultura hegemônica abordada pelo texto. Jamais houve a língua belíssima de nossas fantasias românticas, mas ainda assim obrigamos as pessoas a falarem de acordo com o novo padrão da linguística, contudo, muitas vezes há de se descobrir que ela não existe propriamente.

Aprécie essa visão de língua - e também de outros meios de comunicação - como ideologia, justamente porque, antes de estudar mais a fundo, nós parecíamos que de certa maneira tudo o que nos ensinam é mera imposição cultural. Vale lembrar, então de movimentos anti-culturais, como os hippies foram para a sociedade, ou os surrealistas, dadaístas e outros tantos na arte. Se já antes eles causavam impacto por quebrarem paradigmas, após se verem os conceitos sociais como eles nos veem ainda hoje, podemos admirá-los ainda mais por sua coragem, que já à época resistiram se rebelar.



O texto sugere, desde o início, que não há língua perfeita. O fato de a presidenta ter dito uma palavra que levou um filósofo a discutir sua origem, nos leva a pensar no que sabemos sobre a língua que falamos.

O autor, Júlio, enfatiza que perfeição na língua falada e escrita é mito. E acredito que seja. Por que determinada palavra deve ser considerada errada por ter mudado ao longo dos anos? Afinal, quem determina o que é, realmente, certo?

E se, no caso, "vilipêndio" foi considerada por Romano (o filósofo em questão) uma palavra "corrompida", por que outras palavras que usamos também não entram na discussão, como o exemplo que Júlio utilizou, "amare", que, hoje, não tem o -e final?

Este artigo nos leva a entender que a língua não é algo fixo e, principalmente, que não existe certo ou errado. As palavras mudaram ao longo dos anos e continuam mudando e, por isso, não podemos entender como "erro" o que é apenas diferente do que acreditávamos ser "certo".